

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALEX BENEDITO SANTOS OLIVEIRA

**A IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL DA PESCA
EM PILAR-AL (1975-1988)**

Maceió

2015

ALEX BENEDITO SANTOS OLIVEIRA

**A Igreja Católica e a Formação do Movimento Social da Pesca
em Pilar/AL (1975-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profª. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos

Maceió

2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

O48i Oliveira, Alex Benedito Santos.
A igreja católica e a formação do Movimento social Da Pesca em Pilar (1975 – 1988) / Alex Benedito Santos Oliveira. – Maceió, 2015.
148 f.

Orientadora: Irinéia Maria Franco dos Santos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 144-1148.

1. Brasil – História, 1964-1985. 2. Ditadura – Alagoas. 3. Igreja católica – Movimentos sociais. 4. Movimento da Pesca, 1975-1988 – Pilar, AL.
I. Título.

CDU: 981.088

Folha de Aprovação

ALEX BENEDITO SANTOS OLIVEIRA

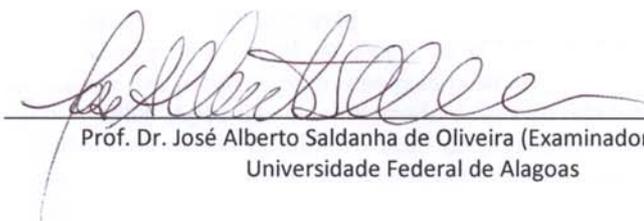
A Igreja Católica e a Formação do Movimento Social da Pesca em Pilar/AL (1975-1988).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de março de 2015.



Prof.^a. Dr.^a. Irinéia Maria Franco dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar as ações políticas e sociais que a Igreja Católica desenvolveu como forma de manifestação política frente à ditadura civil-militar instalada no Brasil durante o período de 1964 a 1985. O movimento social que ganhou destaque na análise foi aquele promovido pela Pastoral da Pesca em Alagoas e em específico na cidade de Pilar, durante o período de 1975 a 1988. O estudo desta formação consistiu, inicialmente, em compreender o papel desempenhado pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) como organizadoras de comunidades e sujeitos políticos. Por meio da análise destas organizações buscou-se entender como eram formadas socialmente, qual papel desempenhado pelos animadores e coordenadores e qual o impacto social que estas organizações geravam nos sujeitos históricos participantes delas. Para a compreensão destas atividades destacou-se a análise do Plano Pastoral de Conjunto, 1966-1970, organizado pela Igreja Católica no Brasil como forma de direcionar as ações que as CEBs e pastorais deveriam desempenhar nas regiões em que fossem instaladas. O desenvolvimento do estudo do Plano Pastoral desembocou na pesquisa sobre as atividades exercidas pelas pastorais, que também eram reflexo das atividades geradas pelas CEBs. Mais ainda, possibilitou observar a dualidade de linhas políticas que formavam a Igreja Católica no Brasil. Assim sendo, compreende-se como a Igreja Católica em Alagoas desenvolveu estratégias litúrgicas e inseriu núcleos de CEBs nos interiores de Alagoas e como estas estruturas ajudaram a formar ideologicamente sujeitos políticos. Eles, posteriormente, foram engajados na formação de pastorais sociais como a Pastoral da Pesca. Sobre a formação da Pastoral da Pesca comprovou-se a hipótese de que a Igreja Católica em Alagoas por meio da Campanha da Fraternidade de 1978 organizou a classe trabalhadora da pesca como movimento político, que buscava reivindicações frente à ditadura civil-militar, contra as constantes agressões sociais praticadas pela burguesia industrial no Estado. Tal relação foi abordada a partir do contexto econômico e social no qual a Pastoral da Pesca foi inserida em Alagoas, em meio ao processo de industrialização executado pelo governo Divaldo Suruagy. Outro momento da pesquisa consistiu em verificar as ações praticadas pela Pastoral da Pesca na cidade de Pilar-AL. Identificou-se ali um período de inércia das políticas propostas pela pastoral como atividades ideológicas para os anos de 1979 a 1988. Após deu-se a retomada destas atividades políticas na cidade, com as ações praticadas pela escola de alfabetização de pescadores. Por fim, buscou-se contribuir para o fortalecimento da história dos movimentos sociais em Alagoas, trazendo à tona a experiência dos trabalhadores da pesca de Pilar e uma interpretação da memória de suas lutas.

Palavras Chave: Ditadura Civil Militar. Igreja Católica. Movimento da Pesca.

ABSTRACT

The aim of this work was to analyze the political and social actions that the Catholic Church developed as a form of political expression, facing the military civilian rule, installed in Brazil during the period from 1964 to 1985. This formed as social movements, who won Featured our analysis through movement promoted by the Ministry of Fisheries in Alagoas and specific in the city of Pilar, during the period from 1979 to 1988. the study of this training consisted initially in understanding the role of CEBs (Base Ecclesial Communities) as organizer of political communities and political subjects. By means of the analysis of these organizations sought - to understand how they were formed socially, what role played by workers and engineers and what social impact these organizations generated in historical subjects were included in them. To understand these activities highlight the analysis of PPC, 1966 - 1970, (Set of Pastoral Plan) organized by the Catholic Church in Brazil as a way to direct the actions that the CEBs and pastoral should play in the regions that were installed. The development Pastoral Plan study arrived in research on the activities carried out by the pastoral, which also were reflected in the activities generated by the CEBs. Moreover enabled us to observe the duality of political lines that formed the Catholic Church in Brazil. So we understand how the Catholic Church in Alagoas developed liturgical strategies and inserted CEBs cores in Alagoas indoor and how these structures helped form ideologically political subjects. They were subsequently engaged in the formation of social pastoral as analyzed here the fisheries ministry. This line on the formation of fisheries ministry confirmed the hypothesis that the Catholic Church in Alagoas through the 1978 Fraternity Campaign organized the working class fishery as a political movement, which sought to forward claims to military civilian government against the constant aggression social practiced by the industrial bourgeoisie in the state. Relationship approach behind the economic and social context which the fisheries ministry was inserted in Alagoas in the midst of industrialization that was run by the government Divaldo Suruagy. Another time research consisted in actions practices for fisheries ministry in the city of Pilar - AL, being exposed the inertia period of the policy proposed by the ministry as ideological activities for the years 1979 to 1986. But we also analyzed the recovery period of these activities policies in the city, this, with the study of the actions taken by fishermen literacy school.

Key Words: Military civilian dictatorship - Catholic Church - Fisheries Movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como sujeitos políticos da Igreja no Brasil (1966 – 1979)	21
1.1 A Igreja progressista e o desenvolvimento das CEBs (1970–1979)	21
1.2 O Projeto Progressista: O PPC e as CEBs de 1970 a 1979	24
1.3 Metas definidas para o desenvolvimento das CEBs	26
1.4 CEBs e Pastorais: articuladoras políticas da Igreja no Nordeste	33
1.5 Ação Pastoral no Nordeste	40
1.6 Conclusão	49
2 A Ditadura civil-militar em Alagoas e a fundação da Comissão Pastoral da Pesca (1975-1982)	51
2.1 O governador do general Geisel	53
2.2 Escândalos políticos no governo Suruagy (1975-1978)	63
2.3 Poluição e descaso social da Ditadura civil-militar (1975-1983)	68
2.4 A Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas em 1978	76
2.5 O encontro de Penedo, a expansão da CPP em 1979	89
2.6 Conclusão	94
3 O Movimento Social da Pesca em Pilar (1979-1988)	97
3.1 Pilar: um balanço social nas periferias	100
3.2 Histórico da fundação das Colônias de Pescadores no Brasil	106
3.3 A SUDEPE e as Colônias de Pescadores em Alagoas (1970–1980)	115
3.4 A Colônia de Pescadores de Pilar e a Comissão Pastoral da Pesca (1975–1988)	118
3.5 A CPP em Pilar entre a inatividade local e a retomada da Luta (1980–1988)	128
3.6 A CPP em Pilar: Retomada da Luta (1987–1988)	130

3.7 Conclusão	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIA	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início nas aulas do curso de especialização em História da Universidade Federal de Alagoas. Neste período a Profª. Dra. Irinéia Franco havia desenvolvido um projeto para organização do arquivo da Cúria Metropolitana. Em meio às aulas da especialização questioneei a professora se, na ditadura civil-militar, existiram outras formas de organizações políticas que protestaram contra o regime. Durante a resposta a professora apresentou-me uma terceira opção de protesto que junto aos partidos políticos, movimento estudantil e sindicatos tinha uma importância socialmente considerável na luta política. Foram nestas aulas que conheci as ações da Igreja Católica (IC) e das CEBs frente à ditadura. Estas informações casaram com um desejo antigo de escrever sobre as ações políticas dos trabalhadores da pesca em Pilar. Ao visitar o arquivo da Cúria a professora apresentou-me uma organização que interagiu e praticou ações políticas junto aos pescadores em Alagoas, a denominada Pastoral da Pesca. Foi durante estas investigações que desenvolvi a problemática inicial e passei a refletir sobre a tarefa do historiador em seus caminhos metodológicos de pesquisa.

Deste modo, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento de uma linha interpretativa da história. Ela é entendida como a “ciência que estuda o passado”, com a finalidade de compreender as ações exercidas pelos homens no tempo. Esta análise está direcionada para a área de estudo que visa a compreensão das ações exercidas pelas classes sociais e pelos sujeitos históricos pertencentes a elas. A História Social, em especial, apresenta um poder de síntese sobre a interpretação histórica, por colocar os níveis de abordagem no social e apresentar interligações entre elas, baseada na busca por uma “totalidade histórica”. Isto possibilitou centrar em um campo específico de problemas a serem interrogados a partir da História Política. Qual seja interpretar as ações exercidas por sujeitos históricos dentro de movimentos políticos da IC e da classe trabalhadora. Por estas características, a análise das ações dos homens, em um tempo médio, proporcionou o entendimento de movimentações econômicas, políticas e sociais no objeto de estudo.

Esta dissertação se insere, por outro lado, na História dos Movimentos Sociais. Por isso, busca apresentar e identificar o contexto social, econômico, político, as representações culturais e linguísticas que desencadearam a formação de organizações coletivas de reivindicação. Nas interações sociais estão inseridos os sujeitos históricos, como nas

organizações trabalhistas e instituições sociais. Neste caso, seria possível compreender os posicionamentos políticos da IC no Brasil e do Movimento Social da Pesca durante o regime ditatorial civil-militar no período temporal de 1975 a 1988.

A dissertação objetiva apresentar o estudo das atividades políticas e sociais que formaram as ações populares da IC em Alagoas, baseada nas CEBs e na Pastoral da Pesca, durante a ditadura civil-militar, no período de 1975 a 1988. Foram analisados estes movimentos sociais eclesiais, por meio da compreensão de sua participação como organizações promotoras de formação política de “grupos subalternos,” na sociedade alagoana. Segundo Gramsci (2005, p.) “São esses os que sofriam da exclusão social e política do Estado” como os pescadores. Estes movimentos expressaram-se em uma linha de ação popular da IC através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da Pastoral da Pesca.

A pesquisa sobre estas organizações contribuiu para entender o nível de formação política que as colônias de pescadores e os trabalhadores, no município de Pilar, apresentavam como formas de participação comunitária. Para compreender estas entidades trabalhistas, foi analisado o quadro histórico de formação das colônias de pesca. Elas apresentaram-se como as primeiras formas de organização institucional dos trabalhadores da pesca em Alagoas e no município de Pilar. Isto por agregarem formas de organizações políticas e assistenciais ligadas ao estado, em um primeiro momento, de 1920 a 1980. Em um segundo momento, a IC passou a dialogar com estas entidades, sempre na forma de mediadora política entre a classe trabalhadora e o Estado, no período de 1979 a 1988.

Além de Pilar foram expostas as reivindicações dos pescadores de municípios como Coqueiro Seco e Maceió, junto ao setor político alagoano. Baseavam-se em protestos por aposentadorias, contra a pobreza e a poluição provocada por indústrias de açúcar nos bairros que margeavam a lagoa Mundaú. A partir destas demandas foi observado qual teria sido, portanto, o papel que a IC, junto com as Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral da Pesca tiveram na formação desses questionamentos. Buscou-se reconstituir o processo que a IC alagoana exerceu na formação política destas comunidades, mediante a aproximação entre IC, CEBs, Pastoral da Pesca, colônias de pescadores, na construção de parcerias políticas importantes no período final dos anos 1970. Além destas proposições, entende-se a motivação da IC ao prestar auxílio a estas comunidades durante a ditadura civil-militar. Tal estratégia basear-se-ia na ação de expansão política e ideológica da IC na sociedade civil brasileira, em resposta a uma época de perda de espaço social junto à classe popular.

Fato, pois a IC no Brasil por meio da “ala conservadora” que a dirigia, durante o golpe

militar, apoiou-o; após a instalação do regime passou a perceber que havia a necessidade da instituição expandir seu poder frente a outros grupos religiosos que dialogavam com o povo. Isto teria gerado um novo direcionamento político, social e ideológico da instituição perante seus seguidores. O que foi demonstrado pelo apoio da instituição na formação de organizações sociais que dialogassem com as classes trabalhistas e expandissem o poder de influência da instituição. Estas eram formadas por intelectuais e militantes (animadores) ligados a “ala popular” da instituição eclesiástica, formada por padres que discordavam dos rumos a que a ditadura levava o Brasil, preocupados com o agravamento da pobreza da classe trabalhadora. Esta necessidade, provocada pelas determinações do Conselho Episcopal Latino Americano e da situação geral da sociedade brasileira, proporcionou a abertura de espaço para as atividades da ala progressista ou popular na direção da IC no Brasil.

Para alguns analistas a IC passou a perder fiéis para linhas religiosas que estavam mais próximas da classe trabalhadora dando assistência espiritual e social. Estas religiões eram expressas por grupos ligados ao Presbiterianismo e ao Umbandismo. Para buscar a retomada de poder político dentro do Brasil e na América Latina, a IC mundial passou a organizar conferências que direcionaram o novo caminho que tomaria. Foi em meio a este contexto que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), criada em fins dos anos cinquenta, passou a ser administrada pela ala chamada “popular”, ligada à assistência de grupos marginalizados de trabalhadores urbanos e rurais. Assim, a IC passou de uma estrutura que apoiava a ditadura, assentada na ala conservadora ligada a classe média urbana e classe alta, a ser um órgão de caráter social e político, com ligações com a classe popular, que instruía seus seguidores contra as exclusões sociais e os processos de exploração que os trabalhadores sofriam, por meio do sistema capitalista imposto pela ditadura.

Este direcionamento foi tomado em meio a uma forte “disputa” entre “conservadores e progressistas”. Conflito político que refletia o contexto da América nos anos de 1960. Este conflito foi contido através da adequação da IC aos acontecimentos no período, marcado por revoluções políticas de caráter popular em vários países, como Cuba. Estas ebulições somadas ao impacto do Concílio Vaticano II (1962-1965) forçaram a cúpula da IC latina, através da CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americana), no ano de 1968, a optar pela melhor forma de adaptação da IC ao contexto político do continente. No Brasil, estes reflexos administrativos foram sentidos quando o grupo progressista passou a administrar as linhas de direção da IC brasileira a partir de então. Ele seria o que melhor dialogava com os grupos populares disputados por partidos políticos de esquerda, religiões protestantes e

afrobrasileiras. Esta determinação administrativa foi expressa pela IC latino-americana em suas conferências episcopais. Os textos das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) confirmaram isto. Estas duas conferências foram destaque porque, em Medellín, a IC passou a adotar uma linha ideológica que dirigia a instituição para o auxílio dos grupos populares. E, em Puebla, deu-se o maior aprofundamento desta ideologia a partir das experiências concretas já desenvolvidas em diferentes partes do continente. As duas conferências marcaram a introdução, em Medellín, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como organismos formadores de militantes políticos para a instituição religiosa e, em Puebla, a efetivação das CEBs e a expansão de suborganizações que dialogavam com os pequenos núcleos de bairros e associações trabalhistas, as pastorais.

As consequências das tomadas de posição propostas pelas Conferências foram a formação de grupos de militância político-religiosa e, também, a abertura de um canal de diálogo com trabalhadores artesanais, perante os órgãos da ditadura. Este diálogo teve como desembocadura a captação de reclamações sobre as condições de trabalho impostas durante o regime militar nas comunidades. Esta captação refletia uma das formas de ação da entidade que consistiu em receptar reivindicações e estabelecer contatos de diálogo com a ditadura. Exercendo, assim, um papel de mediador entre pescadores e a Federação de Pesca em Alagoas, como exemplo. O diálogo estabelecido entre trabalhadores e IC elaborou formas que vieram a dar voz aos trabalhadores contra a exploração das elites locais. Aquelas ações expressariam o papel de mediador que a Pastoral da Pesca exerceu em 1979 e, depois, sua estagnação até 1987.

Estas formas de direcionamento foram baseadas na Doutrina Social da IC, que definiu a busca da “humanização ou do fim do sistema de exploração” da classe trabalhadora. O sistema capitalista ofenderia “a dignidade humana do ser”, já que, passaria a “tratar o indivíduo como mercadoria”. Para lidar com este problema, a Doutrina refletiu sobre os diversos âmbitos da vida humana: família, educação, saúde, política, economia, direitos humanos, gênero e trabalho. Foi uma forma de posicionamento da IC perante as reivindicações dos trabalhadores submetidos à pobreza e à exclusão do capitalismo. Assim, a IC se posicionava de um modo próprio em defesa do trabalho e da dignidade humana.

Foi neste contexto da relação IC-Sociedade que, no Brasil, foram criadas e difundidas as CEBs (Comunidades Eclesiásticas de Base) nos anos 1960, como mencionado. Como núcleos foram responsáveis por criar instruções sociais, políticas e religiosas dirigidas à classe trabalhadora em pequenos grupos especializados denominados de pastorais. Estes aplicariam

as ações definidas para as comunidades em que fossem introduzidas na forma de escolas sociais ou reuniões litúrgicas. Tais ações foram identificadas na organização de comunidades políticas de pescadores na cidade de Pilar – AL durante o período de 1987/1988.

O estudo das atividades de ação política católica na historiografia alagoana aparece em algumas obras que estudam o período pré-1964 e seguem até 1970. Focam na análise do imaginário anticomunista que era difundido pela IC no Estado, como foi demonstrado no trabalho de Fernando Mesquita Medeiros. Direcionado para a “história política”, Medeiros analisou a presença e a inserção da IC em Alagoas no espaço político-social. Foi por meio deste trabalho exemplar que se buscou aqui, a compreensão de outras expressões políticas exercidas pela IC em Alagoas no período do regime civil militar (1964 – 1985), no recorte de 1975 a 1988. Estas manifestações, baseadas no estudo das CEBs, esclareceriam as ações de instruções políticas desempenhadas por essas organizações religiosas junto ao povo. Observou-se como a IC aprofundou estas atividades sociais junto a classe trabalhadora, para ocupar um espaço ideológico de instrução litúrgica e política na sociedade local.

Com o intuito de contribuir para a historiografia local, abordam-se essas ações políticas que a IC alagoana tomou em relação à ditadura civil-militar. Destaca-se neste período uma posição conservadora do bispo Dom Adelmo Machado (1963 a 1978) e uma abertura progressista com o Bispo Dom Miguel Felon Câmara (1978 a 1984). O primeiro cumpria as determinações propostas pela CNBB, mas limitando as ações das Cebes e pastorais às ações litúrgicas e com forte centralização de organização junto à classe popular, mas sem colocar-se de forma expressiva contra a ditadura. Na gestão de Dom Miguel Felon, a Arquidiocese inclinou-se para uma participação progressiva, promovido pela pressão exercida pela CNBB e pelo Regional Nordeste II. Foi durante o período de 1977/78 que surgiu a organização de movimentos sociais contrários à ditadura como a Comissão de Paz e Justiça e demais pastorais sociais que denunciavam a violência sofrida pelos excluídos. Neste período, a IC alagoana posiciona-se como mediadora das reivindicações dos movimentos sociais, como o da pesca, frente aos órgãos políticos da ditadura em Alagoas.

Além desta análise buscou-se estudar as ações políticas da ditadura militar em Alagoas e as ações exercidas por ela junto às comunidades de pescadores do estado, nos anos de 1975 a 1988. A finalidade era entender as formas de opressão que a ditadura, expressa no governo de Divaldo Suruagy, exercia sobre as comunidades de pescadores nas regiões da lagoa Mundaú e Manguaba. Este estudo partiu também da necessidade de compreender como a Federação de Pesca, órgão do governo, desempenhava o papel de exploração e abandono

político aos grupos de trabalhadores da pesca. Isto em meio ao contexto de formação de linhas sociais que eram contrárias à exploração. Esta análise recebeu a contribuição das experiências relatadas por “militantes políticos” locais e por pescadores que eram ligados à Comissão Pastoral da Pesca. Retrutando o descaso social dos organismos ditatoriais em relação aos pescadores alagoanos.

Este estudo também contribuiu para um antigo desejo de refletir parte da história política de grupos sociais que atuaram na cidade de Pilar, mas que se encontravam fora do eixo de pesquisa das “academias literárias” do município. A importância social desta abordagem reflete a necessidade da comunidade pilarense de conhecer o contexto político passado que auxilia na compreensão de muitas dificuldades e desafios do presente. Para esta narrativa foi abordada a Gestão do então prefeito do MDB José Soares Camelo, nos anos 1970. Mais ainda, analisaram-se as ações desempenhadas pelos administradores da Colônia Z-8 frente aos associados e a relação de omissão dos diretores perante os organismos da ditadura militar em Pilar.

Para o estudo destas organizações foram utilizados textos de autores que estudaram os contextos políticos vivenciados pela IC no Brasil, a ditadura civil-militar e os movimentos sociais da pesca como foco central de suas abordagens. Para Bezerra (ano, p. 14) o papel político da força de trabalho e também a necessária intervenção do Estado enquanto derivação e acumulador de contradições. Nessa linha seguem os estudos de Paulo José Krischke em *“A Igreja e as Crises Políticas no Brasil”* e Fernando Antonio Mesquita de Medeiros em *“O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas”*. Nestes livros os autores analisam as estruturas das instituições no regime militar. Outro autor que serve de base é Antonio Gramsci com a obra *“Cadernos do Cárcere Vol. 4”*. Mais ainda as teorias expressas em Karl Marx, como o uso da análise das relações ideológicas e políticas existentes na sociedade civil expressas em *“Crítica da filosofia do Direito de Hegel (1843)”*. Por meio deles compreendem-se as mudanças na administração política da IC brasileira e dos movimentos sociais da pesca no período em destaque. Utilizou-se a perspectiva da chamada *“História vista de baixo”* a partir da obra *“Os Trabalhadores”* difundida pela escola social inglesa. Eric J. Hobsbawn expressou o conceito de *“trabalhadores políticos”*, colocado aqui para compreender as ações do movimento da Pesca.

Destaca-se também o uso da obra de A. G. Pocock, *“Linguagens do Ideário Político”*. Este tem por finalidade o estudo das formas de expressões linguísticas encontradas nos documentos produzidos pelas administrações políticas. Neste caso, sobre os documentos

produzidos pela CNBB, pela Arquidiocese de Maceió, pela Pastoral da Pesca e por pescadores envolvidos nas ações políticas. O estudo consistiu na análise dos “*lances*” e do “*jogo de linguagem*”, relação das palavras com o contexto social em que foi introduzido. Esta técnica possibilita analisar os discursos produzidos e as palavras que foram colocadas nos documentos com base na compreensão das intenções que são propostas como ação para os atores políticos. Para interpretar a relação teórica estabelecida entre o Marxismo e a IC na sociedade latino-americana e brasileira foram utilizadas as *teorias da “estruturação e desestruturação”*, encontradas em Michael Löwy nas obras “*Lucien Goldmann ou a dialética da Totalidade*” e “*Marxismo e Teologia da Libertação*”. Löwy estabelece um diálogo entre o princípio da *dialética materialista* e a *teologia da libertação*, formando uma ponte teórica para se estudar as ações da IC durante a ditadura civil-militar. Para Löwy, a IC no período de 1966 a 1985 toma um “direcionamento aristotélico”, ou seja, trabalha suas ações litúrgicas voltadas para “a materialidade dos indivíduos”.

A documentação é parte importantíssima da pesquisa e o esforço do historiador é problematizá-la e analisá-la com apoio do arcabouço teórico. Para os fins eleitos neste trabalho, a documentação base foram aquelas encontradas nos acervos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, no IMA (Instituto da Mata Atlântica), na Comissão Pastoral da Pesca sessão Maceió, no Arquivo da Câmara dos Vereadores do Município de Pilar e no Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Variou, portanto, entre documentos textuais e as memórias dos trabalhadores da pesca do município de Pilar. Teve-se, também, um bom acesso à Câmara dos Vereadores de Pilar e às atas de reuniões que abordam as reivindicações sociais dos pescadores e informações sobre a dificuldade da escassez de pescado para a sobrevivência dos pescadores. Também foram observadas atas de reunião da Colônia Z-8. Nelas viu-se como as convocações para as reuniões eram feitas; os relatos de protestos contra desvios financeiros, falta de condições econômicas para o sustento das famílias, protestos contra a poluição da lagoa Manguaba por usinas de Álcool etc. Nestes documentos têm-se o relato dos indivíduos que participavam das reuniões como associados e das lideranças católicas que dirigiam a Pastoral da Pesca. Todos estes estavam em boas condições de conservação, manuseio e acessíveis a pesquisa.

No Arquivo da Cúria Metropolitana manteve-se contato com os relatórios de atividades da Pastoral da Pesca, que expressavam as ações junto ao movimento dos pescadores. Neles são relatadas as dificuldades, lutas e conquistas e a forma como os pescadores deveriam trabalhar as “*orientações eclesíasticas*” em Alagoas. Outros documentos

utilizados deste arquivo, que auxiliaram a entender a articulação política existente na pastoral, foram os projetos políticos e os atos ordinários de prefeitos e vereadores; expressavam a ação de reivindicação dos pescadores. Deparou-se também com entrevistas e reportagens em jornais da época e livros sobre o histórico dos trabalhadores da pesca e as atividades políticas de suas colônias. Estes auxiliaram a compreender qual a visão das mídias locais a respeito das necessidades dos pescadores. Os jornais analisados foram a Gazeta de Alagoas e o Leme. Este último, de propriedade da IC, abordava as ações de luta do movimento social da pesca no nordeste.

O Arquivo da Paróquia de Pilar continha fontes primárias como as metodologias de instrução promovidas pelas escolas eclesiais na difusão ideológica do ensino católico e da Doutrina Social da IC dentro da comunidade pilarense. Sua análise possibilitaria, por sua vez, o entendimento do imaginário social da sociedade local. Neste arquivo deveriam ser encontrados livros de tombo da paróquia que retratariam o cotidiano de vida da sociedade local, possibilitando a compreensão dos processos e das ações litúrgicas, culturais e políticas. Mais ainda, continha programas de escolas de alfabetização organizadas pela paróquia e executados pelas pastorais como forma de instrução ideológica dos trabalhadores. Estas fontes foram retiradas do arquivo da paróquia de Pilar e, segundo o padre Luciano Duarte, pároco da cidade no período de realização desta pesquisa 2013/2015, toda esta documentação está em posse de um padre historiador, antigo pároco de Pilar durante o período de 1987 a 1993. Infelizmente esta documentação ficou longe do alcance desta pesquisa.

Para entender o discurso encontrado na documentação da Arquidiocese e da Colônia Z-8, preencher um espaço deixado pela falta da documentação eclesial de Pilar e dar voz aos sujeitos históricos e assim comprovar a interpretação histórica proposta, foram entrevistados vários pescadores. Assim, estabeleceram-se entrevistas semiestruturadas para serem aplicadas nos grupos de trabalhadores que apresentavam um quadro de participação nas ações entre IC e colônia de pescadores. Foram entrevistados filhos de pescadores, lideranças políticas dos bairros aonde estas colônias encontravam-se e pessoas que apenas compareciam às reuniões buscando benefícios, mas sem ligação de trabalho com a pesca. A partir destas entrevistas deparou-se com denúncias de exploração por parte da direção das colônias, uso da entidade como balcão de negócios, grilagem de terrenos de Marinha com a omissão da colônia e o uso da entidade como trampolim político.

Tendo em vista este panorama inicial, passa-se à organização da dissertação e de suas ideias, em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *As Comunidades Eclesiais de Base*

(CEBs) como sujeitos políticos da Igreja (1966-1979), destacou-se como estas organizações participaram da expansão política do grupo progressista na IC do Brasil. Situação expressa pelo ganho de espaço ideológico por esta ala dentro da administração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Através da análise deste posicionamento observou-se como este grupo desenvolveu um projeto de metas pastorais e formou núcleos políticos, aplicados dentro da sociedade civil. Estes foram denominados de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais. Sua finalidade era aglomerar uma quantidade considerável de trabalhadores de uma determinada localidade, ou núcleos comunitários, ligados a uma associação de caráter trabalhista.

Dentro destas organizações a ideologia católica foi difundida por meio da aplicação de métodos pedagógicos que dialogaram com expressões culturais das comunidades, as quais as CEBs e pastorais estavam inseridas. Notou-se o papel desempenhado pelos militantes e leigos ligados aos núcleos político-religiosos que articulavam propostas determinadas pela IC para as respectivas comunidades. Utilizou-se como fontes documentais para este capítulo o PPC (Plano Pastoral de Conjunto), marcado por instruções de direcionamento que as CEBs e pastorais deveriam desempenhar nas várias regiões do país. Também foram usados relatórios de reuniões das CEBs alagoanas que tratavam das instruções litúrgicas, as formas de instrução social que deveriam ser aplicados nas comunidades e que dificuldades existiam na localidade. Os sujeitos históricos aparecem nos textos, mas com a denominação de “animadores” ou pessoas presentes, ocultando os nomes dos participantes. Este detalhe significaria, talvez, que os organizadores católicos das reuniões buscaram proteger o nome dos participantes contra possíveis repressões causadas pela ditadura civil-militar. Os documentos relacionados às CEBs foram encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Eles auxiliaram o entendimento sobre como a IC elaborava um direcionamento político dentro da sociedade civil alagoana e nordestina.

Para esta compreensão foram utilizados os seguintes autores: Antônio Gramsci em Caderno do Cárcere Vol. IV, Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. Este texto possibilitou analisar o contexto político que a IC na Europa estava inserida, compreendendo as ações desempenhadas por ela e, principalmente, as características políticas que as três linhas da IC apresentavam no período de 1900 a 1930. Também foram consultados os textos de Boris Fausto, Claudio Alencar e Celso Furtado, teóricos que estudaram o contexto social, econômico e político que a classe trabalhadora brasileira enfrentava no âmbito nacional, durante o período que antecede o golpe militar. Furtado ganhou destaque,

por ser um teórico que estava diretamente ligado ao projeto de desenvolvimento econômico, proposto pelos governos que antecederam o golpe civil-militar. Assim, é autor fundamental na crítica do padrão de desenvolvimento econômico imposto pela ditadura. Ainda utilizou-se de Frei Betto, Irinéia Franco, Pablo Richard e Michael Löwy. Estes analisaram o contexto social e as ações desempenhadas pela IC e pelas CEBs no Brasil. Ganham destaque por expressarem o cotidiano das atividades desempenhadas nas CEBs, como as ações ideológicas eram introduzidas nas comunidades, as formas de reunião e mobilizações comunitárias e, principalmente, quais interpretações litúrgicas possibilitaram a IC estabelecer ações políticas na sociedade civil. Estes autores entendem que a *práxis* da Teologia da Libertação, consistiu na mudança de ação da IC do âmbito fenomenológico para o material, dirigida para a classe trabalhadora.

O segundo capítulo foi denominado *A Ditadura Civil – Militar em Alagoas e a fundação da Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas (1975-1982)*. Inicialmente foram contextualizadas as condições sociais que a ditadura civil-militar impôs à sociedade alagoana. Situação compreendida por meio da análise dos investimentos feitos pelo governo no setor econômico e pela maior redução da assistência social aos trabalhadores da região lagunar. Estas reduções continham desde cortes sociais para os trabalhadores à falta de assistência previdenciária e perseguições políticas a quem protestava contra a poluição provocada por usinas de açúcar. Posteriormente, compreende-se o posicionamento pastoral da Arquidiocese de Maceió aplicado durante a Campanha da Fraternidade de 1978/1979. Também as posições político-religiosas do clero alagoano dentro do regime civil-militar junto à classe trabalhadora da pesca. Esta abordagem teve por finalidade compreender como e quais os objetivos de fundação da Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas, entidade que organizou junto aos pescadores um movimento de social de protesto contra as ações da burguesia industrial e administrativa do estado. A compreensão de sua organização gira em torno das formas de capacitação e instrução ideológica que a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) prestava aos trabalhadores que a frequentavam nas comunidades que foram inseridas. Para a elaboração deste capítulo utilizou-se dos projetos de desenvolvimento econômico do Estado de Alagoas nos anos de 1973, 1975, 1980 e 1985; documentos encontrados nos arquivos da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas). Outra fonte, ainda do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió é a documentação da Comissão Pastoral da Pesca. Estes materiais, como indicado, possibilitaram o entendimento da ação exercida pela IC em Alagoas na formação de movimentos sociais junto à classe trabalhadora. Tais fontes expressaram o

direcionamento da IC como mediadora da classe trabalhadora pesqueira por meio da formação da Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas durante o ano de 1979. Os arquivos pastorais trazem também as denúncias de degradação social que as comunidades de trabalhadores da pesca sofriam pelas mãos da elite açucareira que dominava a política em Alagoas. Para auxiliar a contextualização destes documentos utilizou-se, entre outros, Otávio Brandão em “*Canais e Lagoas*”. Esta obra, além dos aspectos geográficos das lagoas, descreve o cotidiano econômico e social que ocorria na região, retratando brevemente a pobreza que as comunidades de pescadores passavam durante o início do século XX em Alagoas. Outra contribuição veio de Antonio Carlos Sant’Ana Diegues, em seu livro *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. Neste livro, dentro de uma perspectiva marxista, demonstra as modificações que foram sendo introduzidas na pesca na Europa, Ásia e no Brasil. Com isto, explica como os trabalhadores da pesca artesanal foram sendo proletarizados pelo capital nestas regiões e como formaram suas organizações de representação trabalhista, nas lutas sociais que reivindicavam nos portos e navios, no Brasil e no mundo. Destaca deste modo, o histórico de luta da classe pesqueira frente ao capital. No Brasil, esta se deu pela introdução de várias indústrias pesqueiras no país. Outro estudioso consultado foi Fernando José de Lira na obra “*Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas*”. Lira apresenta um quadro político de como o espaço social alagoano foi dominado pelas elites econômicas do setor industrial do açúcar. Por meio deste artigo, tem-se um histórico de como a burguesia agrária em Alagoas passou a monopolizar o Estado como forma de autossustento e proteção da propriedade privada. Ali se tem a dialética provocada por este domínio: a concentração de riquezas no círculo de poder da burguesia e o forte empobrecimento da classe trabalhadora no estado.

No terceiro capítulo, *O Movimento social da pesca em Pilar (1979-1988)*, em princípio situam-se os tentáculos políticos do regime civil-militar em Pilar. Isto por meio do estudo das relações que existiam entre os políticos locais, o governo militar e o grupo que administrava a Colônia de Pescadores Z-8. Tais relações se davam por meio de benefícios às lideranças pesqueiras, com a doação de apoios econômicos para a manutenção da entidade, dinheiro para o pagamento de água, luz e de professores da escola da sociedade trabalhista. E, também, como o regime disponibilizava uma rede de assistencialismo social para “os eleitores” que os representavam nos bairros da cidade. Com isto, estruturaram um silêncio frente às desigualdades sociais proporcionadas pela ditadura. Neste contexto abordam-se as atividades desempenhas pela Comissão Pastoral da Pesca em Pilar durante os anos de 1978-

1988. Suas atividades giraram em torno da organização dos pescadores como movimento social frente à exclusão social proporcionada pela elite política local no período de 1979-1980. Posteriormente, dá-se um período de inatividade que refletiu a infiltração de partidos políticos na entidade, nos anos de 1981 a 1986. E, depois, por um período de reativação das atividades políticas marcado pela presença de organizações juvenis da IC e pela forma de uma escola de alfabetização dirigida por esta instituição. Utilizou-se como fonte destas informações o Arquivo da Câmara Municipal de Pilar, que continha os discursos pronunciados pelos vereadores do município. Os discursos expuseram as condições sociais dos trabalhadores da pesca e a situação de degradação ambiental da lagoa e demonstraram a capacidade de organização que os pescadores apresentaram ao manterem contato com a Pastoral da Pesca. Outra fonte foi o Arquivo da Comissão Pastoral da Pesca. Nele foram encontrados os relatórios de corrupção financeira por parte dos administradores da Associação de Pesca de Pilar e os documentos de fundação da Pastoral da Pesca. Para o contexto histórico utilizou-se das informações contidas no livro de Moacir Medeiros de Sant'Ana, "*Pilarenses Ilustres*". Este livro, a despeito de seu caráter "positivista", ao abordar a biografia de vários políticos da cidade de Pilar, indica como se davam as relações políticas na cidade, como eram formada as lideranças partidárias e qual o poder de influência que tinham junto ao povo. Sant'Ana contribui, neste caso, para entender como eram formadas as relações sociais entre as lideranças locais e o povo. Buscou-se na leitura de Eric J. Hobsbawn, "*Os trabalhadores*", entender a relação estabelecida, no seu exemplo, entre as manifestações políticas e ideológicas, vivenciadas pela classe trabalhadora inglesa, e as manifestações de reivindicações sociais provocadas pelos sindicatos portuários na Inglaterra. A partir daí, seria possível entender o nível de organização ideológica que os "trabalhadores pescadores" possuíam naquele país, e pensar possíveis comparações com o Brasil. Para o entendimento local das organizações trabalhistas da pesca em Alagoas, o livro de Osvaldo Batista Acioly Maciel, "*A Perseverança dos Caixeiros: O Mutualismo dos Trabalhadores do Comércio em Maceió (1879-1917)*" auxiliou a estabelecer relações para a compreensão de como foi organizada administrativamente as colônias de pesca no estado. Elas foram assentadas segundo os padrões de "auxílio prático" similar àquelas das mutuais de trabalhadores do comércio. Por exemplo, apresentavam fundos de auxílio social para a respectiva classe que representava, a de trabalhadores da pesca. Este livro contribuiu, por outro lado, para entender o comportamento exercido, por parte de alguns associados, ao não concorrer pela disputa da direção administrativa das entidades de trabalhadores. Por fim, utilizou-se de Hugo Pereira Godinho e Alexandre Lima Godinho em "*Águas, Peixes e Pescadores do São Francisco das*

Minas Gerais” e *“Problemas da Pesca no Nordeste e em Pernambuco”* elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Estes livros apresentam o cotidiano social e político de exclusão que a classe trabalhadora da pesca sofria nos anos de 1970 e 1980. Retratam, também, o cotidiano das organizações trabalhistas dos pescadores, a busca por direitos trabalhistas, as formas de organizações escolares para os pescadores e as conquistas sociais adquiridas pelos trabalhadores da pesca.

Por fim, foi mediante este conjunto de informações reunidas que se buscou narrar parte da História Social da IC durante a ditadura em Alagoas, na cidade de Pilar. Sabedor que nenhuma narrativa histórica é completa, este texto abre espaço para futuros complementos de novas pesquisas e futuras denúncias sobre as condições sociais do povo alagoano. Em que pese possíveis falhas na análise e reflexão, este estudo e este historiador, ambos em eterna construção, não se esquivaram em trazer à tona e valorizar as histórias e as experiências de vida dos trabalhadores da pesca no estado. Elas foram marcadas por muito suor e luta contra a exploração promovida pelo sistema socioeconômico promovido pela ditadura civil-militar em Alagoas.

1. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como sujeitos políticos da Igreja Católica no Brasil (1966-1979)

1.1 CEBs: base política para a Igreja brasileira, 1966-1979.

A participação da Igreja Católica (IC) no combate ao autoritarismo da ditadura civil-militar no Brasil (1966 – 1979)¹ deu-se na formação e desenvolvimento de redes políticas para a articulação popular, isto com as finalidades de estabelecer um processo de instrução social e ideológica e, também, para a melhoria das condições de vida da população dos grandes centros urbanos que habitavam as periferias. Neste período, o Brasil alcançou altos índices de expansão industrial, proporcionado pela instalação de vários polos de desenvolvimento capitalista em todas as regiões do país. Estes polos eram assentados na diversificação estrutural proposta pelo capitalismo brasileiro, aplicado pela ditadura civil-militar que caracterizava tais empreendimentos como fundamentais para o desenvolvimento das localidades, pois estas matrizes econômicas eram a base de estabilização da burguesia no Brasil.

Celso Furtado explica que:

Em contraste à expansão industrial, tem-se o sofrimento das populações pobres, que sentiam as consequências das expansões propostas pela linha de governo fixada pelo Ministério da Fazenda. Essas medidas aumentavam as cotações de juros para atrair investimentos estrangeiros por meio dos pagamentos das altas cotações dos empréstimos, que o povo deveria pagar por conta dos ajustes fiscais, além de cortes profundos nos setores que deveriam beneficiar as classes baixas da população brasileira e os aumentos excessivos de taxas de impostos internos cobrados. Isto, para pagar os altos custos dos empréstimos tomados junto aos EUA, que por meio do sistema financeiro, emprestava dinheiro à ditadura civil-militar brasileira, por eles apoiada. (FURTADO, 1978, p. 36).

Estas informações saíam em primeira mão nos meios de comunicação, dirigidos e orientados pela ditadura. Segundo eles, seriam as formas de investimentos e consequente desenvolvimento que estariam impulsionando o país, e a sociedade civil brasileira deveria “ficar ciente” das notícias divulgadas pelo governo. Cada notícia demonstrava um país que passava a direcionar-se para o “seio da alma econômica”, para as entranhas do capitalismo industrial, enxergando exclusivamente as cifras que desenvolveriam a burguesia industrial e

¹ Este corte temporal foi proposto, pois é neste período que as CEBs entram em atividade de militância política junto a Igreja. Dentro de uma concepção historiográfica, compartilho da análise de autores como José Paulo Neto em “Pequena História da Ditadura brasileira”, que identificam o período que vai de 1961 a 1964 como uma “etapa de ações políticas golpistas” por parte da burguesia e de militares que compõem o estado maior brasileiro para a instalação da ditadura civil militar.

agrária, que dirigiam o Estado Brasileiro. No outro lado desta escolha de direcionamento econômico, havia uma situação de pobreza nas zonas periféricas do país. Segundo Sung:

Neste momento, o campo social brasileiro abarcava uma quantidade crescente de desempregados e pessoas que viviam em condições mínimas nas diversas áreas e, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, com destaque às localidades que apresentavam uma forte concentração de renda, pobreza e exploração de mão-de-obra. (SUNG, 1992, p.).

As características eram: a grande concentração de terra por meio dos latifúndios, concentração de riquezas nas mãos de industriários como usineiros, baixos salários para os trabalhadores das fazendas e canaviais, falta de apoio social por parte do governo e sindicatos manipulados pelo Estado. Tal cenário apresentava-se em especial em populações na periferia das capitais e zona da mata nordestina.

Neste contexto de necessidade social e econômica, a IC havia lançado projetos de instrução direcional, social e política, mediante propostas lançadas pelas conferências episcopais latino-americanas do Rio de Janeiro (1950) e de Medellín (1968). As reuniões visavam a busca de uma nova orientação social e política das comunidades populares nas diversas partes do continente. Para isto, elas lançaram dois projetos que buscavam a introdução social da Igreja dentro da comunidade política. Visavam também um diálogo entre IC e comunidades populares de trabalhadores. Estas, durante um determinado período, passaram a ser direcionadas e instruídas pela influência política de grupos partidários que proviam dos sindicatos fabris e apresentavam um modelo econômico e social diferente do proposto pela ditadura e pela IC. Para ocupar estes espaços, inicialmente, a IC lançou o primeiro projeto, o Plano Pastoral de Emergência (PPE) na década de 1950 e, posteriormente, no final da década de 1960 estabeleceu o Plano Pastoral de Conjunto (PPC). Por meio deles, a IC difundiu as bases de um mecanismo que visou reforçar a presença da instituição dentro da sociedade. Através dos planos pastorais foi possível definir estratégias que dialogassem com as práticas experimentais propostas com a “infiltração” da IC. Este projeto lançou as formas de uma nova ação que a IC seguiu e desenvolveu como comunidade política. Assim, estabeleceu uma linha de projeção do grupo que apresentaria uma finalidade mais concisa no seu espaço social e político de atuação. Isto no momento em que determinadas comunidades políticas, como eram exemplo o Partido Comunista Brasileiro e os sindicatos socialistas, competiam com a IC, no campo da instrução social e estavam sem força dentro das localidades que atuavam.

O Plano Pastoral de Emergência de 1962 representou um direcionamento da IC na busca por estabelecer bases políticas e estruturais de uma linha religiosa que viria a desempenhar uma função articuladora dentro das comunidades populares e, mesmo, um novo projeto para a sociedade brasileira. Estas comunidades eram os embriões estruturais do que viria a ser desenvolvido entre os anos de 1966 a 1979, baseado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estruturadas no PPC (Plano Pastoral de Conjunto). Estas demonstraram uma capacidade importante da IC em estruturar ações políticas e também de projetar medidas que vieram a articular formas políticas que visavam a expansão e a concretização de suas bases dentro das classes trabalhadoras e paupérrimas, afetadas pelo capitalismo brasileiro. Buscavam, por outro lado, ocupar o espaço de orientação social deixado pelos partidos socialistas que instruíam as comunidades. Esta ocupação foi possível com a ação do extrato religioso progressista da IC baseado nas CEBs.

(...) Além disso, do ponto de vista da Igreja, as Ceb's se converteram em uma forma alternativa de organização do culto e, simultaneamente, em escolas para educar os explorados na defesa dos direitos humanos inalienáveis. Enfim, foi a partir das experiências das Ceb's (e várias outras estruturas auxiliares ligadas a Igreja, como a "Comissão Pastoral da Terra") que emergiu uma crítica poderosa, de uma ótica popular, ao capitalismo brasileiro e uma defesa igualmente vigorosa de uma nova ordem socialista. Por conseguinte, a permanência das CEBs não constitui um assunto meramente acadêmico, mas antes uma questão da maior importância política. (STEPAN, 1987, p. 232).

As CEBs² tinham um importante papel no desenvolvimento de métodos de ensino ideológico e catequização das expressões políticas que a IC trazia com a finalidade de formação social para as comunidades subalternas. Segundo Frei Betto (ano, p. 17) no Brasil, em 1970, havia cerca de 80.000 CEBs. Mais ainda, formavam o contra-avanço religioso-político da IC contra os seguimentos políticos ligados à ditadura civil-militar e que estavam infiltrados dentro dos grupos de trabalhadores. Também exerciam a função de escolas sociais, tendo como objetivo instruir a classe trabalhadora através da educação popular. O Konder e Frei Betto (2000, p. 7) explicam que "Tomando como direcionamento a formação do educando, principalmente, a respeito dos direitos sociais que o indivíduo tinha dentro do Estado". Estas instruções tinham a finalidade de esclarecer o indivíduo na defesa dos direitos humanos dentro do estado brasileiro e as consequências que a presente ditadura civil-militar exercia sobre eles. Sendo assim, foi através da experiência das CEBs que passou a ser difundida uma crítica de caráter popular ao capitalismo brasileiro, dentro das comunidades subalternas.

² Documento Gênese, Dinâmica e Perspectiva das CEBs do Brasil (Palestra para o CIDSE São Paulo). Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Armário 2. Gaveta 3.

1.2 A Igreja Católica progressista e o desenvolvimento das CEBs: 1970 a 1979

O período que abrangeu os anos de 1970 a 1978 foi caracterizado na IC como aquele de expansão do grupo influenciado pela linha popular ou *progressista*, pela efetivação e expansão das CEBs dentro da sociedade brasileira. Isto porque sua quantidade aumentou gradativamente ao passo da participação de um número maior de leigos nas ações sociais promovidas por elas. Mediante a concretização destes objetivos, a IC buscou dois pontos importantes dentro de sua estrutura. Para Marins (1985, p. 49) “O primeiro consistiu na expansão do poder religioso e político da IC frente a outras religiões, principalmente a afrobrasileira”. O segundo consistia em formar uma nova “expressão de poder político ideológico de caráter comunitário”, ocupando o vácuo político deixado pelos partidos e sindicatos de esquerda, postos na ilegalidade pela ditadura. Esta forma de poder proporcionava a formação e mobilização de militantes religiosos perante a estrutura política vigente³.

Esta expansão das ações religiosas da IC consistiu em desenvolver uma estratégia de ocupação do espaço ideológico em dois momentos. Primeiramente, ocorreu o melhor deslocamento e distribuição de padres, freis, freiras e indivíduos ligados à estrutura eclesial, ocorrido em maioria entre 1970 e 1973, que foi de fundamental importância para desenvolver a meta de articulação e “ocupação territorial” proposta no PPC. Esta redistribuição foi proporcionada, pois a IC concentrava a maior parte de seu clero na região metropolitana dos estados que apresentavam uma planta industrial e forte concentração política e humana. Isto fez gerar um quadro de diminuição de religiosos nas regiões do interior do país. Com a aplicação do projeto proposto pelo PPC, a IC passou a distribuir e organizar novas linhas de padres que dialogavam com as camadas leigas e que possibilitavam a difusão da instituição católica no interior do país. Por isso, foram deslocados como forma de reforço humano para esta expansão. A IC determinou a vinda de religiosos de várias regiões do país que estavam concentrados na parte urbana e também de estrangeiros para a expansão das atividades pastorais.

A vinda de religiosos estrangeiros teve por finalidade a introdução de indivíduos com experiências de organização e de instrução social das comunidades populares. Estes religiosos

³ A Lei nº 5.540/68 e 5.692/71. Tiveram como finalidade adequar mais efetivamente o sistema educacional à orientação política e econômica do regime militar; introduzindo a escola nos moldes de racionalização do sistema de produção capitalista. Texto retirado do Livro Democratização da Escola Pública – A Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. Libânio, José Carlos, p. 31.

apresentavam a experiência de terem participado de movimentos populares de resistência social na Europa e América Latina. Muitos destes padres eram formados em outras linhas teóricas. Esta formação resultava na construção de linhas litúrgicas que orientavam os documentos produzidos pelas CEBs brasileiras, carregados de teorias que apresentavam o Humanismo e o Socialismo como inspirações que deveriam guiar as ações das pastorais dirigidas pelas CEBs. Estes documentos, produzidos dentro das CEBs, apresentavam como direcionamento social a análise das condições econômicas que os “irmãos em Cristo” estavam sofrendo, dentro das atuais imposições do capitalismo latino-americano. Os religiosos cuidaram desta temática aos olhos da interpretação política da teoria da dependência econômica latino-americana. E, principalmente, pela orientação da Teologia da Libertação, que orientava a Igreja Católica na “opção preferencial pelos pobres”. Estas características teóricas eram típicas do grupo que ganhou muita influência na Igreja Católica com o apoio do CELAN (Conselho Episcopal Latino Americano), os denominados “progressistas”.

O estabelecimento deste grupo com inclinação popular significou que a IC estava estabilizando um novo direcionamento social e político em seus quadros. Isto por buscar desenvolver mecanismos de diálogo com teorias que preservavam as bases populares existentes na sociedade. Esta linha passou a ditar as novas ações das CEBs, a dialogar com termos sociais e trabalhistas propostos nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Mater et Magistra* (1961) e, principalmente, pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965). As encíclicas provocaram um maior apoio por parte do CELAM ao grupo de intelectuais religiosos que apresentavam as classes populares como grupo de orientação ou foco de evangelização. Esta estratégia fez como que a IC passasse a expandir seu poder ideologicamente. Ela objetivou a efetivação da “ação católica popular” dentro das diversas sociedades subalternas como os grupos de pescadores, marisqueiras e os “sem teto”. Desenvolveu estratégias políticas que buscavam a introdução de uma simbologia religiosa que fosse aceita pelas camadas populares. A medida era baseada na encíclica *Lumen Gentium* (1964) e deveria abarcar os campos da cultura leiga desta classe. Este direcionamento proporcionou a expansão das ações da IC para dentro dos grupos de manifestações culturais de caráter popular. A importância dessas manifestações, no que diz respeito a Alagoas, pode ser compreendida na seguinte avaliação do folclorista Théó Brandão:

É este, aliás, um dos aspectos mais característicos de nossa terra. Folcloristas, escritores, viajantes que assistem em Maceió os nossos autos e folguedos ficam realmente admirados de encontrar uma certa época do ano – período de festas de Natal – toda uma população dividida, não em partidos religiosos, políticos ou esportivos, mas em duas cores. (...) – e nos pastores como nas Cavalhadas “torcem”

e defendem com seus aplausos e gritos suas cores prediletas (...). (BRANDÃO, 1978, p. 15).

Consciente da força de mobilização dos folguedos a IC organizou uma estratégia de relacionar as manifestações religiosas com os dias de realização dos festejos populares para, com isto, estabelecer uma relação de diálogo e atenção sobre as manifestações que os populares expressavam. Esta relação gerava um princípio psicológico de que a instituição buscava dar prestígio aos indivíduos que pertenciam às manifestações populares. Assim, projetando uma ação de legitimação no popular de que a IC preocupava-se com as possíveis dificuldades que o indivíduo poderia ter na sociedade. Com isto, estabeleceria um laço de poder psicológico entre o popular e a estrutura religiosa. Sendo assim, gerava uma ação de legitimação das ações propostas pelo grupo como forma de direção social. Consequentemente, a IC passou a assentar as ações de poder cultural, propostas por ela como forma de expansão social dentro das comunidades, mediante o uso das manifestações artísticas e as festas religiosas. Situação percebida nas festas de Nossa Senhora do Pilar nos anos 1970. Neste período era frequente a participação de folguedos populares na festa. Estes eram representados por Pastoris compostos por meninas das comunidades periféricas, Guerreiros formados por trabalhadores rurais e Cavalhadas compostas por vaqueiros das fazendas da região de Pilar e municípios vizinhos⁴.

1.3 O projeto progressista: O PPC e as CEBs de 1970 a 1979

Na década de 1970, as CEBs se estruturaram por meio de reuniões realizadas semanalmente e que geralmente ocorriam em algum espaço dentro da própria comunidade na qual estava instalada ou em um local sob administração da paróquia a qual estava ligada. Oliveira (1978, p. 13) explica o processo “As reuniões eram conduzidas através da discussão de textos ou temas bíblicos e, por meio deles, em uma forma direta, eram estabelecidos comparativos entre as condições socioeconômicas de opressão que Jesus Cristo, os apóstolos e o “povo eleito” enfrentaram perante o Império Romano”. Deste modo, comparavam os “tempos de opressão” bíblicos com a situação atual dos trabalhadores e pobres. O debate era permeado pela política. Por exemplo, usavam-se os textos bíblicos do Êxodo e do Apocalipse para estabelecer analogias e se pensar estratégias de solução. A análise desses textos estabelecia, portanto, uma ponte para a compreensão de como o “povo de Deus”, ou seja, “os

⁴ Arquivo da Casa de Cultura de Pilar. Álbum de festas religiosas.

trabalhadores despossuídos” estavam sofrendo com a exploração exercida por uma classe. Tal força de identificação entre eles justificaria e reforçaria o valor religioso das lutas a serem travadas em busca de justiça social. Isto expressava o direcionamento ideológico reforçado pelo método “Ver, Julgar e Agir”⁵ e pela Teologia da Libertação⁶ dentro das CEBs, como formadores de estruturas políticas e ideológicas nas comunidades de trabalhadores.

Por meio das CEBs buscava-se uma relação de interpretação e conscientização, estabelecendo uma análise das consequências do modo de produção no cotidiano social dos trabalhadores católicos. O direcionamento dado por um grupo ideológico tinha por característica dialogar com os padrões conservadores de análise das condições sociais da população; baseados no dualismo grego, assentados nas concepções de divisão “entre céu e terra”. Este padrão é base fundamental para a Teologia da Libertação. Isto por ter estabelecido uma linha de “salvação social”, baseada na compreensão e melhoria das ações terrenas do indivíduo, como forma de melhorar a condição material e espiritual dos indivíduos. Portanto, apresentaria a Teologia da Libertação como elemento religioso de estruturação ideológica da Igreja através da função formadora da base política de seus membros.

No entanto, o desenvolvimento ideológico da Teologia da Libertação dentro das CEBs e Pastorais no Nordeste, em meados de 1977, não obteve grande aceitação pelas alas conservadoras da IC. Pois, elas expressavam a perda da limitação da fixação de poder político e ideológico da IC na mão do clero tradicional; representava a abertura e expansão de grupos religiosos políticos ligados a classe popular, expressos na ala “progressista” da Igreja. Quando a TL foi introduzida nas CEBs, teólogos conservadores colocam-na como um “perigo” nas ações desempenhadas sobre o campo social brasileiro e nordestino no período de ditadura civil-militar⁷. Chegaram a considerá-la como uma “teoria de estrutura socialista”⁸ e as CEBs seriam influenciadas por ela como “obras do acaso religioso e político”. Logo, esta relação articulou a difusão da proposta social popular católica nas comunidades e o desenvolvimento

⁵ “O VER se entende, não como um mero falar “sobre” uma realidade, senão como se a vê, se a entende e se a assume. O JULGAR avalia pessoas, estruturas e culturas no hoje da história, recebe-as no que tem de verdade e bem; convida a enriquecer-se com cada realidade conhecida, estudada, discernida. O AGIR recebe e transforma; reconhece, purifica e completa”. DOCUMENTOS DO CNBB - 76. Plano Pastoral de Emergência - 1963.

⁶ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Emergência para a Igreja do Brasil. 2004. São Paulo.

⁷ Neste ponto discordo do teórico J. B. Libânio em citação no livro Comunidade eclesial: comunidade política, ensaios de eclesiologia política, 1ª edição. Petrópolis. Vozes. p.75. Ele afirma que as CEBs não apresentavam um caráter político como primeira linha de instrução. Discordo, pois dentro da estrutura das comunidades havia o objetivo de construir um novo indivíduo orientado para o socialismo político cristão, que visava o combate ao materialismo consumista, como coloca Leonardo Konder e Frei Betto em o Indivíduo no Socialismo. Assim, apresentando a função de formadora da consciência política do “novo homem”. Logo as CEBs apresentavam uma finalidade de revolucionar a mentalidade do indivíduo em “novo homem”.

⁸ Gênese, Dinâmica e Perspectiva das CEBs do Brasil (Palestra para a CIDSE, em São Paulo) Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Gaveta 3, Armário 2.

de uma educação de participação do indivíduo. Atingiu, objetivamente, a finalidade da luta sociorreligiosa proposta no PPC, frente ao regime político militar.

O PPC baseava-se em seis pontos que definiram as ações propostas pela Igreja. Ela deveria participar das ações na comunidade (sociedade civil) e pregava certos valores e ações: (1) a unidade visível da Igreja Católica baseada nas expressões propostas pelas encíclicas *Lumen Gentium*, *Cristus Dominus*; (2) a Ação Missionária teológica, em grupos que buscavam, por meio da instrução da bíblia, difundir a ideologia proposta pela IC como forma de preparar os membros que formariam as comunidades políticas católicas; (3) a Ação Catequética de aprofundamento doutrinal e reflexão teológica (*Dei Verbum*) caracterizada como atividade que instruiria a elaboração dos instrumentos que deveriam servir como formas ideológicas para as comunidades católicas, caracterizada pelo uso de teorias que expressassem as condições sociais da classe assistida pela Igreja; (4) a Ação Litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*); (5) a Ação ecumênica (*Ultitatis Reditegratio*), e, (6) a Ação da IC no Mundo⁹.

Por meio destes, a IC, nos anos de 1970, passou a direcionar as estratégias de como deveria intervir e ocupar os espaços sociais que surgiram com o contexto sócio-político imposto pelo regime capitalista brasileiro. Deste modo, foi estabelecida uma proposta de trabalho que buscou influenciar as classes trabalhadoras sobre o caminho que deveriam tomar para a ação social. Tal proposta foi gradativamente conquistada através da participação nas ações realizadas pelas comunidades, baseadas no direcionamento proposto pelas diretrizes elaboradas no PPC. Estas, em um primeiro momento, tinham três critérios de organização e centralização institucional de caráter *extraordinário*, *unitário* e *planificado*. O primeiro ponto era expresso com a finalidade de a instituição corrigir ações de expansão ideológica que apresentassem falhas e que levassem a perda de força política (ideológica) para outras instituições evangelizadoras. Principalmente, as que estavam contidas no plano de emergência de 1963 e que expressavam apoio claro da IC a instalação do capital no Brasil. Motta (2002, p.) diz que “Mais ainda, a retirada de foco do processo de luta do anticomunismo¹⁰ proposto no mesmo plano religioso. Isto fez projetar uma necessidade da instituição em dialogar com grupos políticos de caráter socialista”. Eles poderiam compor setores de expansão política ou religiosa da IC. O segundo caráter *unitário* visou que as paróquias e as respectivas CEBs e pastorais, que estivessem ligadas a elas, deveriam seguir uma mesma forma de didática instrucional. Para isso, os grupos de caráter conservador e progressista, deveriam seguir as

⁹ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. 2004. São Paulo.

formas propostas como metas do PPC para cada região. O terceiro caráter, *planificado*, buscou a contenção e correção das falhas de direção instrucional e garantir a efetivação das ações políticas da IC. Consistiu em que as instruções ideológicas deveriam apresentar uma rápida efetivação dentro das comunidades. Dessa forma, deveriam ser implementadas com “*as mesmas*” características em todas as localidades e que, as possíveis mudanças que poderiam ocorrer na direção, só poderiam vir de um organismo central como a CNBB e os quadros de colegiados pertencentes a ela. Assim, garantir-se-ia um ganho de espaço político ideológico mais rápido e efetivo¹¹. Com isto, possibilitava expandir uma linha direcional e expansiva firme e objetiva para se obter resultados efetivos, situação que foi definida em 1971 pela CNBB. Conseqüentemente, foi estabelecida uma linha única de aplicação para as propostas ideológicas. Sendo assim, impôs-se que todas as ações e direções que a IC tomaria deveriam ter como norte as conferências nacionais e as determinações propostas pela CNBB. Pondo fim à descentralização das ações de grupos que apresentavam as paróquias e arcebispados como meio para difundirem suas ações individuais de manifestação. A Igreja passou a limitar a infiltração de “blocos ideológicos”, que concorriam com ela e que acabavam retirando seguidores, como foi o caso de ex-membros do PCB com a Ação Católica e com as Juventudes Católicas.

Com este direcionamento, em 1971, a IC procurou conter as divisões políticas que existiam dentro da organização¹². Ressaltava a importância indicada no terceiro ponto do plano determinava uma planificação de ações entre “conservadores e progressistas”. Tais deveriam ser tomadas como direcionamento para a melhor efetivação da ocupação de espaço político e ideológico proposto. Além disso, este direcionamento tinha por finalidade, demonstrar diretrizes unitárias para a execução de ações dentro das centrais de difusão religiosa (ideológica). Isto para conter e extinguir ações espontâneas que setores da instituição pregavam. Esta influência do “espontaneísmo” social poderia gerar uma independência ideológica de determinados setores religiosos e, principalmente, dos formados por leigos. Uma vez que eles poderiam desenvolver seus próprios métodos de difusão religiosa. Preocupar-se-iam também do perigo da forte influência do empirismo sociológico que emergia dentro destas linhas que participavam da catequização da IC. Grupos empíricos que recebiam forte influência dos modelos marxianos e que influenciavam setores da sociedade

¹¹ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. 1966 a 1970. 2004, São Paulo.

¹² DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. 1966 a 1970. 2004, São Paulo, p. 9.

brasileira. Estas influências permearam o âmbito religioso por meio do caráter difuso que tomou o desenvolvimento do PPC¹³.

Para desenvolver este plano político (ideológico), a IC, em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, elaborou uma divisão regional das centrais que deveriam orientar e regular as ações que eram desenvolvidas nas sedes arcebispaís e paroquiais. Elas coordenavam suas respectivas seções de CEBs e pastorais. Assim, as regionais foram divididas em dez, sendo o Nordeste dividido em três sub-regionais, ficando Alagoas na Regional II, ligada ao maior foco de resistência política à ditadura civil-militar na região, o arcebispado de Pernambuco dirigido por Dom Hélder Câmara. Mas isso não significava que Alagoas seguia as mesmas técnicas de direção política praticadas nas CEBs pernambucanas. Para garantir uma direção única de luta política, a Igreja brasileira determinou metas para serem aplicadas dentro das seções das igrejas locais (dos arcebispadós e bispados). Estes direcionamentos eram baseados nos seguintes aportes de finalidade: (1) a renovação da IC, para atender o novo grupo social que se expandia, a classe popular e (2) a elaboração de meios para a expansão da ideologia católica. Portanto, como forma de expansão e realização de seus objetivos por meio da possibilidade de uma renovação contínua do plano, caso ocorressem falhas ou a necessária adequação das estruturas eclesíásticas aos momentos políticos, econômicos e sociais vividos no Brasil e no nordeste. Demonstraria um caráter extremamente objetivo das ações que deveriam ser realizadas para a difusão dos princípios da política católica para a sociedade.

A organização dos grupos nestes moldes apresentava como finalidade um novo direcionamento político e social que a Igreja tomava como base a partir da Conferência Episcopal de Medellín (1968). Lá se analisou as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade latino-americana: a expansão dos partidos de esquerda, a necessidade de maior assistência popular e a série de revoluções que se deram em países com população católica extensa e alto índice de desigualdade social. Este quadro proporcionava o desenvolvimento de um temor da formação de grupos políticos de caráter subalterno que poderiam surgir da população pobre e explorada das periferias das metrópoles e das regiões rurais. Sob a tutela de grupos políticos que contrariavam as intenções políticas propostas pela IC. Poder-se-ia, neste caso, estabelecer um processo social no período de 1970, que romperia com a temporalidade escatológica proposta pelos grupos conservadores da instituição. A IC passou a traçar metas

¹³ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966 a 1970, São Paulo, 2004.

para a expansão deste plano ideológico dentro das classes populares. Ela determinou um prognóstico temporal para, a cada cinco anos, estabelecer reuniões e verificar o nível de expansão que o plano pastoral atingiu nos espaços sociais em que fora implantado. LÖWY (1991, p. 31) ressalta “Esta determinação temporal era a marca da expressão da ala progressista da Igreja”, que buscava conquistar mudanças no campo temporal¹⁴.

A estratégia da IC, nos anos de 1970, era uma proposta de comunhão entre os indivíduos que formavam a sociedade civil e, principalmente, pela composição de núcleos sociais nos bairros metropolitanos. Também nas comunidades rurais que tinham suas reuniões promovidas como forma aglomeradora e direcionada¹⁵. A reunião inicialmente tinha como finalidade o culto, as ações religiosas como a pregação e o ensino da bíblia. Isto gerava um envolvimento das pessoas que participavam, já que a IC buscava projetar uma atenção e respeito sobre os frequentadores. Estas características projetavam uma condição de importância social para o indivíduo participante. A IC passava a dar responsabilidades de expressão social sobre eles, ao realizar as pregações dentro da comunidade. Deste modo, expandia o poder ideológico de influência dela dentro das comunidades, por meio do anúncio missionário. Esta forma de direcionamento proposta pela instituição visava efetivar as ações religiosas dentro da localidade. E, também, a finalidade de estabelecer um processo de identificação da IC com os membros da comunidade¹⁶.

Este direcionamento visava concluir um processo de adaptações que estavam propostas dentro das linhas de direções políticas, baseadas em progressistas e conservadores. Pois, este processo de diálogo com as comunidades foi definido em três momentos pela cúria que dividiu as formas de adaptações por características de cada região brasileira. Sendo assim, estabelecia a direção e os objetivos que a instituição propunha para buscar o melhor domínio ideológico e político sobre as regiões nas quais as comunidades de base estavam ou poderiam ser fixadas. Um destes direcionamentos era: “A presença da Igreja em áreas de evolução lenta, de estrutura patriarcal e economia de subsistência”. Ou seja, a formação de comunidades de influência da IC em regiões rurais e que sofriam sobre o domínio dos “coronéis políticos”. Assim, incentivaram uma forma de comunidade que buscava o entendimento com os grupos políticos locais. Por meio desta conduta, mantinham a influência sobre as comunidades e estabeleciam um diálogo de comunhão com a política patriarcal. Este posicionamento apresenta a Igreja em sua forma mais conservadora de relação social, pois,

¹⁴ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. São Paulo, 2004, p. 20.

¹⁵ Idem. 2004, p. 21.

¹⁶ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. São Paulo, 2004, p. 20, p. 23 e 28.

não buscava denunciar as relações políticas de exploração que ocorriam na região que a comunidade estava localizada. Ela contentava-se em desempenhar um ritual litúrgico e escatológico sem influências políticas perceptíveis.

Já em comunidades que apresentavam um grau de desenvolvimento industrial forte, como as das regiões metropolitanas e cidades, o espaço ideológico como meio de orientação das comunidades trazia um grau de informação crítica sobre os aspectos da política. Ali as comunidades católicas ocupavam o espaço que antes era de partidos políticos, com elementos ideológicos das classes sociais que habitavam estas regiões. Nestas localidades, a instituição passava a atender as necessidades requeridas pela comunidade. Desta maneira, ao tempo em que a IC espalhava seus “tentáculos” ideológicos e religiosos sobre a comunidade, ela deveria atender as necessidades sociais daquela. Isto foi baseado em um acordo tácito que é proporcionado pelo grau psicológico¹⁷ de difusão política e religiosa que os componentes da comunidade possuíam. Pois, o frequentar as atividades propostas pela IC está condicionado às influências e benefícios sociais e religiosos que o indivíduo vem a receber pelos contatos sociais promovidos pela IC¹⁸. Segundo o PPC:

Esta presença da Igreja é uma das questões fundamentais da ação pastoral, e tem assumido formas variadas ao longo da História, precisamente porque estas formas dependem, em parte, do contexto histórico em que se realizam. Baseados na situação concreta da comunidade humana, podemos caracterizar em três tipos principais a presença da Igreja no contexto histórico brasileiro. - A presença da Igreja em área de evolução lenta, de estrutura patriarcal e economia de subsistência. Nesta áreas ela é chamada, muitas vezes, a desenvolver uma ampla tarefa de civilização. - A presença da Igreja em áreas em vias de desenvolvimento, em transformação de estrutura, em estágio pré-teórico de civilização. A comunidade humana começa a assumir mais adultamente suas responsabilidades, papel de testemunha, animação e fermento. - Presença da Igreja em áreas tecnificadas e urbanizadas. Neste contexto, ela assume uma ou outra tarefa de civilização, como testemunho da caridade, mas sua função decisiva é de animação e fermento, revelando aos homens o verdadeiro sentido e destino dos seus esforços. (Plano Pastoral de Conjunto, 2004).

Observa-se, neste trecho, que a IC durante os anos 1970 traçou uma estratégia de “infiltração” nas comunidades e determinava os impactos e as características que cada comunidade poderia apresentar, seja pela ruralização, urbanização ou industrialização e, principalmente, sobre as condições políticas e econômicas. Objetivou a melhor adequação, a mentalidade e a estrutura política e social que a comunidade poderia apresentar. A IC possuía uma base centrada e direcionada sobre os objetivos que deveriam ser atingidos pelos indivíduos que compunham o grupo de animadores e leigos introduzidos na localidade. Estas

¹⁷ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto 1966/ 1970. São Paulo, p.?

¹⁸ Idem. Op. cit., 2004.

formas variadas de ambientes que foram projetados apresentam uma ligação temporal e espacial. A mesma circunscrição eclesial que dirigia uma comunidade poderia apresentar formas e expressões heterogêneas de direção administrativa, o que provocava um processo heterogêneo¹⁹ de direção política e religiosa tomadas por cada comunidade.

1.4 Metas definidas para o desenvolvimento das CEBs

Para o cumprimento do PPC, nos anos 1970 e começo de 1980, a instituição traçou um plano de metas instrucionais para que cada CEB, mesmo com diferenças de direção social, apresentassem resultados convergentes do ponto de vista de expansão ideológica da Igreja. Foi determinado que cada paróquia deveria seguir um princípio de repasse de informações, por meio de relatórios mensais carregados de dados sobre a comunidade na qual estava sendo desenvolvida a ação pastoral. Nestes relatórios eram observados a realidade social da comunidade, qual o nível de frequência que a comunidade tinha e também a quantidade de jovens existentes na localidade; principalmente, o nível educacional dos jovens e de suas famílias. Mais ainda, se na localidade já existiam grupos políticos que apresentavam um direcionamento de reivindicação perante as condições econômicas²⁰.

Portanto, analisava-se a paróquia, apresentavam-se seguidores que demonstravam ligações com organismos trabalhistas como sindicatos, organizações comunitárias ou de bairro. Além disso, era observado se estes agentes, caso presentes na comunidade, possuíam meios de ligação com a igreja, através da participação dos representantes em organizações como, por exemplo, os grupos de ação, de oração e de catequização. Este levantamento apresentava uma finalidade indutora dentro das comunidades, que consistiu na formação de um processo de opinião social por meio dos frequentadores da paróquia, como se verifica a seguir²¹: Pontos Estudados durante o Encontro: Foi feita uma relação dos assuntos apresentados pelos participantes, chegando as seguintes conclusões: (1) Troca de experiências comunitárias, (2) Sindicato e Terra, (3) Relatório (questionário enviado as comunidades) e (4) Política.

Estas metas tinham um ponto de fundamental importância, na década de 1970: a “vistoria” dos possíveis movimentos que existiriam na comunidade. Já que estes poderiam ser

¹⁹ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. São Paulo. 2004, p. 32.

²⁰ Relatório do II Encontro de Comunidades Eclesiais de Base, Baturité, setembro de 1979. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, gaveta CEBs.

²¹ DOCUMENTOS DO CNBB. Plano Pastoral de Conjunto 1966/1970. 2004, São Paulo, p. 42.

possíveis entraves para a efetivação da ação da instituição como órgão difusor de ideologia dentro da comunidade. O risco seria estes movimentos lançarem bases entre os trabalhadores da pedagogia de partidos que buscavam o combate à ditadura civil- militar, assim, seriam elementos que causariam instabilidade aos fins de expansão ideológica católica. Para conter e desdobrar as ações ideológicas promovidas pelas comunidades trabalhistas, a IC, neste período, cooptava as lideranças destes movimentos; mediante propostas da instituição em exercer a função de ponte política de diálogo destes movimentos junto às classes dominantes. Este contato, também constituía em a IC prestar serviços de representação política e judicial a essas lideranças, por meio de suas organizações jurídicas (Comissão de Paz e Justiça - 1980). E, assim, diante desta troca, as lideranças legitimavam-na como seguimento ideológico local. Estas informações eram repassadas ao arcebispado, para que medidas fossem tomadas para o melhor desempenho do processo de desenvolvimento do plano social da IC dentro da comunidade. Como foi feito na fazenda Grajaú de Cima no município de Pilar em 1980. Ali a IC, por meio da CPJ, foi a mediadora entre os trabalhadores rurais e os donos da fazenda em um processo de reivindicação por melhorias nas condições de renda e trabalho. Conflito que começou porque muitos trabalhadores sofriam com 12hs de trabalho diário, nos canaviais da fazenda, e apenas obtinham remuneração abaixo do salário mínimo²².

Além desta forma de direcionamento proposta como meta, durante a década de 1970 e até o início de 1980, a instituição visou também atingir as famílias e a juventude dentro da comunidade. A IC observava a crescente participação das ações dos jovens nas comunidades interioranas e, principalmente, dentro de organismos políticos que apresentavam a quebra do sistema subdesenvolvido agrícola-patriarcal, como fim e ação de práxis social. Para abarcar este grupo, principalmente de filhos de trabalhadores, a IC expandiu suas metas através da direção dos grupos de ação pastoral e de instrução ideológica das localidades. Tal ocorria mediante a observação do perfil dos jovens que frequentavam a instituição religiosa e a análise do nível de liderança e informação que possuíam. Assim, a IC por intermédio dos pais dos jovens, recrutava-os para uma iniciação instrucional. Formavam uma futura liderança local, em suas bases ou um futuro líder dentro dos quadros clericais. Consequentemente, formariam futuros indivíduos que ingressariam nos quadros políticos de movimentos sociais promovidos pela IC na região e contribuiriam para a sua expansão ideológica.²³

²² Carta de agradecimento dos trabalhadores rurais da fazenda Grajaú de Cima no município de Pilar. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão de Paz e Justiça. Armário 2, Gaveta 3.

²³ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966 a 1970. São Paulo, 2004, P. 42.

O recrutamento destes jovens e, principalmente, de indivíduos com capacidade crítica de enxergar as condições sociais, como exemplo as lideranças políticas, apresentava outra finalidade que consistia na formação de um grupo de opinião difusora das práticas sociais da IC dentro da comunidade. Pois, os indivíduos que formavam a comunidade religiosa geralmente eram compostos por seguidores que faziam parte de classes sociais influentes como: políticos, professores, médicos, comerciantes ou, de classes populares com postos influentes, como é o caso de lideranças de associações de bairro ou sindicalistas locais. Eles eram considerados formadores de opinião para a comunidade já que estavam em contato com postos políticos. Esta forma de relação projetava no imaginário social popular²⁴, o princípio dos “homens de sociedade”. Ou seja, aqueles que viviam em contato direto com pessoas que possibilitariam o atendimento de alguma solicitação ou pedido, como os políticos locais. Deste modo, as informações tratadas pela IC eram transmitidas e difundidas dentro da sociedade, em meio ao estabelecimento de uma relação de “duplo benefício”. Visto que, ao tempo que estas linhas difundiam as ideologias propostas pela instituição, também manifestavam e propagandeavam as ações destes indivíduos na comunidade. O que gerava um benefício mútuo, que consistiria em uma dupla legitimação social pela comunidade. Com isto, a IC formava um bloco de opinião pública que visava legitimar a influência ideológica promovida pela instituição.

Técnicas de trabalho usadas nas comunidades: - Convida-se o povo para refletir o evangelho, - Reuniões nas casas para aprender a conhecer mais o Cristo. – Uns partem do formulário dominical, - Outros seguem um roteiro, se reúnem semanalmente nas casas e mensalmente uma reunião com a comunidade geral. – evangelização nos lares. – Acentua-se muito a Pastoral do Batismo. – Dê-se importância nas visitas às famílias em alguns meios. -(AUTOR, ANO, p.)

Esta forma de difusão das ações e formação de uma opinião pública consistia também em expandir as ações da IC para os organismos que eram dirigidos pelas lideranças trabalhistas, que frequentavam o cotidiano da instituição. A difusão era feita com o uso da bíblia em cultos promovidos em associações comunitárias (p.ex. Associação de Pescadores) ou sindicatos. Eles tinham como modalidade de expressão informativa as concepções de relações socioeconômicas que ocorriam dentro da comunidade. Richard diz que:

Abordando-as dentro das linhas de visão propostas na bíblia, com o uso da teoria da dependência econômica, o princípio do subdesenvolvimento e as práticas da TL²⁵. O

²⁴ Conjunto de características sociais, políticas e culturais que giram em torno do senso comum popular sem explicações concretas dos fatos ocorridos. Informações carregadas de mitos e anedotas que são construídas ou difundidas no seio das classes populares.

²⁵ RICHARD, Pablo. A Igreja Latino – Americana, entre o temor e a esperança. Apontamentos teológicos para a década de 80. 1ª edição. São Paulo: Paulinas. 1982.

ensino destas informações era ministrado pelas escolas comunitárias dirigidas pelas lideranças políticas, com a imposição da instrução cristã dentro de seus meios. E, também, na formação de cursos de líderes comunitários (animadores), que visavam a instrução de indivíduos que poderiam difundir as ideias sociais e políticas da instituição no meio comunitário em que viviam. Este segmento visou instruir as famílias sobre o cotidiano das formas de conduta social propostas pela IC como meio de instruir socialmente seu lar. (RICHARD, 1982, p.).

Situação demonstrada pelos grupos de catequese, crisma e na escola comunitária de pesca Miriam Lima. Tais estruturas eram dirigidas pela paróquia Nossa Senhora do Pilar.

De acordo com Adorno (2002, p. 7) “Para estruturar e difundir estes princípios ideológicos a IC articulou os moldes de difusão característicos dos sistemas partidários do período. Estabeleceu sua expansão ideológica através da aplicação de um maior apoio dos órgãos de propaganda”. Alencar (1991, p.) complementa “Foi difundida a estruturação de rádios para que as instruções religiosas fossem propagadas para todas as regiões, tanto das capitais como interiores”. Por meio deste órgão de comunicação social, a IC ganhava espaço no processo de expansão ideológica²⁶ nas comunidades, já que estava agindo, efetivamente, em três frentes. Eles se constituíram de: (1) no contato pessoal com a comunidade, expandindo a ação de participação da IC da metrópole para dialogar com as comunidades interioranas e rurais; (2) a formação de redes de transmissão de informações comunitárias que tinham uma linha de influência forte dentro das comunidades; (3) as instituições de formação intelectual, que cuidavam na formação intelectual dos cidadãos e também a expansão e efetivação das instruções promovidas por ela. Já que, o rádio transmitia recomendações que o bispo instruíra para serem aplicadas nas paróquias e que confluíam com as instruções prestadas pelo padre. Isto gerava um respeito e confiança pelo ouvinte nas informações transmitidas pelo rádio e pelo padre²⁷. Um exemplo clássico desta relação era exposto pela antiga Rádio Palmares FM, localizada no prédio da catedral Metropolitana. Esta rádio transmitia diariamente as informações prestadas pelo bispo como forma de instrução religiosa. Com isto, reafirmava as informações prestadas pelos padres das respectivas paróquias, formando uma rede com potencial de articular ações e aglutinar pessoas.

Ainda dentro do campo das ações de contato ideológico com as comunidades populares, a IC estabeleceu uma efetivação de relação com grupos que apresentavam expressões artísticas. A instituição reconhecia a arte como forma de diálogo entre ela e as classes baixas. Fazia isso através da afirmação da presença de manifestações de caráter

²⁶ Jornal O Semeador, 1970. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Prateleiras jornais de 1970.

²⁷ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966/1970. São Paulo, 2004, p. 47.

artístico dentro da comunidade e, principalmente, nas festividades promovidas pela IC, expressas pelas comemorações dos dias dos santos. Cada grupo folclórico presente era composto por populares que habitavam as periferias dos municípios e formavam aglomerações artísticas com a finalidade da diversão e entretenimento da comunidade. O convite feito pela Igreja para demonstração das manifestações artísticas soava para muitos componentes, em sua maioria trabalhadores ou filhos de trabalhadores de um mesmo grupo, como a oportunidade para se destacarem dentro da comunidade. E, também de estabelecerem ligações com um público do qual poderia manter relações políticas. Isto tinha como efeito a abertura de contatos entre as classes populares e os grupos políticos e religiosos que dirigiam a região²⁸. Muitos trabalhadores ligados a estes movimentos folclóricos conseguiram empregos em prefeituras, pois, durante as apresentações, políticos queriam se promover com a manifestação cultural. Com isto, alguns acabavam cedendo a pedidos de emprego feitos por membros dos movimentos culturais. Como foi o caso de mestre Bumba, líder de Guerreiro no Pilar, que conseguiu emprego para ele e vários membros do grupo em cerâmicas da cidade.

Théo Brandão (1978, p.) explica que “Estas expressões artísticas serviram de ponte para a IC estabelecer contato com as classes trabalhadoras, por meio da efetivação das manifestações da cultura popular dentro das festas religiosas”. Deste modo a instituição elaborou uma análise das expressões artísticas que mais causavam impacto de aprendizagem nos fiéis. Foram observadas a musicalidade dos grupos artísticos, expressões corporais, linguísticas e representações físicas. Estas apreensões de expressões visavam uma melhor compreensão das ações culturais dos grupos subalternos. E, assim, a IC estabeleceu um padrão de construção de um projeto de instrução litúrgica que atingiria efetivamente os grupos populares. Este padrão teve sua efetivação dentro das CEBs e Pastorais onde foram implementadas em cartilhas, músicas e uma participação de expressões corporais. Levou a uma melhor efetivação das ações de expansão ideológica da IC que, neste momento, foi dirigida por animadores ou representantes religiosos da instituição na comunidade. O representante era devidamente treinado e instruído sobre como a comunidade agia e o que ela pensava e esperava nos âmbitos social e religioso²⁹. As ações foram observadas nos treinamentos realizados na Arquidiocese de Maceió entre 30 de abril e 04 de maio de 1979³⁰.

²⁸ Idem, 2004, p. 54.

²⁹ DOCUMENTOS DO CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966/1970. São Paulo, 2004, P. 55 e 57.

³⁰ Relatoria do curso de Padre Marins, realizado em Maceió nos dias 30 de abril a 4 de maio de 1979, p. 1 e 2. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs.

Foi o que acabou sendo desenvolvido nas atitudes tomadas pela IC nos anos de 1970, quando da expansão do PPC na sociedade brasileira, aos anos 1980, nas CEBs e pastorais nordestinas. Apresentaram a direção de ação social, característica de outras regionais, principalmente as da região Nordeste do Brasil, para aquele período. Esta estrutura de organização demonstrou que a instituição tinha plena noção do impacto da ação de direção exercida pelas comunidades eclesiais dentro das respectivas localidades. Havia uma visão de qual direção o projeto deveria tomar, mas não havia um controle absoluto sobre o encaminhamento ideológico progressista iniciado. Uma vez que era do conhecimento de toda liderança eclesiástica os seguimentos e divergências que existiam dentro dela. Assim, era projetado que a direção tomada por cada comunidade eclesial, proposta no PPC, implementadas nas diversas regiões do Brasil, passaria a sofrer da influência dos arcebispos ou paróquias locais, por meio da ideologia de padres e freiras que as introduziam em suas paróquias. Logo dependendo da região e da administração exercida por “conservadores ou progressistas” elas adentravam o campo social e político, ou apenas permaneciam nos limites propostos pelo PPC.³¹

<i>Metas propostas como Atividades-meios³²</i>
A missão específica e complemento de cada membro do povo de Deus
O mistério da Igreja universal e suas relações com a Igreja particular, primado do Papa e colegiado episcopal, e suas consequências sobre as estruturas de Igreja, à luz do Vaticano II e das exigências atuais.
A teologia da vocação.
As exigências atuais a respeito do sistema de sustentação da Igreja e gestão dos bens eclesiais.
Atualizar os presbíteros para que, na finalidade ao espírito da respectiva Ordem ou Congregação, se insiram cada vez mais na comunidade de Igreja em plano diocesano, regional e nacional.
Reinstalar o diaconato como ordem permanente e formar diáconos capazes de auxiliar o bispo a construir a unidade diocesana como ministros da Palavra, do culto, da caridade.
Preparar futuros presbíteros que, como cooperadores do bispo, sejam promotores qualificados da comunidade diocesana.

³¹ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966/1970. São Paulo, 2004, p. 67.

³² DOCUMENTOS DA CNBB. Plano Pastoral de Conjunto, 1966/1970. São Paulo, 2004, p. 42 e 43.

Formar coordenadores e promotores vocacionais.
Criar um movimento apostólico infanto-adolescente que ajude esses níveis de idade a se encaminharem normalmente à realização de sua vocação dentro do povo de Deus.
Dinamizar movimentos de juventude no mesmo objetivo.
Criar círculos de vocações religiosas sacerdotais para jovens e adultos que aspiram a uma consagração na vida religiosa ou apresentem possibilidades de serem chamados ao diaconato ou presbiterado, sem afastá-los dos movimentos apostólicos em que se encontram engajados.
Levar os orientadores vocacionais a integrarem sua profissão numa visão cristã global.
Criar um movimento de opinião pública que apresente uma imagem mais autêntica do laicato, da hierarquia e do estado religioso e sua melhor integração na comunidade de igreja.
Levar o povo de Deus a tomar consciência de sua responsabilidade na escolha e formação dos presbíteros, diáconos e ministros inferiores.
Dinamizar a participação dos leigos na Igreja e coordenar os movimentos de apostolado dos leigos, especialmente os movimentos de Ação Católica, integrando-se na unidade de Igreja em plano diocesano, regional e nacional.

Logo, essa dupla função de ação, segundo a análise feita no PPC, consistia em alcançar as metas propostas pelas alas que formavam a direção da CNBB. Estas consistiram em manter a presença das bases da IC tradicional e introduzir uma nova forma de igreja que dialogava com o povo, levando-a para as classes populares e mantendo os valores conservadores. E, também, desenvolvendo formas de organizações sociais que buscassem direcionar as comunidades locais. Desta forma, difundiriam um processo de diálogo da comunidade com os organismos centrais do Estado. Porque as formas de organizações de caráter comunitário se dariam quando os indivíduos que habitavam o local pudessem resolver seus problemas sem a intervenção do Estado. Para desenvolver este fim, a CNBB estabeleceu que cada regional central das CEBs, em âmbito regional, passaria a influenciar a política pedagógica proposta pela linha progressista nos arcebispados, e teriam autonomia para desenvolver seu próprio plano de ação na sociedade local. Este direcionamento conteve a influência conservadora e difundiu o projeto progressista sobre as comunidades eclesiais e sobre o campo político dos acontecimentos locais. Isto foi possível, pois a direção da IC passou a relacionar-se com suas comunidades de trabalhadores.

Portanto, para desenvolver esta relação e dar andamento ao seu projeto político foi adotado o trabalho pastoral; dirigido por religiosos e com a participação de leigos. Ou seja, indivíduos que apresentavam uma formação cultural cristã e com capacidade de liderança dentro das comunidades. Abrindo-se espaço, com isto, à aplicação das doutrinas da IC segundo as interpretações propostas pela CNBB. O estabelecimento do PPC foi proposto como uma visão crítica e com aporte de aplicação de teorias e métodos ideológicos que relacionavam religião e política. Estas relações remetiam aos processos políticos desempenhados pela IC dentro da Europa e na própria América nos anos de 1920 e 1930. Naquelas décadas a IC estabelecia centros instrucionais de formação social. Eles desenvolviam as ações práticas políticas a serem exercidas pelos grupos que existiam internamente na IC. Por exemplo, os *Integristas*³³, ligados aos grupos políticos de caráter conservador identificados com as classes média e alta urbana e com o totalitarismo europeu, Fascismo e Nazismo; os *Jesuítas*³⁴, linha de religiosos ligados aos movimentos operários e camponeses que tinham por objetivo auxiliar os trabalhadores na elaboração de suas organizações trabalhistas. Gramsci (2004, p. 190) relata que “Esta linha religiosa sofreu forte pressão do governo central do Vaticano por estar ligada às classes populares na Itália”.

1.5 CEBs e Pastorais: articuladoras políticas da Igreja no Nordeste

As CEBs no Brasil foram estruturadas durante o plano pastoral desenvolvido pela CNBB entre os anos de 1966 e 1979. Elas teriam a finalidade de construir uma base política social da IC dentro da sociedade brasileira³⁵. Sua estrutura é semelhante a um partido político, buscava difundir-se e estruturar-se dentro da sociedade civil, com um maior poder de influência dentro das comunidades católicas. Cada comunidade apresentava uma centralidade maior ou menor como característica de condução político-religiosa (ideológica) de sua

³³ É a linha política e religiosa da Igreja Católica que apresentava o conservadorismo, Manutenção da propriedade privada e era contrária aos movimentos dos trabalhadores que buscavam o fim dela. Dentro da América Latina o termo foi amenizado pelas “literaturas sobre o grupo”, sendo substituído por “conservadores”. Isto teve a finalidade de distanciar o conceito da linha religiosa com o proposto para grupos políticos que apoiava os regimes de caráter fascista na sociedade latina, como era exemplo os integristas no Brasil.

³⁴ Este grupo apresentava a ligação com movimentos operários como principal forma de ação política e religiosa na sociedade civil. A ação desta linha tinha a finalidade de socializar a propriedade privada. O conceito foi substituído nas literaturas latino americanas pelo termo progressistas. Isto com a finalidade de adequasse aos acontecimentos políticos de esquerda que ocorriam na região. O conceito abriu um pressuposto que a Igreja Católica apresentava uma estrutura que dialogava com as classes populares.

³⁵ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano pastoral Conjunto. 1966/1970. São Paulo, 2004, P 17 e 18. A Igreja expressava uma estrutura de Estado com Hierarquias políticas, mas dentro dos documentos dela à utilização de um linguajar próprio da instituição que a faz se ocultar frente a análise das categorias de ação política e hierarquia propostas para a visão leiga.

localidade. Retratavam de forma ordenada os objetivos que cada componente deveria desempenhar dentro da célula³⁶ local. Cada um era responsável por uma linha de condução política, caracterizada pela aplicação de técnicas pedagógicas³⁷ de militância de base socialista nas comunidades. Depois da refeição nós voltamos aos grupos para um trabalho de equipe. A finalidade era de desencadear um processo de estudo a partir do que pensam e atuam. (Método que se chama: aprendizagem sucessiva).³⁸

Dentro dela, em meados de 1969, ocorria a divisão política entre as lideranças religiosas, militantes e leigos. As lideranças recebiam a instrução política da “pedagogia socialista”³⁹ católica. Estes militantes apresentavam como característica um nível de formação educacional de caráter mais abrangente do que os demais componentes da comunidade. Estabeleciam uma relação de influência nas comunidades de forma sutil e expansiva da ideologia católica. Estes militantes recebiam a denominação de *agentes pastorais*. Pois, compunham uma célula de apoio das CEBs na região, chamada de Pastoral.

A estruturação e distribuição das comunidades eclesiais e as respectivas pastorais no nordeste, nos anos de 1970, foi caracterizada a partir de uma divisão categórica por regionais⁴⁰. Para isto, a IC visou atender as carências específicas de cada localidade em que elas eram instaladas. Baseadas nas condições de vida e nível de assistência social encontrados em cada região, etc. E, principalmente, sobre as características das influências políticas que agiam dentro de cada comunidade. Fausto (2002, p.) explica que “A IC buscou uma estratégia de expansão traçada com a finalidade de atender as necessidades que a instituição buscava atender desde o período Vargas⁴¹ no Brasil e no Nordeste”. Caso como o da soberania parcial que exercia na educação na região Nordeste, sendo a administradora de centros de ensino ligados ao governo, como eram os colégios cenecistas, entre 1968 e 1971. Sendo assim, espalhava sua influência, ameaçada no período pela expansão dos partidos socialistas.

³⁶ A célula local consistia em núcleos religiosos da Igreja católica que proporcionam o surgimento de estruturas como é o caso das CEBs, eram compostas por leigos sob a liderança de um padre, frei ou freira.

³⁷ Relatório do Treinamento para animadores de CEBs, ano de 1978. P. 1 Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Maceió. Pasta CEBs.

³⁸ Idem, 1978.

³⁹ Esta “pedagogia socialista” é construída e difundida pelas teorias do pedagogo Paulo Freire, que mediante a aplicação de técnicas que direcionam o professor ou instrutor a dialogar com expressões culturais do cotidiano dele. Mais ainda ocorre a aplicação de expressões que visam instruir os “alunos” ao cotidiano político e social que a comunidade dele esta vivendo. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Maceió. Pasta pastoral da Pesca.

⁴⁰ Esta divisão foi determinada para um melhor deslocamento das ações propostas pelo plano pastoral, visando atingir uma maior abrangência de suas ações dentro do território. Elas foram divididas em regionais que apresentavam uma maior situação crítica de condição social pela população. Plano Pastoral Conjunto p. 12-13-14.

⁴¹ DOCUMENTOS DA CNBB. Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, 2ª edição. São Paulo. Paulinas, 2004.

Ela passou a difundir apoio e orientação para as pastorais, visando uma melhor aplicação das ações propostas pelos planos regionais direcionados para as paróquias e comunidades.

Portanto, a IC expandiu este espaço ideológico proporcionado pelo período de perseguições políticas enfrentado por ela, baseado no golpe civil militar. A ditadura colocou os partidos que estavam estruturados dentro da classe trabalhadora na clandestinidade, totalmente desarticulados, como foi o caso do PCB no Nordeste e em todo país. Durante este período, 1966 a 1978, a IC enxergou uma situação de expansão para suas bases entre os trabalhadores, através das CEBs. Esta estratégia, como debatido acima, baseou-se na expansão da pedagogia da doutrina católica dentro das comunidades de trabalhadores das mais diversas áreas. Para atender as necessidades desta introdução, a instituição traçou mecanismos que a aproximaram do povo. Com isto, passou dentro das comunidades, a construir suborganizações de atuação social em contato direto com os trabalhadores. Eram semelhantes aos sindicatos leigos, responsáveis em organizar reuniões com os trabalhadores e passar informações sobre os direitos que possuíam.

1.6 Ação Pastoral no Nordeste

Nos anos de 1970 as suborganizações nas CEBs foram denominadas de pastorais. Estavam hierarquicamente dependentes das instruções propostas pela direção do secretariado geral da regional das CEBs. Mais ainda, sob a direção de ação proposta pelo bispado local. Ou seja, a regional poderia designar uma ação para as pastorais, mas o bispado decidiria como e quando executar as metas, dentro do programa das pastorais conjuntas. Elas deviam abranger todas as categorias de trabalhadores existentes na sociedade nordestina como: operários, agricultores, pescadores, etc. Expressavam o conhecimento por parte da instituição católica, da potencialidade e da maior quantidade destes trabalhadores. A IC, com este direcionamento, passou a reconhecer o potencial destes indivíduos por meio do trabalho, mesmo sem instrução educacional, em sua maioria, sem o domínio de ler e escrever. Desenvolveu com eles a capacidade de conhecimento do que estava ocorrendo e do que poderia ser melhorado nas comunidades em que viviam. Faziam isto no desenvolvimento das ações instrutivas propostas nas pastorais e na formação de lideranças locais. Por meio da execução de trabalhos sociais e políticos, seguindo as diretrizes propostas no plano pastoral, podendo sofrer modificações dependendo da linha social definida pelo bispo.

A estruturação feita por meio da distribuição das respectivas regionais das CEBs e das pastorais, em 1970 no Nordeste, obedeceu a estratégia de proteção, melhor deslocamento e contato com as diversas partes sociais e políticas, em sindicatos rurais ligados a IC, já que as Ligas Camponesas foram desarticuladas pela ditadura civil-militar de 1964.⁴² Isto estabeleceu relações para formar pontos de contato com os trabalhadores rurais que, nos anos 1970, apresentavam no sindicato rural a única forma de defesa contra as ações de exploração de trabalho e da fome provocada pelo latifúndio. A década é marcada por uma forte perseguição política aos grupos que buscavam organizar os trabalhadores da região da zona da mata nordestina. Neste momento vários padres, militantes e trabalhadores foram perseguidos pela ditadura e acusados de subversão. Isto por atuarem nas pastorais que instruíam populares, por meio da religião mesclada com socialismo. As instruções eram carregadas de formas comparativas com o cotidiano de exploração que muitos trabalhadores sofriam.

Elas continham informações de como cada trabalhador poderia agir para reivindicar seus direitos trabalhistas frente à justiça, contra aqueles que os faziam trabalhar em condições de 12hs por dia⁴³ em canaviais, lagoas e rios poluídos⁴⁴ pela tiborna ou vinhaça despejada pelas usinas de açúcar (um veneno que causava a mortalidade de vários peixes por faltar oxigênio na água). Com isto, vários trabalhadores ficavam sem alimento e trabalho e, conseqüentemente, em estado de miséria. Como efeito, dava-se o destino da mão de obra barata às grandes fachadas de cana. Por meio destas instruções proporcionadas pelas pastorais, os trabalhadores passavam a se organizar para pressionar os organismos do governo para melhorias nas condições de trabalho e vida. O que gerou insatisfação de setores ligados ao regime militar em Alagoas, como os usineiros, e provocou um processo de perseguição a padres e trabalhadores. Como foi exemplo as ações promovidas pelo regime na região de Porto Calvo, com as tentativas de censura e acusação de subversão ao Pe. Luiz de Oliveira Santos que realizava ações de ajuda aos pobres⁴⁵.

Com o objetivo de expandir o projeto pastoral progressista e atender aos processos de interação com as sociedades trabalhistas nos anos 1970, as centrais das CEBs foram colocadas

⁴² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs p. 4. Encontro do grupo de Apoio ao Setor CEBs, Regional Nordeste II, Relatório nº 2.

⁴³ Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Maceió. Cartilha de orientação sobre a exploração da mão de obra de trabalhadores. Pasta CEBs.

⁴⁴ Cartilha denunciando a poluição de rios e lagoas que prejudicavam as comunidades populares. Servia como forma de orientar os trabalhadores como reivindicar perante o poder público contra a degradação do meio que garantia o alimento para os trabalhadores.

⁴⁵ Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Maceió. Carta do delegado de Porto Calvo informando a situação jurídica do padre na cidade.

em regiões ou cidades que apresentavam pontos estratégicos para a difusão e fixação do projeto político da “Igreja progressista” com influência sobre os trabalhadores. Por outro lado a ala “conservadora” da IC limitou o raio de ação proposto para as pastorais, impedido a expansão delas nas regiões por elas dirigidas. Caracteristicamente parte delas se expandiu dos centros das cidades de grande porte para as regiões periféricas das grandes metrópoles e, posteriormente, para as cidades do interior do Nordeste. A exemplo da Regional Nordeste II localizada na região de Campina Grande e as subssedes eram Caruaru – PE, Garanhuns – PE, Bom Jardim – PE, Guarabira - PB e Inhapi-AL⁴⁶. Estas subssedes apresentavam uma característica em comum: todas elas eram dirigidas por religiosos progressistas e estavam em localidades de forte concentração de pobreza e com focos de movimentos sociais ligados às lutas por melhores condições de vida. A seca castigava boa parte destas populações, levando muitos trabalhadores a ficarem nas mãos da exploração de muitos latifundiários e políticos. Eles, mediante a pobreza dos trabalhadores, “compravam a força” de trabalho de agricultores e vaqueiros a preços baixos. Provocando, assim, a miséria de muitas famílias nestas regiões.

Estas cidades estavam localizadas no agreste e sertão nordestino e também nas portas do maior foco de agricultores e camponeses necessitados da região Nordeste, o “polígono da seca” ou “grande Cariri” ou no sertão de cada Estado. Nestas localidades eram encontradas várias comunidades de agricultores, que sofriam da fome e da seca e que não tinham nenhuma forma de apoio político do Estado. Esta forma de deslocamento e ação colocou a IC na linha de fogo das interferências políticas propostas pelo regime militar, por serem regiões dominadas por políticos latifundiários coligados com o governo. As instalações nestas localidades apresentavam a finalidade de serem regiões de médio porte ou pequeno porte. O que facilitava a transmissão e a efetivação das ações traçadas nas reuniões da regional como as propostas de organização dos grupos subalternos na sociedade por meio dos movimentos sociais.

As estruturas destas pastorais na Regional Nordeste II, dos anos 1970 a 1982, apresentavam uma hierarquia e organização institucional muito dirigida e equilibrada⁴⁷. O que era expresso pelas subdivisões de direção, que foram construídas para que as comunidades que a organização influenciava passassem a ter um direcionamento objetivo nas respectivas formas de lutas sociais. Sendo assim, dentro delas existiam subdivisões institucionais marcadas pelas comissões, formadas por teólogos, animadores e militantes. Eles formavam as

⁴⁶ Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Maceió. Relatoria das CEBs no nordeste. 1982.

⁴⁷ Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Maceió. Relatório das CEBs na regional nordeste II. 1982.

categorias de orientação na formação dos movimentos sociais. Isto foi observado na Pastoral da Pesca onde se auxiliava a luta dos trabalhadores por direitos trabalhistas e por terrenos para construção de habitações, contra os latifundiários, usineiros e a própria união, isto por meio do auxílio de advogados em representações jurídicas. A ação desempenhada pela pastoral, e suas lutas sociais, eram apoiadas pela Comissão de Paz e Justiça, que prestava assistência jurídica e social negada pelo Estado e as respectivas instituições que representavam os trabalhadores na região. Os trabalhadores que participavam das ações promovidas pela pastoral buscavam as conquistas sociais que o sistema econômico canavieiro os privava na Zona da Mata.

Seguindo o direcionamento proposto pelo PPC na década de 1970, as pastorais desempenharam semelhante atividade expressa acima para as CEBs locais. Adaptando as formas de lutas políticas a direção e visão que os bispos e a relação que eles mantinham com os governos. Assim, buscava atender uma necessidade de diálogo da instituição com os grupos políticos locais. Visavam a contenção de interferências nas ações exercidas pelas pastorais pelo Estado ditatorial. E, também queriam manter um bom nível de relacionamento político com as elites locais que financiavam a IC. Estes fundos eram de grande importância para a estruturação e desenvolvimento das ações propostas pelas pastorais e seus respectivos agentes.

Cada pastoral apresentava uma liderança, denominada de animador, que geralmente era um padre, frei ou freira preparado ou que já havia desenvolvido trabalhos sociais ligados a linha que o bispado queria desenvolver na região. Para este período de 1970, várias pastorais receberam animadores que expressavam uma base de convívio com as populações pobres no exterior, Brasil e nordeste brasileiro. São pessoas que demonstravam uma formação baseada no método Ver-Julgar-Agir⁴⁸ e na TL. Este método era próximo da estrutura desenvolvida pelo socialismo político. A introdução do animador consistindo em uma análise prévia da situação social que se encontrava a sociedade local. Depois era feita um levantamento das condições sociais daquela população, geralmente posta em situação de pobreza e exploração. Posteriormente, o animador designava os tipos de pastorais que deveriam ser introduzidas na comunidade e as ações que deveriam ser implementadas.

Este animador era eleito entre as lideranças leigas da Regional Nordeste II, com a finalidade de exercer a direção das ações pastorais, durante um biênio, dentro de uma

⁴⁸ DOCUMENTOS DA CNBB. Caderno da CNBB: Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. 2ª edição. São Paulo. Paulinas. 2004

subdivisão regional da IC. Este era determinado como coordenador estadual. Dentro da arquidiocese designava outros animadores para instruírem as pastorais nas paróquias. Vê-se o poder de organização que a Regional apresentava em 1970.⁴⁹ Tal estrutura refletiu na centralidade dos movimentos ligados à pastoral, mas não significava um domínio de direção nas ações sociais ligados aos movimentos leigos. Portanto, o Movimento da Pesca, como foi observado no final de 1979 no Nordeste e em Alagoas, passava a tomar atitudes diferentes das propostas pelas lideranças pastorais. Situação dada pela forte centralidade que as colônias de pescas tinham e, principalmente, o poder que as lideranças apresentavam perante o Estado, exercido com o aval de classes econômicas e políticas que dominavam o cenário local. Eles determinavam os administradores das colônias⁵⁰. Com isto, a pastoral demonstrava um papel de influência ideológica sobre o movimento de trabalhadores, mas não um domínio político de objetivos sobre ele. As lideranças da colônia dos pescadores na cidade do Pilar, apesar da ligação com a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), não apresentava a definição das lideranças por influência da IC. Esta definição se dava por meio da determinação de políticos locais. Os grupos políticos determinavam o novo administrador e os associados apenas legitimavam.

Para a efetivação deste poder ideológico, os animadores realizavam reuniões semanais nos centros comunitários que a paróquia dirigia e apresentavam uma estrutura política de objetivos propostos para o desenvolvimento e expansão do movimento pastoral⁵¹. Havia a presença de propostas teóricas que tinham como finalidade nivelar o desenvolvimento e os objetivos alcançados com os projetos propostos pela regional⁵². Estes projetos consistiam em estratégias políticas e pedagógicas que as pastorais deveriam aplicar nas comunidades, dentro da perspectiva cultural e social de cada localidade. Nas reuniões eram identificadas as possíveis falhas e avanços encontrados na condução das propostas designadas e, também era decidido pelo representante da central regional o caminho que se deveria tomar para as possíveis correções. Ele também consultava outras estruturas eclesiais que davam suporte às pastorais como era exemplo a Comissão Teológica Pastoral. Definia como se poderia auxiliar a pastoral local a desenvolver estratégias para que a localidade pudesse absorver as propostas trazidas pela IC, servindo como núcleo ideológico para estruturar as ideias da comunidade atendida.

⁴⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs, Relatório CEBs março de 1982. p. 8

⁵⁰ Livro de atas da colônia de pesca Z-8 de Pilar.

⁵¹ Arquivo da paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Livro Tombo de 1979, p. 98.

⁵² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Cebps p. 1, 2, 3. Encontro do grupo de apoio ao setor Cebps. Regional Nordeste II.

Esta organização na direção administrativa visou a integração ideológica da pastoral perante as representações sociais e políticas da comunidade durante o período de 1970, e visavam tornar a IC parte da comunidade. Conseguiriam, neste sentido, reforçar o estabelecimento de uma ligação política e ideológica. Para articular estes objetivos dentro da comunidade e dar maior efetivação ao trabalho, as pastorais recebiam financiamentos de fundos da IC. Os setores de gestão financeira dirigiam os recursos que as centrais religiosas repassavam para a manutenção das pastorais, tendo por finalidade a manutenção econômica dos agentes e da organização dos movimentos sociais. Cada célula financiada dirigia os valores enviados para serem empregados dentro da estruturação dos movimentos. Como exemplo: pagamento de passagens de viagens para congressos promovidos pela IC, compra de materiais para elaboração de cartilhas de instrução ideológica e social, como as que auxiliavam os agentes pastorais na instrução dos direitos sociais da comunidade. Os agentes pastorais eram os representantes dos movimentos sociais, líderes da CPP, pescadores, e recebiam estes valores e instruções para desempenharem suas funções dentro dos movimentos.

Deste modo, estabeleciam um vínculo de auxílio financeiro entre IC e os movimentos sociais para a difusão da política social da IC, que expandia e estruturava os movimentos sociais populares ligados a ela. Os envios de capitais para apoiar os movimentos sociais tinham maior atenção dentro das reuniões das pastorais no Regional Nordeste e dentro da pastoral local. Isto, porque a IC estabeleceu comissões financeiras na Regional II e nas pastorais para verificar balanços financeiros que a Comunidade Eclesial local e a pastoral deveriam apresentar bimestralmente. Tem-se uma capacidade de organização complexa, com formas e estruturas de financiamento de luta, semelhantes a partidos políticos socialistas e sindicatos trabalhistas.

Esta articulação financeira e de militância dos movimentos de caráter pastoral e social nos anos 1970, era desempenhado por indivíduos ligados às próprias comunidades de moradores do local. Estas pessoas, “agentes pastorais”, eram membros de grupos religiosos, ou militantes políticos partidários e apresentavam uma ligação com a IC, ou como membros de grupos da juventude católica, irmandade de marianos ou de Maria⁵³, ou como simples trabalhadores com consciência política. Eles possuíam formação intelectual colegial e também básica a partir do cotidiano de trabalho, com capacidade de difusão e absorção muito boa de informações políticas sobre o cotidiano da comunidade. Eram filhos de pescadores locais,

⁵³ Para o caso dos agentes que trabalharam com a Pastoral da Pesca no Município de Pilar - AL.

professores primários, com bons conhecimentos sobre o cotidiano político e social do município. Nas reuniões da pastoral falavam a respeito das dificuldades a serem superadas no município, no bairro que moravam e também dos problemas trabalhistas enfrentados pelos membros. Buscavam aplicar as ações determinadas pela pastoral para corrigir problemas na localidade e enviavam informações, por meio de relatórios mensais, ao arcebispado sobre as condições sociais e trabalhistas de reivindicação dos trabalhadores em sua localidade.

Percebe-se, portanto, que, dentro das comunidades de trabalhadores, neste período, os agentes pastorais exerciam importância fundamental. Isto por serem as pontes de ligação entre os trabalhadores e a central jurídica da IC, que resguardava e representava as ações de reivindicações trabalhistas deles. Os agentes não se tornaram lideranças políticas, devido a limitação que a IC lhes impõem na localidade de ação, já que, caso o agente estivesse desempenhando a função de líder político, com ligação partidária, o animador pastoral, o padre que dirige a pastoral, o enviaria para outro bairro da cidade ou o excluía das diretrizes. Demonstravam, com isto, uma característica de centralidade de poder da IC, não do agente. Ele tinha apenas o papel de ser o difusor da pedagogia proposta na pastoral. Esta difusão de informações pelo militante para a comunidade visava despertar sobre o trabalhador uma relação de representação social dele com a IC. Ela sendo posta como defensora dos problemas trabalhistas enfrentados pela classe na cidade e também com representante social da comunidade. Como era o caso em representações de manifestações de falta de posto de saúde, escolas, emprego, poluição por parte de usinas de cana nas localidades.

Conclusão

Estudar o período que compreende 1966 a 1979 é importante para a historiografia política por abordar a turbulência que a sociedade nordestina e as instituições a ela pertencentes passavam. Este momento foi marcado pelo estabelecimento de um dos momentos mais arbitrários politicamente para a região, caracterizada pela ditadura civil-militar, o que possibilita entender o aumento da pobreza das classes baixas e a efetivação dos grupos burgueses na direção econômica da região. As relações que ocorriam no Nordeste foram altamente marcadas pela exploração de uma quantidade forte de trabalhadores rurais e artesanais e pela fixação de uma elite no setor administrativo do Estado. Assim, caracteriza-se o período como marco de destaque para as modificações nas instituições políticas no recorte temporal estudado.

Outro ponto a ser destacado é o estudo dos novos agentes políticos que emergiram nesta temporalidade e que passam a modificar o panorama ideológico nordestino, como a IC e os elementos leigos ligados a ela. Durante o período (1966-1979) estes passaram a ser dirigidos por um grupo que não concordava com as ações políticas do estado ditatorial. Assim, demonstrou-se que a instituição religiosa apresentava variações internas de direção política, adequando-se ao momento do modo que melhor lhe favorecia. Esta linha administrativa *progressista* direcionou a IC para a assistência popular e possibilitou a elaboração de um plano de metas institucionais que atingissem os grupos populares.

A análise das etapas de execução do projeto político da IC foi caracterizada pela necessidade de entender os objetivos da expansão ideológica da instituição. Isto dentro de comunidades populares nas diversas áreas do Nordeste e, principalmente, em Alagoas. A compreensão deste projeto é de importância fundamental, pois possibilita entender o encaminhamento que a instituição, como organismo político-religioso, tinha como estratégia em Alagoas. E, também, entender o papel de contenção que o plano previa contra partidos políticos de esquerda, comunidades protestantes e grupos afro-brasileiros, dentro das comunidades de trabalhadores no interior de Alagoas, a exemplo da cidade de Pilar.

Estas metas, contidas no texto como análise do PPC, tiveram sua efetivação mediante a difusão de estruturas de caráter local que tinham por finalidade a instrução política por meio da religião. Isto através de estruturas denominadas de CEBs ou comunidade eclesial de base. O estudo destas organizações nos proporcionou observar como era fluída e silenciosa a infiltração da IC nos meios populares. O uso de subestruturas de ligação tinha por finalidade a construção de movimentos sociais que visavam a conquista de direitos políticos pelas comunidades. A compreensão das pastorais nos explicaria detalhes do processo de diálogo da IC com os grupos populares e o Estado.

A compreensão da ação desenvolvida nas pastorais foi de fundamental importância para entender como a ideologia da IC era efetivada dentro das diversas comunidades. Situação retratada ao se observar como o militante da pastoral e suas ações eram cooptados dentro da comunidade. Esta explanação visou entender as técnicas utilizadas pela IC para captar militantes para suas linhas políticas e religiosas. Neste entendimento, deu-se importância ao valor categórico da atração familiar e ao convite proposto por uma alta autoridade da IC para que o leigo participasse dos grupos pastorais. Assim, o valor de prestígio demonstrado no convite a um indivíduo seria de reconhecimento social para um cidadão comum. Entender as relações dentro das pastorais passaria também pela análise das estratégias pedagógicas

utilizadas como o mencionado uso de cartilhas, panfletos, músicas, ações de ajuda trabalhistas. Estas formas de ação possibilitariam desenvolver estratégias políticas para uma participação política, quiçá socialista, dentro das comunidades nas diversas regiões nordestinas, no período em destaque.

Dando prosseguimento a análise, nota-se que a instituição passou a executar outras metas com a finalidade de concretização de suas ações políticas. Foi compreendido que elas foram traçadas de modo semelhante às propostas de partido político. Dentro delas foram determinados objetivos específicos, por parte da hierarquia católica, para que a expansão ideológica fosse concretizada por etapas conscientes. A cada etapa a instituição visou atingir, além das comunidades locais, os órgãos de opinião pública propostos para o período como: jornais, revistas e rádio. Seria a elaboração de uma máquina política que ocuparia os espaços sociais por diversas vias. A importância da compreensão destas metas propostas no PPC é a possibilidade de analisar as técnicas traçadas pela instituição como modos de expandir-se dentro da sociedade.

Compreender as tentativas de aplicação do PPC, na sociedade nordestina, possibilitou verificar as técnicas políticas propostas para expansão da ideologia da IC. E os motivos que levaram a IC a construir este mecanismo de instrução político-religiosa. Uma vez que desenvolveu formas de contato com as camadas populares, pode-se afirmar que a IC utilizou-se de uma nova perspectiva de táticas ideológicas dentro da sociedade civil. Isto com o intuito de aproximar e manter o povo sob influência da instituição religiosa.

2. A Ditadura civil-militar em Alagoas e a fundação da Comissão Pastoral da Pesca (1975 a 1982)

O ano de 1975 começou com fortes expectativas sobre a política alagoana devido à execução da segunda parte do plano econômico e social de desenvolvimento do estado que tinha por finalidade a conclusão da estruturação econômica do parque industrial alagoano que beneficiaria a burguesia agrária através de recursos disponibilizados pelo governo federal. Por meio destes recursos, a classe agrária ligada ao setor industrial expandiu suas fontes de ganhos financeiros.

No lado oposto da “expansão” industrial tem-se, no mesmo período, o aumento de cortes nos benefícios que atendiam aos trabalhadores nos setores da saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e previdência social. Estes setores eram os que mais beneficiavam a classe trabalhadora. Para eles a situação econômica e social piorava, motivada pelos altos índices de inflação sob os alimentos e na falta de assistência médico-hospitalar. E, também por doenças causadas pela falta de saneamento nas localidades. Este quadro foi agravado pela política econômica proposta pelo governador arenista, Divaldo Suruagy, durante o período de 1975 a 1979.

O II Plano Econômico e Social Alagoano marcou o período de expansão e administração de capitais enviados pela ditadura civil-militar ao setor açucareiro e habitacional, com destaque para as usinas. Deu-se com ele a concretização da instalação do polo industrial químico alagoano por meio do envio de grandes quantias de capital pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e, principalmente, por empréstimos realizados pelo governo Divaldo Suruagy junto à União e estados nordestinos como a Bahia. Os empréstimos se tornaram a política de financiamento dos grupos oligárquicos industriais no estado, parceria financeira com o governo ditatorial local e nacional.

Por meio deste apoio financeiro efetivou-se a expansão do primeiro e segundo setores econômicos alagoanos. Caracterizados pelas usinas de cana e serviços ligados a elas como as máquinas agrícolas. Mais ainda, a difusão do setor de comércio que passava a receber os dividendos destas relações. Esta proximidade e boa relação de financiamento do Estado ditatorial com o grupo de empresários alagoanos demonstraria o poder que ele possuía junto ao governo, e seguia o princípio de comando local. O estado era dominado pelas classes

agrária e comercial ligadas ao setor canavieiro e empresas de mecânica pesada e construção civil. Os elementos dominadores desta relação de poder eram personificados em empresários como: Nelson Tenório (diretor do sindicato dos plantadores de cana de Alagoas), Teotônio Vilela (usineiro e um dos principais contatos políticos para investimento da ditadura em Alagoas), Dalmo Peixoto (líder do bloco de empresários vendedores de máquinas agrícolas) e Afrânio Lages (empresário do setor das construção civil, proprietário de fábricas de materiais para construção civil). Foram os que manipularam o poder econômico do estado para beneficiar-se economicamente.

Os anos setenta reservaram uma série de dificuldades sociais pela omissão dos governos Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira em relação às comunidades de trabalhadores. Estes governos retiraram uma maior quantia de recurso econômico das áreas sociais atendidas pelo estado, concentradas na saúde pública, atendimento médico-hospitalar e educação. Durante seus governos, as classes trabalhadoras continuaram com altos índices de analfabetismo. A falta de investimentos nestes setores deu-se pela escolha em atender as necessidade de benefícios econômicos da classe agrária industrial. Além disso, os governos citados diminuíram as remessas financeiras ao IPSEAL⁵⁴, que cuidava da assistência social aos trabalhadores.

Também marcou o período os maiores surtos de doenças infectocontagiosas entre pessoas da classe operária alagoana: tifo, meningite, sarampo, “barriga d’água”. Situação provocada pelo descaso social com a saúde do povo e com o meio ambiente em benefício do capitalismo industrial. Neste década foram constantes os despejos de tibornas e produtos químicos nos rios e lagoas do complexo lagunar Mundaú–Manguaba e rios afluentes. Eles serviam para o abastecimento de água de muitos bairros populares. Provocaram um maior empobrecimento das comunidades que sobreviviam das lagoas e rios, como os pescadores, por propagar doenças para a comunidade.

Para auxiliar o grupo de despossuídos, que sofriam da fome e doenças em Alagoas, surgiu na cena política a IC. As ações nesse sentido foram incentivadas a partir de uma mudança pastoral na Arquidiocese de Maceió. Ocorreu a saída do Bispo Dom Adelmo Machado, que dialogava com as elites agrárias alagoanas, e a entrada de Dom Miguel Fenelon. Fenelon apresentava uma pastoral de caráter “progressista” em relação ao seu antecessor. Uma das tarefas assumidas foi representar os trabalhadores contra a exploração

⁵⁴ Instituto da Previdência Social de Alagoas. Criado com a finalidade de dar assistência social aos trabalhadores alagoanos em períodos de enfermidade e assistência para aposentadoria.

que ocorria por conta das administrações públicas da ditadura. Por meio dele foi introduzido um processo de diálogo entre a IC e o governo militar local com a finalidade de proteger as comunidades trabalhadoras naquele momento. O resultado desta mudança foi que, entre os anos 1979 até 1985, desencadeou-se na IC alagoana uma linha política-pastoral de caráter “progressista”.

2.1 “O governador do general Geisel: 1975 a 1980”

Janeiro de 1975 começou para a política alagoana com a expectativa da continuação proposta pela elite para o setor que se tornou o motor da economia. O mandato anterior de governador foi ocupado por conservadores ligados ao setor açucareiro e da construção civil. Ambos representados na figura de Afrânio Salgado Lages, político pertencente à classe burguesa alagoana. Neste governo foi concluído a primeira etapa de desenvolvimento da planta econômica alagoana, através da injeção de novos capitais para o fortalecimento do setor açucareiro e da construção civil. Núcleo do qual o então governador fazia parte, por ser proprietário de fábricas de pré-moldados: as cerâmicas Flor do Paraíba e Oriente, ambas localizadas na cidade de Pilar-AL.

A inclinação deste político para o setor conservador determinou a precisa indicação do seu próximo sucessor. A escolha foi caracterizada pela necessidade de um administrador que apresentasse forte capacidade de integrar os grupos burgueses que formavam o panorama econômico alagoano. A colocação de um indivíduo que integrasse os grupos tinha também por finalidade conter possíveis disputas dentro do setor econômico. Qualquer disputa poderia desestruturar os blocos que formavam o grupo econômico, semelhante ao que já ocorria com o setor têxtil e açucareiro. Naquele período, devido às disputas com o grupo político ligado a ditadura civil e militar, estes perderam os incentivos econômicos dados pelo governo alagoano.

No meio político alagoano, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) estava em embate com representantes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Esta disputa consistiu em definir quem teria maior força para indicar o novo sucessor do governo Afrânio Lages. E, também, quem iria administrar o volume de capital que o governo federal enviaria para a execução de obras de infraestrutura. Nesta linha, o partido que conseguisse maioria na Assembleia, seria o administrador dos recursos públicos que a SUDENE e o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) enviariam para o estado. Durante a disputa por estes recursos, as

bancadas dos partidos se distinguiam em dois blocos que, na prática, recebiam dinheiro do mesmo setor econômico: o “açucareiro”. De um lado o MDB apresentava na Assembleia um diferencial. Pois, parte de seus componentes eram das classes médias e também possuíam ligações com partidos de esquerda, na clandestinidade, como o PCB e PC do B⁵⁵.

Havia, portanto, também um quadro de políticos que defendiam um governo direcionado para as classes trabalhadoras alagoanas. Este partido recebia o apoio de grupos pertencentes à burguesia canavieira, mas, que sofriam com o “baixo investimento” que o governo Afrânio Lages fazia nas usinas deles. Tenório (ano, p. 205) explica “Com isto, participavam da uma oposição no estado. São exemplos desta discordância: a Usina João de Deus na pessoa do coronel Otávio e Terra Nova na linha de direção do grupo Canuto”. A oposição do MDB não apresentava uma ligação mais efetiva com os quadros da política nacional, que elegeesse o governador, naquele ano de 1974. Já a ala arenista, apresentava uma articulação nacional forte, sendo fator determinante para sua vitória.

Dentro da Assembléia era bem recebida a candidatura de um político que dialogasse com todos os grupos que formavam a economia alagoana e que já apresentasse capacidade de dirigir as propostas feitas pelo setor do açúcar e outros ligados a ele. E, principalmente, que recebia o apoio da maioria das lideranças econômicas e políticas de todo o estado. Isto porque todo o bloco representado por seus deputados na Assembleia Legislativa iria se beneficiar por mais um período por meio dos investimentos dos programas da ditadura civil-militar. Deste modo, o ex-governador Luiz Cavalcante, senador, passou a articular junto com o então governador Afrânio Lages e com os grupos econômicos Peixoto e Tenório a escolha do candidato. Também buscou apoio financeiro para que os deputados arenistas financiassem suas campanhas e mantivessem maioria na Assembleia. Com isto, foi efetivado o projeto conservador açucareiro. Por meio desta articulação, Luiz Cavalcante indicou o nome do deputado e líder da bancada arenista para o governo: Divaldo Suruagy. A proposta sofreu críticas por parte de outros deputados que desejavam candidatar-se, mas a indicação feita pelo ex-governador foi a mais concreta para a realidade política do grupo naquele momento.

Antes do carnaval de 1974 a bancada arenista já havia decidido lançar a candidatura do líder arenista a governador. Divaldo Suruagy fora criado nas entranhas conservadoras da política alagoana. Ele foi preparado pelo grupo liderado pelo então ex-governador Luiz Cavalcante para defender os interesses da ala açucareira, ligada aos plantadores de cana e seus setores de apoio. Esta preparação foi possível à medida que ele passou a participar das

⁵⁵ MAGELA, Geraldo. O PCB em Alagoas. 1ª edição. Maceió: Edufal. 2011.

administrações como parte do quadro do estado durante os governos conservadores. Foi de vereador a secretário do governo Luiz Cavalcante. O nome dele surgiu como expressão política de um projeto para a manutenção dos poderes sobre as verbas que a SUDENE e o IAA enviavam para Alagoas. A vitória deste político, garantiu o apoio econômico aos usineiros, plantadores de cana e comerciantes ligados ao setor de fornecimento de peças para as indústrias canavieira de Alagoas.

Após o recesso de carnaval em 15 de março 1974, os nomes para o governo do estado estavam propostos para a eleição indireta⁵⁶. Os nomes propostos foram os do líder arenista, acima mencionado, que apresentava a maioria de deputados na Assembleia de 1974, o MDB, mesmo com número muito reduzido de deputados em comparação a situação, propôs seu candidato em oposição a ARENA. A intenção seria mostrar que em Alagoas apresentava-se uma “oposição de mudança”. Inicialmente em outubro de 1974, ocorreu um debate entre os deputados. As “farpas” eram atiradas sobre a forma como a economia e, principalmente, como o povo estava sendo prejudicado pelo então governo. Cada deputado que subia à tribuna defendia ou reclamava do governo⁵⁷. Posteriormente, foi iniciada a colocação dos votos dos deputados, e a eleição começou a ser definida. No final daquele dia, contados os votos, foi confirmada a vitória do líder arenista. A direção dos recursos do projeto SUDENE II estava garantida nas mãos da ARENA por mais um mandato. A escolha do candidato recebeu um forte apoio do próprio governo ditatorial. O novo líder apresentava uma ligação boa com o ditador que administrava a nação. Ernesto Geisel havia apontado dentro do grupo arenista local a candidatura do jovem deputado. Afirmava que ele seria o melhor “canal de diálogo” sobre os futuros investimentos para o estado. Esta indicação demonstraria a relação de cordialidade e conveniência que setores políticos no estado tinham com o ditadura civil-militar.

O governo que se instalava em Alagoas naquele momento, possuía ligações políticas com os três setores principais da economia do estado. O primeiro setor, o do açúcar, caracterizava-se por ser o destino principal dos “capitais fornecidos” pela ditadura civil-militar à economia local. O segundo setor, a construção civil, reforçado durante o governo de

⁵⁶ Indireta, pois a ditadura civil-militar cuidou em calar os desejos de escolha dos cidadãos alagoanos, sem deixar que o povo escolhesse seus representantes políticos. Neste período apenas vereadores, prefeitos de pequenas cidades e deputados estaduais eram eleitos pelo voto direto. Estes deputados formavam uma assembleia que cuidava em escolher dois candidatos para serem votados na eleição para governador. O partido que tivesse maior número de deputados na assembleia indicaria o governado do estado. Este ao ser escolhido tinha que passar pela aprovação do ditador para desempenhar suas funções administrativas. Expressões políticas que foram denominadas de eleições indiretas e que foram a prática durante a ditadura civil militar em Alagoas e no Brasil.

⁵⁷ Arquivo do Instituto História de Alagoas, Gazeta de Alagoas, outubro de 1974.

Afrânio Lages, baseava-se nas indústrias produtoras de materiais de construção como tijolos e cimento. Este setor ganhou destaque pela série de construções que o governo militar promoveu em Alagoas, como escolas e indústrias. O terceiro setor, da química, desenvolvia-se no ano de 1975 com maior força e estava ligado às demais áreas econômicas. A introdução das empresas químicas baseadas na matéria-prima “salgema,” provocaria a diversificação da produção executada nas usinas de álcool. O setor químico iria desenvolver matérias-primas para que as usinas pudessem elaborar produtos para o consumo do mercado interno alagoano e nordestino. Com isto, provocaram uma diversificação da produção do setor açucareiro do estado.

Durante o primeiro trimestre de 1975 o grupo agrário começou a articular a dominação da administração estatal. A indústria açucareira colheu ótimos resultados provocados pela série de investimentos financeiros e agrícolas que o estado proporcionou ao grupo. Vê-se pelo novo recorde na produção de açúcar e melão divulgado na Gazeta de Alagoas, pela Cooperativa dos Plantadores de cana do estado, na quantia de 7.317.927 sacos de açúcar. Foi projetado que durante o segundo semestre estes números chegariam a 15.000.000 de sacos de açúcar⁵⁸. Estas informações serviam para demonstrar que o estado apresentava uma base sólida de desenvolvimento econômico⁵⁹. Com isto, abria a possibilidade de novas cotas de “empréstimos” pelo governo militar. Já que o IAA controlava a cota de empréstimos ao setor, baseada na capacidade das indústrias cumprirem com as metas estabelecidas pelo governo central. A relação é demonstrada por Inaia Maria Moreira de Carvalho⁶⁰:

Entre os mecanismos criados para dinamizar a economia nordestina nenhum é tão importante quanto o sistema de incentivos fiscais dos chamados artigos 34/18. Tais incentivos colocaram nas mãos do setor privado o poder de contribuir efetivamente para a criação de trabalho e riqueza do Nordeste (...) Incumbe a SUDENE bem utilizar para assegurar a manutenção do sistema de incentivos que o governo criou e ao qual o setor privado respondeu com entusiasmo. Para tanto a SUDENE não tem prioridade mais alta que mobilizar todos os seus esforços e todos os seus recursos técnicos para analisar e aprovar os projetos de investimentos que lhe estão sendo submetidos. (...) Mas paralelamente ao esforço do setor privado deve o governo reaparelhar e ampliar a infraestrutura de serviços do Nordeste para fazer face ao crescimento da indústria. (CARVALHO, 1987, p. 98).

Os empréstimos que o IAA estabelecia para as usinas de açúcar, mediante o apoio do governo, correspondiam a vultuosos valores que chegavam à meta de CR\$ 40.157.900,00; como estava expresso no decreto de nº 1.266 de março de 1973 (liberado na safra de 1975). O valor tinha como principal finalidade a modernização do parque industrial das usinas,

⁵⁸ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, página de Política, sexta-feira 2 de janeiro de 1975.

⁵⁹ CARVALHO, Inaia Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário. 1ª edição. São Paulo: Hucitec – Sudene. 1987. P. 98.

⁶⁰ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, página de Política, sexta-feira, 2 de janeiro de 1975.

visando o melhor desempenho na produção de açúcar e álcool. Estas formas de financiamento retratavam o entendimento que o governo de Alagoas e o bloco de empresários, (onde se destacavam empresários como Nelson Tenório e Nilson Tenório), tinham dentro da linha executiva do estado. Já que o estado de Alagoas aparece como principal avalista dos “empréstimos” tomados por este grupo. Assim, assumindo uma dívida interna⁶¹ que era distribuída para a sociedade alagoana pagar. Este pagamento estava baseado, principalmente, em cortes em setores sociais como saúde e educação, que beneficiariam as classes trabalhadoras em Alagoas. Como colocou Francisco de Oliveira:

Em outras palavras, enquanto a debêlê do café rapidamente “descolonizou” as relações de produção, isto é, liquidou com as relações de trabalho típicas do colonato, na “região” do Nordeste açucareiro os mecanismos do IAA serviram para reforçar as características arcaicas que ela havia recriado como mecanismo de defesa. O IAA passou a estabelecer preços mínimos – vale a pena recordar que sua alta direção estava entregue a elementos da própria burguesia agroindustrial do nordeste – que na verdade defendiam o produtor marginal, isto é, o produtor que produziu a custos mais altos. (OLIVEIRA, 2008, p. 194).

A Secretaria da Fazenda divulgou os dados da arrecadação feita sobre o ICM que o estado possuía e o que poderia arrecadar, durante o ano de 1976/77. O montante expresso pelo então secretário da fazenda senhor Mário Berard, correspondia ao valor de CR\$ 242.793.197. Este valor estabeleceu um aumento na arrecadação do estado na porcentagem de 42% em relação a 1974. Tal aumento teve como consequência principal a quantidade de recursos financeiros que a SUDENE enviou como forma de estimular a economia local. Mas, também, mediante a introdução do projeto CIATA que teve por fim expandir a estrutura de fiscalização nos setores industriais e comerciais no estado. Isto teve por finalidade a capitalização dos recursos que a superintendência investiu no estado durante os anos de 1974 e início de 1975⁶².

O CIATA desempenhou uma estrutura de fiscalização em setores do comércio ligados à indústria açucareira das principais cidades interioranas de Alagoas como Pilar e São Miguel dos Campos. Com a implantação deste órgão o governo conseguiu arrecadar nestes municípios o volume de 202% e 254% de ICM⁶³ que, anteriormente, não eram arrecadados. Nestes dados, eram demonstrados que durante o período anterior a 1975, os industriários e empreiteiros sonegavam uma vasta quantidade de impostos da máquina estatal. Esta sonegação estava assentada na quantidade vultosa de lucros dos grupos empresariais alagoanos. Correspondia a uma forma de apoderar-se de uma vasta quantidade de

⁶¹ DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, Relatório das atividades econômicas de Alagoas, 1975-1980.

⁶² JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, página de Economia, janeiro de 1975.

⁶³ Imposto sobre Circulação de Mercadoria.

investimentos feitos pelo governo ditatorial no período. Sendo descoberto apenas, pois o governo militar impôs a criação deste órgão para verificar o retorno econômico que os investimentos, feitos por ele, estavam apresentando e para conter a inflação do período⁶⁴.

Na semana seguinte a COPLAN (Cooperativa dos Plantadores de Cana) anunciou a obtenção de uma nova quantidade de empréstimos junto ao governo federal. Este envio ocorreu através de negociação que a cooperativa fez junto a outro grupo de empresários, ligados aos fornecedores de transportes para as usinas. Eles representados pelo canavieiro João Carlos de Albuquerque Filho e pelo empresário Dalmo Peixoto, junto ao governador. O empréstimo alcançado foi na quantia de CR\$ 20.000.000 que comportou a introdução de novos transportes para a melhor mobilidade dos bens de produção do setor açucareiro. Este grupo de fornecimento de transportes era formado por empresários de Maceió ligados a política local com os Farias, os Peixoto, e recebiam investimentos em duplicidade.

Por serem proprietários de usinas, recebiam os altos empréstimos do IAA e também eram possuidores de concessionárias de máquinas agrícolas. Assim, estabeleciam uma circulação de capital no qual sua própria usina comprava máquinas a preço de custo, mas que trazia a quantia real cobrada pelo mercado, no valor final das notas fiscais apresentadas ao CIATA. Estas formas de compra mascaravam o valor final dos gastos feitos com os empréstimos junto ao IAA. Esta prática auxiliava os grandes empresários a se apoderarem de vultosas quantidades de capital do estado ditatorial, mediante a sonegação de impostos. Este fato era característico de empresas como “Alagoas Diesel,” do empresário e usineiro Nivaldo Jatobá⁶⁵.

Os atrativos empréstimos que as Cooperativas de Açúcar e Álcool, no ano de 1975, conseguiam como forma de incentivar a produção destes derivados gerou problemas no campo em Alagoas. O primeiro foi o desenvolvimento de uma alta concentração de terra nas mãos de grandes latifundiários. Eles “compravam ou expulsavam” pequenos produtores para aumentar a lavoura de cana. O segundo foi baseado nas ações em que o governo do estado cortava verbas de cooperativas de pequenos produtores de feijão e mandioca, para que eles adotassem a cana como principal produto, a exemplo do que ocorreu na Cooperativa Manguaba em Pilar. Ela foi sufocada e morta pelo então governo Suruagy e, posteriormente, transformada em produtora de cana⁶⁶. Em terceiro, o aumento do desemprego de

⁶⁴ DOCUMENTOS DA SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, Relatório das Atividades Econômicas de Alagoas, 1975-1980.

⁶⁵ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Pagina de Economia, abril de 1975.

⁶⁶ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Página de Economia, abril de 1975.

trabalhadores ligados a esta forma de produção, pessoas que fabricavam farinha ou faziam a manutenção nas roças de macaxeira.

Com o fim das roças⁶⁷ o problema social estava instalado na classe trabalhadora. Pois, acarretava no desenvolvimento de um dos maiores problemas sociais da urbanização do estado. Este problema consistia no êxodo rural e na favelização das periferias de Maceió e cidades de médio porte como: São Miguel, Pilar e Rio Largo. Já que eram cidades que apresentam um aglomerado de indústrias poderiam absorver a mão de obra desqualificada, que era expulsa do campo. Mas a consequência desta migração forçada foi a construção de bolsões de miséria nas periferias destas cidades. Boa parte destes trabalhadores que vinham tentar a vida na cidade não possuíam ocupação. Assim, seguiram para o ganho da sobrevivência na informalidade ou para empregos artesanais como a pesca. Uma quantidade dos trabalhadores artesanais de municípios como Pilar e Marechal Deodoro era de indivíduos que saíram das fazendas ou sítios que habitavam e que foram expulsos pelos senhores da cana de açúcar, tornando-se pescadores artesanais. Com isto, garantinham uma renda mínima para a sobrevivência⁶⁸.

Além dos aglomerados populacionais provocados pelo êxodo da cana, ela gerou outro fator para a manutenção e acentuação da fome e desemprego dentro das comunidades de trabalhadores nos anos de 1970 e 1980. Constatou-se a situação ao passo da migração de vários trabalhadores que cultivavam pequenas culturas como feijão e milho. Alimentos de primeira opção dos trabalhadores na feiras livres da capital e nos interiores do estado, a cana substituiu os locais de produção deste gêneros. Causou, assim, um aumento nos valores destes alimentos e de outros como frutas e verduras. Com o aumento do custo destes alimentos, o trabalhador vai ter o mesmo dinheiro ou nenhum na maioria das situações, uma vez que, o salário ou valores que recebia, principalmente se fosse trabalhador artesanal, não se alterava positivamente. Portanto, tendo que levar para sua residência uma quantidade menor ou nenhuma de alimento para sua família. As consequências provocadas pela expansão dos canaviais é o aumento do déficit nutricional de vários trabalhadores⁶⁹. Como apontou Fernando José de Lira sobre o período dos anos 1980:

Percebe-se então que o nível de ocupação registrado em todas as sub-regiões é muito baixo. Mesmo nos municípios onde estão localizadas as usinas de açúcar e álcool, a taxa de atividade é pouco expressiva, obrigando grande parte da população em idade ativa a viver na inatividade, significa dizer que aproximadamente 80% da população em idade de trabalho não tem qualquer ocupação ou renda. Outra característica forte das sub-regiões é a sua estrutura da propriedade da terra muito concentrada nas grandes propriedades. Considerando que são áreas essencialmente agropecuárias, a

⁶⁷ DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, Relatório das Atividades Econômicas de Alagoas, 1975-1980.

⁶⁸ DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Contribuição para uma Análise Econômica e Social de Alagoas: 1975-1980.

⁶⁹ DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, Contribuição para uma Análise Econômica e Social de Alagoas: 1975-1980.

forma como a terra foi distribuída definiu, também, a posse dos outros meios de produção, em especial o financeiro. (LIRA, 2007, p. 226 e 227).

Durante o mês de junho de 1976, o então líder do Palácio dos Martírios começou a receber notícias animadoras sobre novos investimentos na economia alagoana. Estas notícias giraram em torno do projeto articulado pelo antecessor do governador Divaldo Suruagy. O antecessor negociou com os grupos da região Centro-sul e com a ditadura o aumento do parque industrial alagoano. A expansão basear-se-ia na unificação das plantas industriais da cana de açúcar e petroquímica. Isto foi possível porque um grupo de empresários do sudeste foram beneficiados pela medida econômica de incentivo à indústria denominada de 34-18, criada pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)⁷⁰. Eles receberam uma proposta do governo alagoano para exploração do setor químico no estado. E, teve início em março de 1970, com a apresentação de um relatório do governo alagoano que chamou a atenção dos grupos petroquímicos. Tratava-se de uma das maiores jazidas de salgema encontradas na América Latina. Ela é produto base para a produção de derivados como água sanitária, soda cáustica e cloro. Chamou a atenção por serem produtos que eram em geral, importados pelo mercado brasileiro. Naturalmente, o grupo que administraria a jazida obteria um vasto mercado consumidor no país. Significaria o monopólio da produção de derivados da salgema, no mercado interno⁷¹.

A negociação para direção do empreendimento gerou uma disputa forte entre governos estaduais e empresários do sudeste e da Bahia, concentrados no polo de Camaçari. Os baianos estavam representados pelo governo arenista do então governador Roberto Santos. Entre as companhias internacionais a disputa foi entre os grupos EULUZ, DUPONT DE NEUMORS & CO, PETROQUISA-PETROBRAS QUIMICA S.A. A Petrobrás entrou na negociação, pois era a única forma do governo militar, (o agente financiador do empreendimento) obter os dividendos empregados de volta. Investimentos na proporção de 120 milhões de dólares. Os relatórios propostos pelo BNDS⁷² (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) estimavam que este valor foi triplicado inicialmente.

A triplicação dos custos foi justificada pela necessidade de cuidados com os restos de produtos químicos como mercúrio, que danificam altamente o meio ambiente. Tais

⁷⁰ CARVALHO, Inaia Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário. 1ª edição. São Paulo: Hucitec – Sudene, p.198.

⁷¹ Arquivo do Instituto da Mata Atlântica. O Projeto Salgema e o Polo Cloro Químico de Alagoas.

⁷² O BNDS tratava-se do banco nacional que cuidava em financiar os grandes empreendimentos internacionais e nacionais ligados a grandes conglomerados econômicos.

“cuidados” não foram demonstrados pela empresa quando posta em funcionamento a indústria. Esta situação foi observada, nos altos índices de poluição nas lagoas por cloro e mercúrio. Os altos valores empregados caracterizaram-se como a típica forma de desvios de incentivos fiscais feitos pelo governo militar aos grupos industriais do sudeste do país. Isto visaria proporcionar capital econômico para o grupo. Estes grupos eram representantes do capital internacional em Alagoas como expressa René Armand Dreifuss:

(...) Além de ser uma organização de consultoria, a ADELA opera também como investidora e está diretamente envolvida em atividades econômicas. No Brasil, a ADELA operava diretamente através das companhias apresentadas no quadro. A ADELA assumiu também o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos no planejamento do desenvolvimento desses últimos. O relatório anual de 1968 mostrou que a ADELA tinha, em conjunto com a Internacional Finance Corporation – IFC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contacto contínuo e livre troca de informações, de maneira a evitar duplicidade de esforços nas áreas de desenvolvimento e participar conjuntamente das análises de oportunidade para investimentos. (DREIFUSS, 1982, p. 62-63).

O Projeto Salgema viabilizou a criação de mais dois empreendimentos industriais no Estado durante o período de 1976/77. Eles foram o Polo Cloro Químico alagoano e a expansão do Distrito Industrial de Maceió. Ambos assentados na produção de derivados de salgema para abastecer o mercado nordestino. Quando o governador anunciou a instalação deste complexo foi iniciada uma disputa entre os governos de Alagoas e Bahia. O governo alagoano desejava que fossem instaladas nove e com possibilidade de expansão para quarenta empresas, no complexo industrial. Objetivo que contrariava os interesses do governo baiano, um dos principais financiadores junto com a SUDENE de empréstimos por meio do Banco da Bahia, dos usineiros do estado de Alagoas. Esta disputa ocorreu uma vez que a Bahia concentrava um complexo industrial petroquímico localizado na região de Camaçari, como afirmado. E, devido a proximidade com a matéria-prima em Alagoas, as empresas migrariam da Bahia⁷³ e instalar-se-iam em Alagoas. A retaliação do governo baiano veio pelas limitações do nível de empréstimos ao governo alagoano, através de imposições via ditadura civil-militar. Esta imposição, em particular, impôs ao governo alagoano a mudança de suas pretensões. Deste modo, permaneceu na posição de extrativista e com a produção apenas de material de alto risco de poluição para o meio ambiente⁷⁴.

Neste processo de disputa ficou claro o poder econômico e político que as burguesias industriais do centro-sul e do nordeste, em destaque para a Bahia, apresentavam em relação ao

⁷³ Relatório de Atividades Econômicas do Estado de Alagoas, 1975-1980.

⁷⁴ Arquivo do Instituto da Mata Atlântica. O Projeto Salgema e o Polo Cloro Químico de Alagoas

regime militar. Mais ainda, o papel que desempenhava Alagoas nestas relações de produção, ficando apenas na qualidade de fornecedora de matéria-prima para companhias baianas. E, também, o de risco ambiental, pois Alagoas ficou responsável pela instalação de empresas altamente poluidoras. O agravante desta situação consistiu na aceitação do governo local desta relação de produção. Ele levantou a bandeira da expansão econômica e do desenvolvimento do estado escondendo a da poluição.

Para isso foi utilizado o discurso do desenvolvimento de empregos proporcionados para os alagoanos. Bandeira que o próprio relatório proposto pela petroquímica desmentiu. Pois, a indústria extrativista de salgema apresentaria uma necessidade forte de mão de obra qualificada e as instituições técnicas em Alagoas, como a Universidade Federal e a Escola Técnica Federal,⁷⁵ não apresentavam cursos de instrução para o público. Com isto, foi necessário a vinda de técnicos e especialistas de outros estados, para trabalharem nas empresas. Ficou o estado apenas responsável por gerar mão de obra no setor da construção civil para as fábricas que formariam o complexo industrial⁷⁶.

Esta mão de obra desqualificada era formada, em maioria, por trabalhadores que saíram das regiões interioranas do estado em busca de melhores condições de vida na capital e cidades da macro região de Maceió. Muitos destes trabalhadores eram agricultores que acabaram de perder espaço de sobrevivência para a cana de açúcar, ou sofreram com as fortes estiagens que assolaram Alagoas entre 1976/1978. Além destes, outro grupo vindo das imediações metropolitanas, afetados pela poluição *de indústrias*, foi introduzido na construção destas fábricas. Eles eram trabalhadores oriundos dos canais e lagoas, pescadores. Essa região abarcava os municípios de Marechal Deodoro, Pilar e Maceió. Os pescadores ajudaram na construção destas fábricas e viram as mesmas destruírem por meio da poluição o seu principal meio de sobrevivência, a pesca.

Esta degradação gerou fome e necessidades sociais, graves consequências provocadas pelo capital. Estes trabalhadores foram “jogados” a construírem um complexo industrial que afetaria, ainda mais, os trabalhadores, por meio da poluição ao pescado. A salgema e o polo cloroquímico foram instalados em uma área muito importante para a sobrevivência de várias famílias de pescadores artesanais da região. As indústrias foram estabelecidas na restinga de Maceió, localizada entre o mar e o complexo lagunar Mundaú-Manguaba. O polo apesar de estar em uma região de tabuleiro, também ficava nas proximidades dos canais banhados pela

⁷⁵ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Pagina de Economia, junho de 1976.

⁷⁶ Arquivo do Instituto da mata Atlântica. O projeto Salgema e o Polo Cloro Químico de Alagoas 1975-1980.

lagoa. Estes canais eram áreas para reprodução de espécies marinhas que abasteciam de peixes as lagoas e garantiam a sobrevivência de vários trabalhadores. Porém, no período de 1977/1979 este complexo passou a absorver os restos de produtos químicos jogados pelos reatores das indústrias químicas: soda cáustica e mercúrio.⁷⁷

2.2 Escândalos políticos no governo Suruagy – 1975/1978

No bojo das realizações colhidas no início da gestão, no primeiro semestre de 1975, o agora governador de Alagoas começou a colher as tempestades provocadas pela oposição do MDB na casa de Tavares Bastos. De acordo com Tenório (2000, p. 119) “Começaram a surgir os problemas sociais deixados pelo governo Afrânio Lages e que foram agravados pela direção que o atual governo passou a tomar. Permitiu que a classe agrária e comercial dominasse a direção econômica e social do governo”. A oposição proposta pelo MDB começou a expressar as falhas existentes na gestão da ARENA em Alagoas, em escândalos de corrupção na construção de imóveis em Maceió e no interior do estado. Elas foram realizadas pela COHAB (Companhia de Habitação) e com comprovados desvios de verbas da instituição na construção de apartamentos na capital, casas e grupos escolares.

Além desta questão, o MDB investigou as negociações da implantação do complexo petroquímico Salgema. Estas investigações abarcavam a ilegalidade na liberação dos terrenos pelos órgãos ambientais. E, também, foi posto em questão o poder que o grupo político baiano teve em determinar o que poderia ou não ser instalado em Alagoas. Questionamentos da mídia, organismos sociais da IC e dos trabalhadores artesanais denunciavam as condições de miserabilidade que estes passavam provocados pela forte omissão do governo diante da poluição das lagoas e constantes cortes em setores sociais. A poluição era provocada pelas emissões de tibornas ou vinhoto nos rios e lagoas do estado e também pela degradação causada pelas empresas químicas às lagoas.

Em março de 1975 a oposição ao governo arenista começou a expressar sua força política. Ela estava assentada na liderança e vice-liderança do MDB na casa, através do jornalista Mendonça Neto e de Walter Figueiredo. Político com origens na região norte de Alagoas, ligado às classes médias com direcionamento de centro esquerda. Ele ganhou forte destaque na Assembleia por meio de seus discursos inflamados reveladores das condições sociais do povo. Foi durante os pronunciamentos deste políticos, no púlpito do Legislativo,

⁷⁷ Arquivo do Instituto da Mata Atlântica. O projeto Salgema e o Polo Cloro Químico de Alagoas 1975-1980.

que foram gerados os principais problemas do governo Divaldo Suruagy. Segundo o deputado Mendonça Neto, ao expor os problemas políticos, afirmava que a administração arenista colocava “panos quentes” nas investigações feitas pela Assembleia Legislativa. Estas investigações levantadas por ele consistiam no escândalo de desvios de verbas na COHAB – AL. Esta entidade possuía forte ligação com o governo arenista, por ser, o mesmo, o responsável pela estruturação e nomeação de sua diretoria de gestão. E, assim sendo, responsável pelas ações exercidas por esta diretoria.

As investigações que o deputado Mendonça Neto propôs, baseavam-se no processo que estava sendo feito pelo Judiciário e ganhava destaque na imprensa local. Durante seu pronunciamento, destacou os pontos de um dos esquemas de desvios de verbas e superfaturamento herdado pelo governo arenista. O desvio estava organizado dentro da diretoria da instituição, na ocasião, os senhores Erico de Albuquerque Silveira, Marcos Fenando Cordeiro Carnaúba e Domingos Arabutan Correia da Rocha. Eles cuidavam primeiro do monopólio da compra de materiais de construção para a elaboração de cinco grandes condomínios na capital alagoana e de conjuntos habitacionais em áreas periféricas da capital e interior⁷⁸.

A empresa apenas adquiria materiais daqueles que apresentassem favorecimento de manipulação de notas fiscais para diretores. Proporcionavam um superfaturamento dos valores finais de cada material de construção e, com isto, facilitavam a redistribuição dos valores desviados entre a cúpula política da administração do órgão. Outra forma de corrupção apontada pelo deputado consistiu na redução do espaço de moradia dos apartamentos e das casas construídas. Assim, houve uma redução no gasto de materiais como tijolos, cimento e areia e uma sobra de valores empregados nos imóveis⁷⁹.

Estas informações causaram um impacto na casa, principalmente no grupo arenista, que buscou abafar o episódio na mídia, desde o fim de 1973. Porém, acabou vindo à tona pelas proporções que o caso tomou em 1975. A bancada do MDB sugeriu a vinda do então engenheiro responsável pelas execuções das obras habitacionais da COHAB-Alagoas. Ao saber, por jornalista da Gazeta, da possibilidade de interrogação pela bancada oposicionista do governo e ser apontado como responsável direto pela ações errôneas da gestão, o economista e membro da diretoria Domingos Arabutan Correia da Rocha, em declaração a Gazeta de

⁷⁸ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política. Fevereiro de 1975.

⁷⁹ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política, junho de 1975

Alagoas, informou que “ocorreram falhas, sim, nas execuções das obras dos apartamentos e moradias, mas que apenas falaria em juízo.”⁸⁰

Ao escutar os relatos do jornalista da Gazeta, em uma entrevista, sobre os possíveis envolvidos no caso de desvios de verba e superfaturamento no governo arenista, o engenheiro “(...) apontou que existiam pessoas mais influentes e com fortes ligações com o governo alagoano que não apareciam nos relatos das denúncias formuladas pela oposição”. O engenheiro utilizou termos como: “Está faltando gente graúda nestas informações” e afirmou que revelaria “todas as informações fraudulentas no decorrer do inquérito”. As informações geraram um desconforto enorme dentro da Assembleia, pois ficou no ar quem poderia ter seu nome exposto no mural dos corruptos que assolavam Alagoas.⁸¹

Posteriormente, as investigações levantadas pelo Judiciário e pelo Ministério Público na pessoa do Promotor Enoc Barros, e comprovadas as irregularidades na empresa pública, o engenheiro José Rui de Carvalho depõe na Justiça sobre o caso e expõe como ocorria o esquema de desvios de verbas públicas dentro da instituição.⁸² Este depoimento demonstrou que a corrupção dentro dos órgãos da estrutura estatal vinham se desenvolvendo desde a instalação da ditadura civil-militar em Alagoas. Mais ainda, indicava o privilégio social e econômico que a burguesia política recebia. Já que, utilizava-se das gestões administrativas como escudos para que seus nomes não fossem expostos publicamente. Esta situação foi confirmada, pois apenas os diretores da COHAB-AL apareceram nas denúncias feitas pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Situação contrária a dos políticos que os indicaram aos postos de direção da COHAB e, naturalmente, pertencentes ao grupo que se beneficiou efetivamente dos dividendos gerados pelo BCH (Banco Habitacional), com os financiamentos que este banco fazia aos empreendimentos realizados pelo órgão habitacional a setores da construção civil alagoana.

Em abril de 1975 os líderes do MDB na Casa deixaram as críticas à administração corrupta da COHAB-AL, em segundo plano. Um problema de maior proporção surgia no plano político e econômico para a bancada. Foram levantadas denúncias de liberações indevidas de terrenos para a instalação do polo cloro químico Salgema. Nestas denúncias havia a suspeita de suborno dos gestores da Secretaria de Infraestrutura, para a liberação dos alvarás de aprovação ambiental. Tal situação foi levantada mediante a análise do relatório de

⁸⁰ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política, 1º janeiro de 1975.

⁸¹ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política. 1º março de 1975.

⁸² Idem.

impacto ambiental para a escolha do terreno. Nele, não constava a assinatura de um dos engenheiros responsáveis pela aprovação do projeto.

Além da falta da aprovação do engenheiro, os deputados do MDB haviam notado que o terreno escolhido, localizado no tabuleiro de Marechal Deodoro era inviável para o empreendimento. O distrito industrial Luiz Cavalcante seria o melhor local, por apresentar estrutura de locomoção boa e espaço para a expansão das empresas. A desconfiança sobre o projeto deu-se porque a região não apresentava nenhuma estrutura de estradas e haveria a necessidade da construção de pontes para a viabilidade de transportes dos produtos; contando também com o perigo de poluição das lagoas por meio dos produtos químicos gerados pelas indústrias.

A bancada emedebista colocou em questão a instalação da indústria nesta região, o que afetaria uma população de 10.000 trabalhadores artesanais. Fato, pois a poluição por produtos químicos seria excessiva e em grande quantidade. Através do levantamento desta hipótese o vice-líder da bancada oposicionista, Mendonça Neto, no dia 25 de abril de 1975, discursou apontando que o projeto do polo apresentava sinais de irregularidades e suborno. O deputado informou que o secretário de planejamento do estado na gestão Afrânio Lajes, prof. Benedito Hyby Cerqueira, como responsável por beneficiar a empresa francesa BEICIP. Ele teria sido o responsável por articular e elaborar o projeto do polo. Assim, o deputado afirmava que o então secretário e o governo Suruagy estavam envolvidos em um esquema de suborno para a elaboração do projeto. E, mediante esta denúncia, ele propôs a formação de uma comissão para apurar as irregularidades. E, por meio da instalação da mesma, seria convocado o engenheiro que não concordou em assinar a autorização da liberação da área para a instalação do empreendimento.

O ataque feito pelo MDB, foi sentido pelas lideranças arenistas na casa de Tavares Bastos. As denúncias de suborno atingiram diretamente as lideranças políticas do governo Suruagy na Assembleia. Estas lideranças, de imediato, procuraram o governador. Ao receber um ofício do presidente da casa, Dep. Guilherme Palmeira, sobre os ataques que o deputado Mendonça Neto estava fazendo na Assembleia, o governador resolveu tomar medidas punitivas. A ação consistiu em solicitar ao presidente da casa cópia do discurso pronunciado pelo deputado. A emissão do documento ao governador, tinha a finalidade de reprimir os pronunciamentos que causassem desgaste ao bloco político arenista.

No dia 28 de abril de 1975⁸³ foi entregue no gabinete do governador um envelope amarelo contendo uma fita K7 e folhas de papéis que continham o discurso realizado pelo Deputado opositorista, proferido no dia 25 de abril. Por meio destes documentos, o governo Suruagy começou a exercitar seu mecanismo de perseguição contra os opositoristas que denunciavam as negociações obscuras de seus amigos dentro do governo. Ao indicar nos jornais a possibilidade de entrar na justiça contra as denúncias opositoristas, numa clara iniciativa de calar a oposição, tentou a cassação de mandato das lideranças do MDB na Assembleia.⁸⁴

Após a instalação da comissão especial de investigação do polo cloro químico, o governo entrou com um processo de cassação de mandato dos deputados opositoristas, o primeiro deles: Mendonça Neto, no Superior Tribunal Eleitoral. Esta forma de censura política demonstra como o governo militar de Suruagy perseguia os políticos que denunciavam os esquemas financeiros do governo, com o uso de mecanismos disponibilizados pelo regime militar. Ele controlava as esferas públicas do judiciário e o Ministério Público no campo federal.

Sendo assim, o governo desencadeou um processo de perseguição política assentado na “legalidade do estado”. Foi argumentado pelo governo, que o processo contra os deputados, tratava-se de “limpar o nome da pessoa do professor Benedito H. Cerqueira que estava sendo caluniado com tais denúncias de corrupção”. Após a instalação do processo pela Arena, a disputa estava concentrada em dois momentos. O primeiro, era “abrir a caixa preta” do governo arenista e do projeto econômico da classe agrária alagoana e, o segundo, era expor as mazelas do governo perante a população pobre e abandonada.

Sentido o aviso imposto pelo Governador como forma de retaliação às denúncias feitas pelos líderes do MDB, o partido avançou na questão da comissão do polo. Além de apontar os envolvidos no esquema de escolha da empresa que realizaria o empreendimento, apontava para situações que seriam de extrema importância para a questão levantada. A comissão efetivou a convocação do engenheiro para um depoimento na Assembleia Legislativa, para explicar as falhas e os desvios que o projeto apresentava. Ainda em 1975 os jornais alagoanos informaram o dia da esperada audiência do ex-diretor da CODEAL, engenheiro Arnaldo Moreira Calheiros. A comissão marcou para o dia 30 de abril às 9 horas da manhã, o depoimento que esclareceria o motivo do então presidente autorizar o empreendimento e

⁸³ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política. março de 1975.

⁸⁴ Idem.

ajudar a entender por que o seu substituto não assinou o contrato de obras com a referida empresa. No decorrer da convocação ocorreu um pronunciamento do Dep. Jorge Villar. Ele contra-atacou a perseguição feita por Suruagy no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e propôs a convocação do ex-governador do Estado de Alagoas, Afrânio Lages, para prestar depoimento à comissão. Seria um “recado”: qualquer indivíduo poderia ser questionado dentro da Assembleia. Manifestou, naquele momento, um ataque veemente à ditadura militar em Alagoas.⁸⁵

2.3 Poluição e descaso social na ditadura militar (1975-1983)

A adoção desta linha de desenvolvimento econômico assentado no apoio à industrialização de Alagoas apresentava falhas gravíssimas. Este modelo econômico visava a formação de um parque empresarial que colocou o meio ambiente em risco. A poluição causava a miséria de várias famílias de trabalhadores artesanais que dependiam da pesca como forma de sobrevivência. A poluição foi proveniente do despejo de quantidades variadas de produtos químicos produzidas por empresas como a Salgema e as usinas de açúcar e álcool nos rios e lagoas que estavam nas proximidades delas. A degradação ambiental gerou casos extremos de desnutrição em crianças, mulheres e pescadores. O alimento que tinham como principal fonte de nutrição encontrava-se escasso com a morte dos peixes e outras espécies marinhas. Além do quadro de desnutrição observa-se o surgimento de várias doenças causadas pelos produtos químicos, como: problemas de pele, respiratórios e diarreias. Em resposta a estes crimes que ocorriam nos rios e, principalmente, nas lagoas, eram feitas denúncias pelas colônias de pescadores que tinham suas regiões de pesca afetadas. Elas, apesar das denúncias apoiadas em leis criadas pelo governo, apenas viam a omissão por parte dos órgãos responsáveis em favor das companhias e usinas em Alagoas.

Desde a implantação das primeiras usinas no estado a relação entre usineiros e trabalhadores artesanais nunca mais foi aceitável. Porque o próprio governo já reconhecia a potencialidade de poluição que as usinas apresentavam. Isto é demonstrado, ainda em 1905, na Conferência Açucareira Nacional, realizada no Recife. O governo republicano havia apontada como resolução para o bom funcionamento e conservação do espaço social e humano a máxima atenção sobre os resíduos produzidos pelas usinas. Constatava, “a remoção

⁸⁵ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página de Política. 1º fevereiro de 1975.

dos resíduos de fabricação (torta, bagaço, caldas etc.), para terrenos de cultura, no interesse da salubridade do local e do aproveitamento de agregados fertilizantes ao solo.”⁸⁶

Segundo Skidmore (1976, p. 64) “Seguindo esta linha de determinação, o Estado durante o governo de Getúlio Vargas, também passou a determinar e orientar o uso dos resíduos que sobravam das caldeiras das usinas”. Situação expressa pelo decreto nº 23.777 de 23 de janeiro de 1934. Ele instituiu as primeiras normas sobre o lançamento de resíduos químicos das usinas nos rios e lagoas. Como era expresso no Art. 1º: “fica estabelecida a obrigatoriedade do lançamento de resíduos industriais das usinas açucareiras nos rios principais, longe das margens, em lugar fundo e correntoso.”⁸⁷

Este decreto abriu as portas legais para um “hábito crime” dos usineiros em Alagoas, que consistiu em jogar venenos e tibornas nos rios e lagoas do estado. Neste período, ocorreu uma série de reclamações dos trabalhadores ligados a pesca, principalmente, daqueles concentrados em colônias de pesca. Elas eram o braço do estado nas regiões litorâneas locais e do país. Cada colônia era dirigida por um Almirante da Marinha de Guerra do Brasil. Dessa forma, local para recrutamento de marinheiros para possíveis necessidades, em caso de guerra. Através de uma série de reclamações de pescadores, feitas às colônias locais, o Ministério da Marinha de Guerra solicitou mudanças na legislação de despejos de poluentes em rios e lagoas.

Para que este diálogo fluísse, foi criado no Ministério de Agricultura a Divisão de Caça e Pesca em 12 de outubro de 1938. Este órgão teria como finalidade regular o lançamento de resíduos tóxicos em rios e lagoas do Brasil. A situação de descaso gerou mais uma onda de manifestações pelos pescadores para que o governo tomasse novas medidas punitivas e instrutivas perante os industriários. Apenas cinco anos depois das reivindicações, em 03 de março de 1943, o governo publicou um novo decreto lei de nº 794, proibindo em “termos expressos”, o lançamento das caldas nas águas interioranas. Ficam assim, os industriais obrigados a promover o aproveitamento ou tratamento integral da calda de suas destilarias, adotando quaisquer processos ou reunião de processos que assegurem a utilização ou eliminação das matérias nelas contidas.⁸⁸

⁸⁶Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Comissão Pastoral da Pesca. Relatório da Conferencia Açucareira Nacional, Recife. 1980.

⁸⁷Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Comissão Pastoral da Pesca. Diário oficial da República dos Estado Unidos do Brasil, 23 de janeiro de 1934.

⁸⁸Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Relatório de poluição de rios e lagoas, 1979.

Estes decretos-leis não surtiam efeito nas classes industriais brasileiras e muito menos na elite agrária alagoana. As legislações propostas eram leis para “inglês ver”. Ou seja, só constavam no papel, caso os legisladores fossem questionados poderiam informar que o estado brasileiro era dotado de leis para o assunto. Assim, várias representações de pescadores que eram afetados pela poluição despejada pelas usinas em Alagoas foram em vão. Perceberam que não adiantava reclamar junto à Capitania dos Portos contra os usineiros locais. Mas, a título de “faz de contas” legislativo a União continuou, principalmente, por meio do IAA a estabelecer medidas e orientações para o tratamento das *caldas* provocadas pelas usinas.

Em 1955 o governo, por meio deste Instituto, promoveu mais uma disponibilização de capitais públicos para a aquisição de equipamentos para construção de destilarias nas indústrias alagoanas. Foi durante este período que o governo alagoano, por meio destas verbas, instalou em 1964-65, a primeira destilaria central de álcool e resíduos químicos do estado. Com o custo de 500 milhões de cruzeiros, ela teria a função de produzir álcool, melação e açúcar e também tratar os resíduos químicos produzidos por estes produtos. Com a instalação da destilaria, só parte do projeto é concluído baseado na produção de derivados da cana. Já o projeto de tratamento das caldas químicas foi abandonado, pois a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool, em 1970, achou o projeto caro e buscaram formas mais conveniente para resolver o problema da tiborna, a emissão nas águas e rios do vale do Paraíba e no complexo lagunar Mundaú-Manguaba.⁸⁹

Em Maceió e na sua macrorregião, a situação da poluição era retratada nos jornais. No dia 02 de abril de 1975, a destilaria central de Alagoas acabava de “provocar mais um acidente”, que era anual, com tiborna. Em consequência poluindo as águas da Lagoa Mundaú. O dirigente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar, Sr. Carlos Maranhão, informou que foi um acidente provocado pelo rompimento da tubulação que dirigia os resíduos químicos para um tanque de decantação no bairro do Tabuleiro. O presidente da Cooperativa dos Usineiros apenas não informou que este tipo de acidente ocorria todos os anos em safras seguidas, pois, o tratamento da tiborna era alto para os cofres dos usineiros e não rendia em nada para eles.

No primeiro contato com o produto, espalhado por toda extensão do rio Mundaú, vários pescadores procuravam as Colônias de Pesca e a Capitania dos Portos. Ela por decreto

⁸⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta pastoral da Pesca. Relatório de poluição dos rios e lagoas. 1979.

proposto na década de 1970, passou a legislar e aplicar as referidas multas contra este tipo de crime. A Capitania aplicou uma multa de 85.000 mil cruzeiros e ordenou a imediata paralização da destilaria. A paralização foi feita, pois, ao passo que ocorria a produção, os dejetos dos produtos químicos continuavam a ser despejados no rio e na lagoa Mundaú. Sendo assim, contrariavam o Sr. Carlos Maranhão que havia informado que, ao descobrir o “acidente químico”, paralisou a produção e a emissão de poluentes.⁹⁰

Neste período, ser pescador era conviver com os dramas da escassez e fome a depender das duas estações, inverno e verão. Ao mesmo tempo em que a natureza ajudava a alimentar estes trabalhadores, as usinas de açúcar apareciam como inimigas de primeira classe. Com o lançamento das tibornas no rio e na lagoa Mundaú, várias espécies de peixes que se reproduziam no rio e desaguavam na lagoa – alimento a uma vasta quantidade de trabalhadores das mais variadas categorias – já não chegavam mais a eles. Deste rio vinha o curimã, o cará, o piau, o camurim e a carapeba. Espécies que, em contato com a tiborna, perdiam o oxigênio e chegavam à lagoa Mundaú apenas em cadáveres. Morriam como pescadores no trabalho, afogados em suas próprias águas, de pulmões inchados. Além destes peixes, o sururu, alimento do qual Josué de Castro falou ao mundo, também sumia. O sururu morre em Alagoas pelas mãos da elite açucareira. Eles querem matar os pobres não com armas, mas de fome.

Em Alagoas vivem as populações pobres de extensa área do estado o seu ciclo do sururu. Já na zona dos engenhos e usinas escasseiam estes recursos da fauna aquática. É verdade que as terras dos engenhos e das usinas são quase sempre atravessadas pelos rios e riachos, muitos deles com peixes e crustáceos (...). Mas infelizmente também esses recursos alimentares foram devastados pela sanha das usinas. As suas caldas, ou seja, os dejetos de suas engrenagens, com resíduos de fabricação de açúcar despejados nas águas, tem sido uma causa terrível de matança de tudo quanto é peixe, ficando os rios quase despovoados. (CASTRO, 2001, p.)

A falta do sururu pela poluição era matérias de jornais: “Está faltando sururu na lagoa”. Os trabalhadores da Colônia de Pesca Z-5, Benedito Barros, Orlando de Araújo e Pedro Feitosa do Vergel do Lago denunciavam⁹¹: “desde a semana santa de 1974 o sururu desapareceu da lagoa e apontam que a tiborna está matando a lagoa com sua poluição”.

Estes trabalhadores, junto com o presidente da colônia Sr. Agenor Rodrigues, olhavam as margens da lagoa Mundaú com desolação. Este olhar era reflexo das consequências que eles sabiam já estavam ocorrendo naquela região e em outras áreas como Marechal Deodoro,

⁹⁰ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Página Social. 1º semestre de 1975.

⁹¹ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Pagina Social, 2º semestre de 1975.

Pilar, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco. A fome e o descaso dos governos federal e estadual com a poluição eram fortes. Muitos deles não tinham o que comer o dia inteiro e saíam de casa às 3hs da madrugada e voltavam para suas casas com um pouco pescado para garantir um mínimo de alimentação para seus familiares. Imaginando este cenário o presidente da colônia dispara e declara ao jornalista:⁹²

Salinização da lagoa e poluição causada pela tiborna são atributos como causa que vêm acabando com o sururu e outras espécies da lagoa e dos canais. O tema é antigo. Vem de muitos anos. Denúncias foram feitas na Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores e por alguns prefeitos ribeirinhos com a participação da imprensa. Muitos técnicos já opinaram a respeito. Mas solução prática nenhuma, enquanto 90% das canoas estão encostadas, pois quase que não tem mais para pescar na lagoa.

Outro pescador apontava as causas do desaparecimento do pescado e cobrava das instituições do estado, na pessoa da Capitania dos Portos, sobre a inércia dela em tomar uma atitude sobre o fato. Como declarava o pescador Benedito Barros Feitosa:⁹³

As autoridades têm muito estudo, mas não entendem de pesca e por isso estamos passando sérias dificuldades com o desaparecimento do sururu, peixe e camarão. Seria bom que a capitania averiguasse as razões e adotasse medidas previstas em lei. Atualmente, não conseguimos pegar mais que três quilos de peixe, tendo que guardar uma parte para não passar fome, pois o dinheiro que recebemos como forma de sustento que é dado pela colônia nos momentos de necessidade só dá para não passar fome.

Outros pescadores denunciavam a condição de abandono e pobreza que o governo de Alagoas e sua elite canavieira os mantinham, como declarou a Sra. Nilda Gracindo da Silva:⁹⁴

Com a falta do peixe e camarão, estamos passando fome. Ontem, meu marido passou a noite toda pescando e não conseguiu nada. Hoje pela manhã saiu de novo e estou rezando para que traga algum pescado. Só Deus é quem pode socorrer a toda essa gente pobre, gente que vive da pesca. Ao contrário morremos de fome e nossos filhos não podemos mandar à escola, pois não é justo que se mande eles com fome.

A situação de abandono e pobreza também afetava os pescadores da outra margem da lagoa Mundaú nos municípios de Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco. O então presidente da Colônia Z-3 apontava que a tiborna lançada pela usina Santa Clotilde Destilaria Central de Alagoas e uma fábrica de papel, às margens do rio Mundaú, eram os principais focos de poluição e mortalidade de peixes da lagoa. Já que, o mesmo rio deságua na lagoa de mesmo nome. Ele criticou a posição dada pelos técnicos da SUDENE (Superintendência de

⁹² JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Pagina Social, 2º junho de 1975.

⁹³ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Página Social, 2º julho de 1975.

⁹⁴ Idem.

Desenvolvimento do Nordeste) e Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) sobre o real motivo da poluição.

Estes técnicos afirmavam que o problema do desaparecimento das espécies na lagoa eram provocados pela periodicidade da reprodução das mesmas. Os técnicos claramente assumiam a posição de desviarem a atenção da poluição provocada pelas indústrias. Expressavam deste modo o descaso do governo com os trabalhadores da pesca. Esta situação gerou declarações forte do presidente da colônia de Coqueiro Seco, o Sr. José Pereira da Silva, sobre a posição da Sudepe e seus técnicos:⁹⁵

Lamento que este técnico não tenha feito um estudo mais aprofundado das causas do desaparecimento do sururu, ao invés de querer justificar o que acontece apenas devido a pouca salinidade, isto pode ser resolvido com a limpeza do grande canal. A tiborna e a poluição são as principais causas do desaparecimento do sururu e de outras espécies. Se a poluição continuar a lagoa vai se transformar num grande açude poluído.

As pressões provocadas pela mídia e pelos pescadores forçaram a Capitania dos Portos, em 1975, a emitir uma nota sobre a posição dela sobre as tibornas emitidas pelas usinas. A Capitania retratou-se por meio do seu dirigente local, o subtenente Abel Duarte de Souza, responsável por fiscalizar e punir as indústrias que estavam lançando dejetos poluentes nos rios e lagoas. Esta fiscalização era aparada no Decreto-lei de nº 5.357 de 1967. A contradição desta declaração, era percebida, na referida lei que tinha como fim penalizar embarcações que lançassem óleo ou detritos nas lagoas e rios. Assim, excluindo de punição as empresas locais, já que, o mesmo decreto não tratava de incluí-las para executar uma punição.

Outro órgão que se manifestou foi a SUDEPE, (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) entidade ligada diretamente a SUDENE, ou seja, ao bloco industriário local. A SUDEPE por meio de seu delegado local, o Sr. Jair Galvão, afirmou que estava tomando “uma série de ações para coibir a degradação do ambiente”. Isto baseado em suas atitudes no decreto nº 221 de 28 de janeiro de 1967⁹⁶. O então delegado informou que estava cobrando aos diretores da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, órgão responsável por aplicar as referidas multas, as medidas de coerção. Mas, na realidade, estas multas nunca eram aplicadas e, quando sim, nunca eram pagas. Isto expressava a força das relações de poder que os usineiros possuíam dentro do governo de Alagoas.

⁹⁵ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, Página Social, setembro de 1975.

⁹⁶ JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, op. cit.

No período de 1976 a 1978, entrou em funcionamento o projeto econômico mais polêmico do governo arenista. O projeto Salgema foi colocado em funcionamento na restinga de Maceió, tendo por finalidade produzir derivados, como soda cáustica, PVC, cloreto de sódio etc. Produtos que apresentavam alto teor tóxico. A problemática desta produção era o destino do descarte do lixo químico produzido. Sendo lançado na região do Pontal da Barra na região dos canais e na Praia da Avenida. Nesta região, o governo queria implantar cerca de 40 empreendimentos que apresentavam ligação com a produção de derivados de Salgema. Esta intenção tinha por finalidade despejar as comunidades do Pontal de Baixo e Pontal de Cima de suas respectivas moradias para cederem lugar para as empresas. Mas, este projeto tornou-se inviável, pois o espaço que o governo havia proposto para a instalação destas era inadequado, “forçando” a implementação das mesmas na região do Tabuleiro de Marechal Deodoro. Isto na medida em que o governo Divaldo Suruagy se comprometeu em construir uma estrada sobre uma vasta área de mangue e duas pontes para o melhor transporte dos produtos produzidos pelas companhias. Assim, destruindo uma vasta área de preservação ambiental de mangue e um gigantesco berçário de espécies marinhas, que davam sustento de vida para vários trabalhadores.⁹⁷

A Salgema permaneceu instalada no Pontal como base e porto para o transporte dos produtos produzidos por ela. As consequências nesta região foram drásticas para as comunidades de pescadores que viviam ali. Esta empresa difundiu por meio de seus poluentes uma série de doenças causadas pelos produtos químicos. Também aumentou a mortalidade e contaminação de várias espécies de peixes no estuário marinho e de peixes da Praia do Pontal. Estes locais eram importantes para a sobrevivência de várias famílias de pescadores da região. Trabalhadores provenientes de regiões como Marechal Deodoro e Pilar, devido à poluição provocada pelas indústrias e consequente fome, passavam a vender sua força de trabalho na construção civil e formavam favelas para garantir a sobrevivência:

Ontem, 28-02-1977, houve um acidente na Salgema atingindo a população da pequena favela que existe ao lado. Muitos peixes apareceram mortos na praia em frente e entre outros casos agudos, uma criança apresentava lesões na pele, surgidos após o funcionamento da fábrica à uma semana (14-02-1977). Esta criança morava em um dos barracos ao lado da Salgema. Na praia, peixes e mais peixes mortos, corroidos. No barraco a criança parecendo agonizar, desfalecida.⁹⁸

⁹⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Relatório de poluição de rios e lagoas, 1979.

⁹⁸ Arquivo do Instituto da Mata Atlântica. O projeto Salgema e o polo cloro químico de Alagoas. Depoimento da pesquisadora do projeto de levantamento ecológico cultural da região das lagoas Mundaú e Manguaba.

Outro depoimento, de uma senhora que morava na “favela da Salgema” e foi atingida pela poluição provocada pela empresa química, constata o desenvolvimento de doenças pela toxicidade da empresa:⁹⁹

Foi um dia desses, depois que a salgema começou a funcionar, a menina apareceu assim doente. A gente veio de Marechal tudo boa, a gente, a menina não adoecia, de jeito nenhum, nenhum desses meninos num tem nem cartão de médico. E agora começou. Um dia desses eu fui tomar banho na praia mais os meninos, bem cedo, fui, todo dia bem cedinho, gosto de dar banho nas crianças. Aí, quando cheguei lá, tinha um peixe batendo, veio lá de longe, agente teve um medo, pensei que era alguma pessoa, já passou, mas não era. Foi um peixe grandão mesmo, vinha batendo assim, aí eu tive medo, aí veio ele saindo pró lado de fora, aí ficou, aquele bixo assim. (...) Tinham outros peixes na praia, tudo morto, ne? Sim, o povo pegavam muito peixe, saía com os peixes, oiá, eu comi um peixe, eu não sabia que estavam envenenado, tava ali. Não dei para os meninos.(...) O problema dessa menina começou assim: começou os olhos dela a sair aquele pus dos olhos, (...) Meu Deus do céu, oia, arrepare: eu dei banho nela, ela almoçou, ela saiu, ne, aí deu aquele cheirinho, aquele cheirinho do salgema. Aí os meninos veio tudo chorando prá cá, veio cheiro de água sanitária (...) ela chegou em casa vomitando (...) e ela vomitou, aquilo vermelho (...).

A pobreza de muitos trabalhadores empurrados pela necessidade de sobrevivência os colocava nos anos de 1977 e 1978 na condição de se alimentarem de animais contaminados por produtos químicos. Esta ação de desespero refletiu o sofrimento causado às classes trabalhadoras, pela degradação ambiental e social da qual o governo Divaldo Suruagy era conivente. Ao se alimentar de um peixe que saiu de seu habitat natural, contaminado por mercúrio e soda cáustica, jogada pelas caldeiras da Salgema, este peixe “pede socorro”, assim como a senhora, que o retira da praia para se alimentar.

Neste contexto foi observado a omissão por parte das autoridades estaduais de medidas punitivas no combate à destruição do meio ambiente por meio da poluição aos rios, lagoas e áreas litorâneas de mar. Esta omissão foi desdobrada em duas vertentes que retratam o poder que a classe açucareira e química tinha dentro do governo Divaldo Suruagy. A primeira consistiu que, mesmo com a criação de vários mecanismos legislativos como decretos lei e altas multas para quem poluísse rios e lagoas, a classe industrial desrespeitava e continuava a jogar seus dejetos nestes ambientes. Em segundo plano, vê-se a omissão total dos órgãos jurídicos representados primeiro no Ministério da Agricultura e pelo Departamento de Caça e Pesca ligado a este ministério, além da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca e Capitania dos Portos que durante o período negligenciou as ações devidas contra os

⁹⁹ Idem.

destruidores do meio ambiente e propagadores da pobreza e miséria da classe trabalhadora da pesca.

As ações desenvolvidas pelo governo alagoano para aplicar no papel a legislação determinada pelo governo federal, deixava entrever, mais ainda, o poder que a elite química tem em Alagoas. Com as denúncias feitas pelos pescadores e pela imprensa, várias multas foram distribuídas às usinas e indústrias poluidoras. Mas, a constatação foi que nenhuma empresa pagava as multas que a SUDEPE¹⁰⁰, Secretaria de Meio Ambiente ou Capitania dos Portos aplicavam. O governo dava total apoio econômico e político para que estas companhias se desenvolvessem no estado sem que apresentassem nenhum incômodo as instituições fiscalizadoras. Foi nesse quadro que, durante o período que vai de 1975 a 1978, as ações de protestos contra as condições de miséria e desigualdade social, acentuaram-se na mídia alagoana, por meio das colônias de pescas dos municípios afetados pela negligência do governo militar.

Neste período, no Nordeste, existiam grupos que passaram a defender e denunciar localmente e mundialmente as péssimas condições de vida que os pescadores sofriam. Estes grupos estavam alocados na IC e tinham seu reduto em um dos meios políticos mais fortes, representado pelo bispado de Recife e Olinda que tinha a frente Dom Hélder Câmara. Este grupo político da IC, denominado de CPP (Comissão Pastoral da Pesca), teve por finalidade desenvolver formas de apoio político e instrucional para vários pescadores do Nordeste e do Brasil. Mas a introdução dela em Alagoas foi lenta e gradativa e com ápices de ações tardias na sociedade.

2.4 A Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas (1978)

As manifestações de denúncias a respeito da poluição causada por empresas químicas e pela falta de assistência social para as comunidades de pescadores ganharam, nos anos setenta e início dos oitenta, espaço entre as preocupações do clero alagoano. Foi durante os anos 1977 e 1978 que a IC alagoana, sob o comando do Bispo Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, auxiliado pelo conselho presbiteral, composto por padres que haviam sido formados na doutrina progressista da Igreja – como o Padre Manoel Henrique de Melo Santana – passou a

¹⁰⁰ A SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) consistiu em um órgão de fiscalização das ações promovidas pelos pescadores. A ela coube o papel de “carrasco” dos trabalhadores da pesca. Isto pois apreendia barcos, redes e instrumentos de trabalho que não estavam autorizados por ela para o uso na apreensão do pescado. Ao tempo que perseguia pescadores, ela “fechava os olhos” para as ações de degradação promovidas pelos grandes industriários alagoanos.

aprofundar um plano pastoral de inserção político-social. Esta tarefa tinha a influência daquela ideologia que a instituição passou a expandir em contato com as camadas populares da zona da mata alagoana. Estes contatos foram acentuados pelo melhor desenvolvimento das CEBs das regiões litorâneas do estado e pela criação de movimentos pastorais que estabeleciam um contato político com grupos artesanais.

Estes grupos estavam ligados por líderes de comunidades de pescadores das diversas regiões do estado. Eram formados por pescadores do mar da região norte, Maragogi, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Paripueira e região lagunar de Pilar, Maceió, Roteiro e Penedo. Estes líderes, estavam em plena função das atividades políticas dentro das colônias de pescas, em seus respectivos municípios. Mediante o chamado, proposto pelo Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Maceió, foram convocadas algumas lideranças dos pescadores. A intenção era formar um grupo que defendesse política e juridicamente a classe trabalhadora da pesca de forma organizada, frente ao governo militar alagoano. Em meio a esta primeira reunião foi proposta a fundação da Comissão Pastoral da Pesca¹⁰¹ seccional de Alagoas¹⁰².

As denúncias nos jornais alagoanos levantaram o grito de socorro que as comunidades pobres de pescadores pronunciavam contra o governo militar e contra o grupo de usineiros que dominava o estado. Esta situação demonstrava o grau de necessidade que estes trabalhadores passavam frente a falta de assistência social e fiscalização, por parte do Estado, contra a poluição provocada pelas indústrias químicas. Durante o ano de 1977, na reunião mensal do Conselho Presbiteral, que ocorria sempre na última quarta feira do mês, a IC alagoana verificou o aumento do número de assistências sociais nos centros mantidos pela entidade. Foi, assim, que os membros do Conselho apontaram que o nível de pobreza, provocados pela fome e doenças estava em estado alarmante.

Em meio à reunião o vigário geral Mons. Antonio Assunção Araújo, informou sobre um ofício enviado pelo Bispo coordenador da Regional Nordeste II a respeito da Campanha da Fraternidade do ano de 1978. O tema abarcava a questão da preservação dos mares, rios e lagoas do país. Isto tinha como função principal a crítica e conscientização, por parte do clero, da imposição da industrialização no país ao tempo em que esta gerava grandes levas de desempregados e aumentava o número de pobres no país. No ofício havia a cobrança da

¹⁰¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs. Relatório das CEBs em Alagoas, 1978.

¹⁰² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Relatório de Fundação da Pastoral da Pesca em Alagoas.

Regional da pouca mobilidade do clero alagoano sobre a questão. Isto pois não havia no estado um organismo pastoral que defendesse a questão do meio ambiente¹⁰³.

A situação gerou duas práticas de ações sugeridas pelo Conselho Presbiterial. A primeira consistiu em copiar o modelo empregado na diocese de Penedo com a participação de pescadores nas CEBs para a mobilização ambiental. A outra, seria estabelecer contatos por convites às lideranças políticas que dirigiam as colônias de pescadores dos respectivos municípios interioranos e as da capital. Como a arquidiocese de Maceió já apresentava um grupo de CEBs sob sua gestão, passou a expandir outras dentro das comunidades litorâneas do estado, para identificar e instruir focos de resistência política frente à poluição do meio ambiente e sobre as questões sociais.¹⁰⁴

Mais ainda, o Conselho decidiu recomendar aos padres, que observassem em suas paróquias a presença de movimentos ou Colônias de Pesca com atividade política. À comprovação da existência das mesmas, cada padre deveria manter contato com a liderança política da colônia e informá-los das novas propostas pastorais da IC alagoana para os anos de 1978 a 1980. As relações com as lideranças das colônias apresentaram, em um primeiro momento, boa efetividade. Posteriormente, houve atritos entre leigos que faziam parte dos núcleos pastorais que auxiliariam na instrução de vários grupos de pescadores e as administrações das colônias comandadas¹⁰⁵ por políticos das localidades¹⁰⁶.

Após as decisões tomadas, o conselho enviou ofícios circulares para as paróquias que abrangiam a região metropolitana de Maceió. Ao tempo, o Conselho reconhecia que boa parte das colônias de pescadores, das regiões marítimas e lagunares, estavam sob a direção de indivíduos ligados ao regime militar. Portanto, eram indivíduos que não eram pescadores profissionais. Porém, por meio da influência de políticos, conseguiam se eleger, comprando pescadores. Como era visto na colônia de pescadores do município de Pilar, onde o Sr. Américo Costa, que não era pescador profissional, dirigiu a colônia de 1953 até 1985. O coordenador pastoral da área do vale do Paraíba apontava este tipo de diretores locais, como empecilhos para o desenvolvimento do trabalho pastoral na região. Isto, pois eram pessoas

¹⁰³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. 2º Plano Pastoral e Informativo da Diocese de Maceió 1977/1979.

¹⁰⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs. Relatório de treinamento, Pe. Marins.

¹⁰⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta pastoral da Pesca. Documento da Comissão Pastoral da Pesca.

¹⁰⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. 2º Plano Pastoral e Informativo da diocese de Maceió, 1977/1979.

ligadas a políticos locais e que apresentavam sérios problemas administrativos dentro das colônias.¹⁰⁷

A introdução deste tipo de liderança no comando das instituições foi previsto e determinado pelo governo do Estado Novo durante o ano de 1938 e copiado por seus sucessores que fundaram e expandiram outras colônias de pesca no Brasil. As colônias foram criadas pela Marinha de Guerra brasileira com a finalidade de estabelecer postos de fiscalizações no litoral brasileiro e, também, para industrializar a pesca artesanal. Os administradores delas eram militares ou políticos ligados às ditaduras que forçavam os pescadores a se filiarem à colônia e, assim, automaticamente tornarem-se recrutas das forças armadas. Com isto, à medida que o governo precisasse de recrutas e alimentos, buscavam, geralmente, à força, nas regiões onde estavam instaladas as colônias.

Os estatutos elaborados para a instituição viabilizava a presença de dirigentes que não fossem diretamente ligados à pesca. Abriu a possibilidade para que estes indivíduos ligados a políticos pudessem participar e dirigir a colônias. Durante os anos de 1970 o governo militar estabeleceu novas formas de centralização política sobre as colônias. Isto foi realizado mediante o uso da portaria nº 471, emitindo um novo estatuto-modelo para reger a direção das entidades. Ele continha o aumento da fiscalização por meio do reforço da tutela sobre os pescadores. Deixava os trabalhadores da pesca submissos à fiscalização da Confederação de Pesca Estadual. Este era outro órgão que deveria dar atenção às necessidades dos trabalhadores, mas apresentava uma direção política indicada pelos órgãos de direção do regime militar. Em Alagoas quem determinava o presidente da federação de pesca local eram deputados e o governador do estado, ligados ao bloco industrial arenista. Assim, a entidade liderada pelo senhor Bastinho apenas reprimia pescadores, omitindo-se frente à exploração por eles sofrida e às denúncias sobre a poluição realizada pelas usinas.¹⁰⁸

Consciente da situação política das colônias de pesca, o bispo e o coordenador de ações pastorais chegaram a um acordo. Ele consistiu nas formas que deveriam ser implantadas as bases de um organismo eclesial que dialogasse com a classe artesanal e abraçasse a bandeira do meio ambiente. Por meio deste direcionamento, a IC alagoana resolveu fortalecer seu grupo de animadores leigos que moravam em comunidades que já possuíam CEBs, principalmente nas comunidades que tinham a presença de trabalhadores da pesca. Isto se

¹⁰⁷ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livro de Atas da Colônia Z-8, 1950/1987.

¹⁰⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório das Leis das Sociedades Denominadas Colônias de Pesca.

daria com a maior participação de jovens pescadores e filhos destes pescadores nas ações propostas pela IC.¹⁰⁹

Já nas comunidades em que a IC não dispunha de grupos de animadores para esta linha pastoral, foram designados grupos que pudessem prestar serviços sociais aos trabalhadores das colônias. Estes serviços envolviam auxílio educacional e advocatício. Ajudariam muitos pescadores a se aposentarem ou a receberem auxílio-doença, através do apoio de militantes ligados a CPJ (Comissão de Paz e Justiça)¹¹⁰. Com estas relações a Igreja se “infiltrava” dentro das organizações¹¹¹ de trabalhadores e ao mesmo tempo desenvolvia seu trabalho pastoral, perante o Regional Nordeste II.¹¹²

Durante os meses de junho e julho de 1978 a Arquidiocese de Maceió entrou em contato com a Comissão Pastoral de Pesca, localizada em Olinda. Este contato apresentava a necessidade de estreitamento de ações entre a CPP Nordeste e a Arquidiocese de Maceió. Em um ofício enviado no começo de julho de 1978 o bispo de Maceió convidou Frei Alfredo Schneuttgen, coordenador da CPP na Regional Nordeste II, a fundar uma linha da Pastoral da Pesca em Alagoas, para contribuir com as ações de orientação social e política destes trabalhadores. A manifestação de apoio foi imediata por parte do frei, mas somente o apoio dele não era suficiente.

Para suprir esta carência, a IC alagoana convidou outros religiosos que apresentavam bons contatos em suas paróquias ou que já apresentavam trabalhos de caráter social com trabalhadores da pesca. Assim, também foram convidados os padres Silvestre Vredegoog, Delfino Barbosa, Aníbal da Mata Carnaúba, a irmã sacramentina Francisca e também a assistente social da arquidiocese de Maceió, Josefa Cavalcante de Melo. A formação desta equipe para compor as ações políticas da CPP tinha por finalidade apresentar um dinamismo político e administrativo. Além de formar uma equipe que interagisse com as ações de necessidades dos trabalhadores artesanais, seriam a “voz de protesto” dos mesmos contra a degradação do meio ambiente frente ao governo local.¹¹³

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão de Justiça e Paz. Relatório de Atividades, 1980/85.

¹¹¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs. Relatório das CEBs treinamento para animadores de CEBs.

¹¹² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Ofício da Comissão Pastoral da Pesca, Recife, Regional Nordeste II.

¹¹³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

No dia 07 de agosto de 1978 foi promovida uma reunião com todos os integrantes indicados para formar a espinha administrativa da CPP alagoana. A reunião ocorreu na casa das irmãs sacramentinas em Riacho Doce. O local era base social de apoio de ação para vários pescadores da região de Riacho Doce, Ipioca e Saúde. No local as irmãs prestavam serviço de educação para os trabalhadores artesanais, ensinando-os a ler, escrever e praticar as operações matemáticas para o uso diário na atividade pesqueira e social. Presentes na fundação estava o Bispo Dom Miguel Fenelon Câmara, que apresentava uma expressão de “dever cumprido” e a diminuição da pressão exercida pela Regional por poder cumprir a meta da IC na Campanha da Fraternidade em 1978. Além dele, Frei Alfredo Schneuttgen¹¹⁴, desbravador da IC na formação da CPP no Brasil, desde os anos de 1950, Tood Breen e a responsável pela organização da casa das irmãs sacramentinas, irmã Adélia Oliveira de Carvalho. Ainda estavam presentes os padres Silvestre Vredegoog, Delfino Barbosa Neto, Aníbal da Mata Carnaúba, Irmã Francisca, a Sra. Josefa Cavalcante de Melo, o Sr. João Muniz (funcionário da SUDEP, responsável por fiscalizar os pescadores artesanais) e também líderes e pescadores das colônias do Pilar, Santa Luzia do Norte, Porto de Pedras e Porto da Rua. A reunião deste grupo tinha, além da finalidade de fundar a pastoral, determinar quem seriam os componentes que estariam na coordenação local.¹¹⁵

A elaboração da coordenação da pastoral tinha como principal meta agregar indivíduos com boas relações sociais e com conhecimento de causa das dificuldades que os trabalhadores da pesca passavam. As lideranças religiosas que se faziam presentes à reunião indicavam e estabeleciam um comum acordo com os pescadores, sobre os nomes que melhor exerceriam a função de articuladores perante cada comunidade de trabalhadores. Inicialmente, foi proposto o nome do Pe. Aníbal da Mata Carnaúba por apresentar-se como liderança local de atividades que assistiam às comunidades de pescadores nas regiões periféricas de Maceió e pela experiência dele com CEBs, que eram formadas por filhos ou trabalhadores artesanais da região litorânea próxima à capital.

Colocou-se, assim, um padre que já apresentava um diálogo com as comunidades de trabalhadores artesanais. Em seguida, foi proposto o nome da assistente social da arquidiocese, Sra. Josefa Cavalcante de Melo, por apresentar vasta experiência de trabalho em coordenar ações da IC no atendimento a comunidades pobres em Maceió no Centro Dom

¹¹⁴ Frei Alfredo foi o religioso responsável para formação e desenvolvimento das lutas da Pastoral da Pesca junto aos pescadores. Seu trabalho teve início com a fundação de um núcleo da entidade nas imediações das praias de Olinda em 1968.

¹¹⁵ Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

Adelmo Machado. Por fim, nomearam o Sr. Benedito Guedes dos Santos (Seu Biu) por ser um dos representantes da classe trabalhadora da pesca no período, conhecedor das dificuldades que existiam dentro das colônias de pesca e, principalmente, das ações de descaso exercidas pelo governo. O senhor Benedito era o contato direto entre os trabalhadores e a IC e poderia ajudar a apontar os caminhos que a CPP deveria seguir para auxiliar os pescadores.¹¹⁶

Ainda no dia 07 de agosto de 1978, no começo da tarde, os padres e as lideranças da pastoral colocaram em pauta as finalidades de ação proposta para a CPP em Alagoas. Com isto, os pescadores começaram a lançar propostas do que poderiam desempenhar dentro das comunidades artesanais. Porém, o bispo buscava conter os ânimos de alguns pescadores que tocavam na questão da necessidade de um enfrentamento político contra agentes que poluíam¹¹⁷ e que grilavam terras de marinha nas localidades das quais eles sobreviviam. Dom Fenelon tinha receio da possível radicalização de alguns indivíduos, semelhante ao que ocorria em Pernambuco com a formação de grupos de pescadores armados, trabalhadores que enfrentaram a ditadura. Isto, mesmo com a boa amizade que a IC alagoana tinha com o governo local, o bispo receava os possíveis problemas com a ditadura civil-militar.

Com estes receios o bispo orientou para que os primeiros anos da CPP tivessem a finalidade de organizar os pescadores em suas comunidades e respectivas colônias e, estabelecer um plano de orientação social e política para eles. A finalidade era instruí-los das condições de opressão dadas por meio do apoio do governo militar aos industriários. Assim, foi determinado para a CPP durante o período que ela se estabelecia em Alagoas:¹¹⁸

1 – Visitar as praias e colônias, para sentir com eles seus angustiantes problemas, notadamente o da fome que é resultado da poluição. 2 – Promover um entrosamento entre os pescadores para que fortalecidos e unificados lutem por seus direitos. 3 – Conscientizar os pescadores sobre a pastoral dos pescadores. 4 – Promover o primeiro encontro estadual de pescadores da arquidiocese de Maceió em 13 de maio, com a participação das dioceses de Penedo e Palmeira dos Índios e várias equipes de pescadores. (Relatório da Fundação da Comissão Pastoral da Pesca, 1978).

Em abril de 1979, a Arquidiocese de Maceió estabeleceu contatos com os párocos das respectivas igrejas que apresentavam núcleos de pescadores. Estes núcleos eram organizações com representação de colônias de pesca ou grupos de comunidades de pescadores que

¹¹⁶ Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹¹⁷ Idem, op. Cit.

¹¹⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

desejassem participar do 1º Encontro Estadual de Pescadores, planejado para 13 de maio daquele ano. Os contatos, feitos por ofícios circulares, foram enviados também para a diocese de Penedo. Pois ali havia núcleos de CEBs e pastorais sociais que já trabalhavam com pescadores artesanais na região do baixo São Francisco.

Também foram convocados membros da diocese de Palmeira dos Índios, que durante este período atuavam em uma linha de direção pastoral de caráter progressista e com boas ligações com núcleos populares camponeses. Sendo assim, os padres destas dioceses foram comunicados do encontro e passaram a convocar os núcleos de comunidades artesanais, principalmente na região da Barra de São Miguel, Santo Antônio, Paripueira, Pilar, Pontal do Peba, Penedo e Maceió. Além deles, cada pároco enviou um ofício-convite aos presidentes das colônias de pescadores que existiam em sua localidade.

Por este convite e por interesses em encontrar um núcleo político e social que protegesse e atendesse às reivindicações e os interesses dos pescadores e de alguns líderes de colônias, vários marcaram presença. Pela representação da colônia de Penedo e da diocese estava presente o Sr. Antônio, popularmente conhecido naquela região como “Toinho”¹¹⁹. Ele tinha forte ligação com as ações políticas promovidas pela colônia de Penedo e com boas informações sobre a condição social de vários pescadores daquela região. Seu conhecimento foi resultado das ações de evangelização política promovidas pela IC e pela luta desempenhada pelos pescadores na região.

Além dele estavam presentes pescadores da cidade de Pilar que sofriam com a degradação do meio ambiente e, principalmente, pelas mudanças ocorridas nos setores de aposentadoria, a perda de vários benefícios sociais que eram base de sustento de muitas famílias da localidade. Também pescadores de Jequiá da Praia, que sofriam os impactos da poluição provocada pelas indústrias de açúcar, do grupo Tenório. Outros ainda eram os trabalhadores do Pontal da Barra e Fernão Velho, regiões que, respectivamente, foram afetadas pela Salgema e pela Destilaria Central Alagoana.

¹¹⁹ O pescador “Toinho” tornou-se um dos principais representantes políticos da classe da pesca em Alagoas e no Brasil. Ele apresentava uma forte influência na formação dos quadros dirigentes da CPP e da Federação de Pesca em Alagoas. Ele, junto com outros pescadores, passaram a desenvolver trabalhos sobre a tomada das colônias de pesca frente ao governo militar. Por estas ações sofreram perseguições pelo regime militar em Alagoas. Também responsável por articular os pescadores com alas do MDB e do PT. Apresentava como finalidade desta relação introduzir os pescadores no meio político partidário nacional. Esta introdução resultou na formação de um grupo de trabalhadores que buscou a modificação na constituição, para que tivessem mais suporte social. Este momento político da história dos pescadores foi chamado de Constituinte da Pesca, ocorrido em 1985.

O encontro entre pescadores e a direção local e regional da CPP tinha por finalidade a formação e o melhor relacionamento de um bloco de luta política e social dos pescadores.¹²⁰ Este bloco estabeleceu uma relação de apoio mútuo entre as colônias. Com a interação entre as colônias poder-se-ia formar uma frente de luta contra o governo militar e o grupo político que dominava a Confederação, Federação e Colônias de pescadores. Além dos pescadores estiveram presentes ao encontro Pe. Aníbal da Mata Carnaúba, o coordenador da CPP em Alagoas no ano de 1979, Frei Alfredo, já mencionado líder da CPP na Regional Nordeste II, o Sr. José Roberto da Fonseca e Silva (coordenado do Setor de Meio Ambiente do Governo do estado de Alagoas) e os coordenadores da CPP da arquidiocese de Maceió. Os organizadores do evento convidaram o coordenador de meio ambiente do governo para que os pescadores estabelecessem um canal direto de reivindicações com o organismo central.

A presença do coordenador também tinha como finalidade que o mesmo entendesse as dificuldades sociais que ocorriam com os trabalhadores artesanais. Isto, na proporção em que o governo do estado deixava de punir as várias indústrias poluidoras. Nesta reunião os diretores da SUDEP não compareceram, pois sabiam que seriam muito criticados. Durante o período que antecedeu o encontro, a entidade havia intensificado a perseguição a vários pescadores. A Superintendência da Pesca passou a apreender redes de pesca dos trabalhadores, impedindo-os de trabalhar, alegando que praticavam pesca predatória. Ao mesmo tempo a SUDEP omitia-se frente à fome causada pela poluição das indústrias em Alagoas.

O encontro realizado na Arquidiocese de Maceió teve início com o pronunciamento religioso do coordenador da CPP em Alagoas, padre Aníbal da Mata Carnaúba. Em suas palavras apontou quais seriam as atividades que a Pastoral da Pesca poderia desempenhar em parceria com os pescadores. O padre sempre procurou informar aos pescadores e aos presidentes de colônias presentes que a IC alagoana estava em um momento pastoral “de auxílio e não de escudo” para as ações dos pescadores.¹²¹ Colocou a necessidade da união de todas as colônias e comunidades de pescadores frente às reivindicações perante a ditadura.

Posteriormente, o coordenador do Regional Nordeste II, frei Alfredo, reforçou as palavras proferidas pelo coordenador local e explicou as ações que a pastoral poderia desenvolver junto aos pescadores, deixando claro que ela “não poderia lutar pelos

¹²⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca 1979.

¹²¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

pescadores”, sem estes adentrarem o campo de disputa política que ocorria no período de 1979/80 que tinha, por fim, a “tomada da direção” da federação e colônias do poder militar. Esta colocação, expressou que a IC disponibilizaria um departamento de instrução social para informar os pescadores de seus direitos sociais. A disponibilização de uma assistente social, e de um advogado ligado à Comissão de Paz e Justiça para auxiliarem nos conflitos e problemas de terras e aposentadorias que os pescadores enfrentavam.¹²² Estas informações deixaram muitos pescadores e líderes de colônias animados. Estes dois elementos poderiam resolver problemas de assistência social para muitos pescadores em várias comunidades, como ocorria na cidade de Pilar.

A narrativa trazida pelo relatório desta primeira reunião é uma fonte interessante para se refletir os conflitos existentes entre os pescadores e os órgãos do Estado. Têm-se nele que em meio a palestra, um pescador participante de CEBs da região de Penedo afirmou que “os pescadores deveriam unir-se contra as desigualdades encontradas”. Ele falou sobre as desigualdades na situação econômica que viviam os pescadores e os problemas ambientais que sofriam.¹²³

O Sr. Antônio (Toinho), pescador de Penedo, comentou um trecho dos Atos dos Apóstolos, “A Cura do Coxo”, Cap. 3, 1-11, mostrando a necessidade dos pescadores se organizarem em grupos para pensarem melhor em seus problemas, que era importante a união, pois sem esta nada poderia ser feito. Que os pescadores confiassem no Cristo, assim teriam forças para vencer todas as barreiras.¹²⁴

Em seguida um dos animadores de CEBs pegou o microfone e começou a cantar a música “Progresso” de Roberto Carlos, que em 1979 fazia parte de uma campanha promovida pelo cantor contra a caça de baleias e degradação dos mares, provocadas por acidentes com navios de petróleo na costa brasileira. Por meio desta técnica, Pe. Anibal começou a fazer comparativos entre a música cantada e a realidade que os pescadores alagoanos passavam naquele momento. Segundo o relatório da reunião, as palavras do padre levaram “o salão a ficar eufórico”, passando a ideia de que além dos pescadores outras pessoas viam o problema deles frente às indústrias. Quando a música parou, muitos pescadores ficaram mais a vontade em dialogar sobre os problemas que enfrentava na localidade onde viviam e trabalhavam. “Um pescador disse que antes, da poluição, Roteiro vivia bem, havia peixes em abundância(…).”

Com a poluição a lagoa não deu peixes e outros mariscos, forçando os pescadores a pegar maçonim, que hoje está desaparecendo. Afirmou o pescador, que a poluição é proveniente das usinas açucareiras. Os pescadores fizeram um apelo às autoridades

¹²² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹²³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹²⁴ Idem, op. cit.

para que tomassem providencias, mas até o momento presente nada foi resolvido e os pescadores passam fome. As indústrias continuam desrespeitando as leis governamentais, lançando tibornas e ácidos altamente poluentes nos rios e lagoas. Nossa lagoa fornecia, peixes, camarões, sururu e outros peixes, aos mercados de Maceió, São Miguel dos Campos e outras cidades, hoje, a comunidade de Roteiro passa fome e não tem condições de sobrevivência.¹²⁵

Outro pescador de Jequiá da Praia, informava que “Há tempo os pescadores lutam pela dragagem do rio e da abertura da barra, aparecem técnicos, mas nada resolvem. Os pescadores reclamam que a assistência médica é deficiente”.¹²⁶

O presidente da colônia de Penedo apontou o problema dos pescadores daquela região¹²⁷:

Até o início deste ano o rio São Francisco não era poluído, agora, a destilaria de álcool PAISA começou a poluir, causando uma mortandade grande de peixes, a situação é calamitosa, os pescadores passam necessidades, além de outros problemas que os impedem de se organizarem.

Um pescador do Pontal da Barra, em Maceió, deu seu depoimento afirmando:¹²⁸

(...) anos atrás, os pescadores viviam pescando e toda a população viviam o bem, hoje, nós estamos sofrendo com a implantação da indústria Salgema. A lagoa e o mar tornaram-se imprestáveis. Mais também tem o problema da boca do mar que está tapado pelos bancos de areia que impedem que os peixes e o mar entrem. Diminuindo a quantidade de peixes na lagoa.

O presidente da colônia de pescadores do município de Pilar, Sr. Américo Costa, apresentava uma reivindicação diferente dos pescadores de outras regiões afetadas pela poluição, mesmo sua colônia também sofrendo do mesmo problema. A lagoa Manguaba sofria com o lançamento de poluentes das usinas João de Deus e Terra Nova (ambas nas margens do rio Paraíba). Ele declarou:

Os pescadores acham importante que se crie um setor jurídico, onde possam eles se sentir seguros de seus reclamos. Os pescadores reclamam a maneira da eleição que se faz para a presidência da federação, sentindo-se marginalizados, sem direito a votar.¹²⁹

Esta última declaração remetia à forma como o governo estadual controlava as ações de protestos dos pescadores na esfera estadual e nacional. Esta situação ocorria através do

¹²⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹²⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem, op. cit.

¹²⁹ Idem, op. cit.

controle da direção da Federação de Pesca, órgão ligado ao Ministério da Agricultura e a SUDEP que poderia protestar mais efetivamente contra os industriários em um âmbito que chegaria aos ouvidos do presidente militar. Mas, esta federação sofria dos próprios males do regime, pois, este autorizava que os governadores biônicos influenciassem na formação da direção dela. Nesta linha, em Alagoas, a situação não era diferente, uma vez que a federação sofreu a intervenção constante de administradores ligados ao governo do estado e distantes da classe trabalhadora a qual deveria representar. A Federação Alagoana era dominada pelo bloco arenista do governador Afrânio Lajes (1970/75) e por Divaldo Suruagy (1975/80). Neste período, a representação da federação estava na pessoa de Sebastião Costa, popularmente conhecido como Bastinho. Ele foi considerado um dirigente político atuante da classe conservadora alagoana. Ocupou vários cargos de destaque em diferentes secretarias nos governos militares.¹³⁰

Sentado à mesa junto aos padres, animadores de CEBs e do Frei Alfredo estava o coordenador de Meio Ambiente do governo do estado, Sr. José Roberto da Fonseca e Silva. Segundo o relatório da reunião, no momento em que os pescadores falavam das dificuldades encontradas, ele “passava uma expressão de seriedade e incômodo pelas críticas proporcionadas pelos pescadores”. Após as críticas, o referido coordenador posicionou-se para palestrar sobre meio ambiente, convite proposital feito pela coordenação da CPP, para que um membro do governo escutasse os pescadores. O tema da palestra do coordenador parecia um ponto contraditório às práticas do governo ao qual ele representava, que combinava com a Campanha da Fraternidade lançada em 1979 pela CNBB, mencionada acima.

O tema “Preserve o que é de todos”¹³¹, teve início com a explanação dos históricos das leis que foram criadas pelo governo do estado e pela instância federal para proteger o meio ambiente contra os agentes poluidores. Após, transcorreu um levantamento dos institutos que foram criados para coibir a ação poluidora e solucionar este problema. Em seguida, foi iniciado um debate com os pescadores que demonstraram insatisfação com as declarações do palestrante. Os pescadores rebateram os pontos levantados na palestra alegando que “as leis e instituições criadas pelo governo apenas eram de fachada” e que “não exerciam nenhuma ação com os industriários do setor do açúcar em Alagoas”. Porém, “a

¹³⁰ Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

¹³¹ Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

situação era diferente quando tratava de punir os pecadores com a apreensão do material de trabalho deles”.

No salão aonde a reunião ocorria, o clima de revolta e desabafo tomava conta de vários pescadores presentes. Muitos pescadores discordavam das declarações de soluções lentas e em longo prazo propostas pelo coordenador. A insatisfação ocorria, pois muitas famílias de trabalhadores dependiam de uma rápida ação do governo, já que, a fome e a pobreza tomavam conta destas comunidades. Para conter as exaltações da reunião, Frei Alfredo pediu a palavra e determinou um intervalo para o almoço, servido no próprio local de reunião. Na parte da tarde retornariam para se tomar instruções sobre como agir nos processos de reivindicação.¹³²

À tarde vários representantes das colônias encontravam-se em interação sobre os assuntos levantados. Eles comentavam como estava a situação política no estado de Alagoas e nos municípios dos quais provinham destacavam o abandono social, por parte do governo estadual. Ao retornar ao salão, Frei Alfredo veio acompanhado de animadores de CEBs e pastorais que o auxiliavam. Com os animadores vinham alguns documentos referentes a exemplos de lutas em outros estados do país e, principalmente, formas instrutivas de ação para os pescadores. Frei Alfredo pegou o microfone enquanto todos se acomodavam em suas cadeiras. Quando todas estavam acomodados, passou a direcionar formas instrutivas de ação para cada caso de dificuldade expresso pelos representantes de cada área.

Estas instruções estavam baseadas em esclarecimentos sobre a legislação que regia a ação de direito dos pescadores em seu ambiente de trabalho. Apontavam quais legislações os pescadores deveriam acionar para o caso de terem problemas com poluições em suas lagoas. Para este tipo de ação a CPP alagoana estabeleceu uma parceria de ação com a Comissão de Paz e Justiça (CPJ)¹³³. Esta pastoral auxiliaria com o apoio de advogados a ação proposta pelos pescadores nas áreas que apresentassem reivindicações. Além desta forma de apoio, foi disponibilizado para os pescadores o auxílio da assistência social da IC para ajudar os pescadores que buscavam direitos por saúde e aposentadoria. Temas que eram muito preocupantes nas comunidades de trabalhadores da pesca.

Nos anos setenta a legislação passou a “facilitar” a aposentadoria de vários pescadores. Antes era feita mediante um laudo de incapacidade de um médico local,

¹³² Idem, op. cit.

¹³³ Os membros da CPJ sempre acompanharam as assistentes sociais da IC. Ambos cuidavam em elaborar relatórios sobre as condições que encontravam várias comunidades de trabalhadores da pesca e também rurais.

declaração de pagamento de dividendos à colônia e duas testemunhas que provassem a profissão dele. Em 1970 o pescador havia adentrado no plano de aposentadoria da Agricultura, FUNRURAL.¹³⁴ Tornou-se, porém, mais difícil a aposentadoria de muitos pescadores pois esta forma exigia que o pescador apresentasse uma contribuição mensal, durante cerca de 30 anos para ter direito ao benefício. A aposentadoria em geral, era a fonte de sustento de muitas famílias nas regiões lagunares. Como auxílio da assistência social da IC “os pescadores estariam cientes das novas legislações e poderiam ficar tranquilos quanto ao futuro deles”.

Os pescadores informaram ao frei que esta “comissão” de auxílio deveria ser permanente, pois este tipo de problema sempre existiria devido ao poder que os industriários possuíam no estado e, também, pela desinformação de muitos pescadores sobre a legislação de aposentadoria. Consciente da situação de dificuldade, frei Alfredo propõem a formação de uma Comissão Provincial de Pescadores. Ela seria composta por um grupo especializado de técnicos com um advogado, uma assistente social e um grupo de “animadores pescadores” que informariam aos pescadores como deveriam proceder. Esta proposta foi bem recebida, mas os pescadores se sentiram excluídos das decisões que esta comissão poderia gerar.

Neste momento os trabalhadores colocaram que alguns deles deveriam compor a comissão, alegando que poderiam facilitar o entrosamento com as comunidades de trabalhadores pesqueiros e a comissão. Mas, também, participar das ações de direção que poderiam tomar na comissão. A proposta foi bem aceita pelos coordenadores da CPP e, em comum acordo com os pescadores, decidiram levar a ideia da formação da comissão provincial de pescadores para outras comunidades que não estavam presentes. Mais ainda, a confirmações da criação deste órgão da CPP ficaria marcado para um segundo encontro de instrução e debate a ser realizado na dia 19 de agosto de 1979, na cidade de Penedo¹³⁵, para facilitar a participação de pescadores da região ribeirinha do estado.

2.5 O Encontro de Penedo, Agosto de 1979

Durante o período que antecedeu a realização do segundo encontro dos pescadores promovido pela Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas, a IC, por meio de sua coordenação

¹³⁴ Com o fim de organizar o sistema de aposentadoria de vários trabalhadores: agricultores e pescadores, o Regime Militar criou o FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural). Ele unificou e reorganizou as formas de aposentadoria que atendiam a vários trabalhadores. As principais mudanças trazidas por ele, pelo decreto lei 71 de 1966 quando criado, foi o aumento da idade para aposentadoria de 50 para 55. Mais também o fim do fator de aposentadoria por invalidez no caso de doenças simples, que poderiam ser tratadas.

¹³⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Relatório da Fundação da Comissão Pastoral de Pesca, 1979.

começou a articular mecanismos de interação com as comunidades de pescadores. Estes mecanismos foram estabelecidos pelo desenvolvimento de grupos pastorais dirigidos por freiras sacramentinas que começaram a interagir com os presidentes e pescadores das respectivas colônias em que as paróquias estavam instaladas.

Estes grupos foram desenvolvidos pelo núcleo pastoral da Arquidiocese de Maceió e compartilhados com a Diocese de Penedo para que a instituição aproximasse seus laços com os trabalhadores da pesca. A aproximação ocorreu em visitas semanais às cidades que apresentavam núcleos de colônias de pesca: São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio, Paripueira, Maceió, Marechal Deodoro, Pilar, Roteiro, Pontal do Peba e Penedo. As visitas eram feitas pela coordenação da CPP local com o objetivo de esclarecer e ouvir os pescadores sobre as dificuldades que passavam nas comunidades. Ainda serviu para que a Igreja instalasse seu núcleo pastoral nas comunidades, baseado no Movimento Fé e Política.

O Movimento Fé e Política tinha como coordenadoras as freiras sacramentinas da região de Riacho Doce. As religiosas iam às comunidades de pescadores acompanhadas do padre local e de membros da Federação de Pesca, pescadores de origem e trabalho, e passavam a instruir os pescadores sobre as noções de direitos sociais. Estas instruções ocorriam nos espaços que eram utilizados para as reuniões das CEBs do local visitado. Assim, estabelecia-se uma conexão religiosa e social com o trabalho desempenhado pela Comunidades de Base. As freiras levavam com elas cartilhas produzidas pela CPP Regional Nordeste II e pela Pastoral Fé e Política. Por meio destas cartilhas, as religiosas, determinavam um programa de ações na comunidade. Primeiro: analisar o passado histórico de exploração que os pescadores sofriam por meio das forças políticas das ditaduras militares que assolaram o Brasil e a localidade que iriam instruir. As instruções proporcionavam à coordenação da CPP um estreitamento de laços sociais com os pescadores e facilitava a infiltração da IC nestas comunidades de pescadores como organismo político popular.

As palestras proferidas pelos agentes pastorais, freiras e por um grupo de pescadores que buscavam a tomada da direção da Federação para as suas mãos, informavam os direitos e deveres que os pescadores tinham perante a legislação pesqueira. Além do mais, informavam os trabalhadores de como agir frente aos abusos e perseguições constantes promovidos pela SUDEPE e pela Capitania dos Portos. Estes órgãos frequentemente, apreendiam materiais de trabalho dos pescadores como redes, barcos, canoas e as carteiras de Marinha (habilitação do pescador para dirigir embarcações marítimas).

Além destas informações os agentes pastorais passavam aos pescadores a possibilidade da formação da comissão provincial de pesca. Esta comissão funcionaria nos moldes das linhas pastorais informadas aos pescadores naquelas palestras. Ela seria composta por religiosos (padres e freiras), agentes pastorais (pescadores e filhos de pescadores de cada localidade que apresentasse uma colônia de pesca), membros da Federação de Pesca que fossem pescadores e favoráveis à criação de uma administração independente do poder dos militares.

A Comissão, durante as reuniões, começou a explicar as funções que esta comissão provincial desempenharia como forma de apoio aos pescadores. Ela seria um núcleo político dos pescadores com a finalidade de dar suporte social e jurídico aos excluídos pela ditadura militar. Ela iria estabelecer uma sede e estrutura de transporte e financiamento próprios com o objetivo de dar atenção às reivindicações dos pescadores. Este suporte social seria baseado no apoio, introdução e desenvolvimento de pastorais sociais nas várias comunidades de pescadores, apoio aos trabalhadores nas áreas de saúde, assistência social, política e jurídica.

A proposta desta comissão agradou aos pescadores de várias regiões. Os pescadores estavam encontrando nesta proposta a assistência que teriam se a Federação de Pescadores não estivesse sob domínio da ditadura civil-militar representação do subtenente Abel Duarte de Souza. A boa aceitação das propostas levadas pela coordenação da CPP fortaleceu as linhas que a comissão traria ao Segundo Encontro da Pastoral dos pescadores, a ser realizado na cidade de Penedo. Local escolhido para que os pescadores da região do alto e baixo São Francisco participassem, como afirmado acima.

Em 19 de agosto de 1979, foi realizado, portanto, o Segundo Encontro dos Pescadores do estado de Alagoas, sob a coordenação do novo núcleo social pastoral de apoio dos pescadores no Brasil: Comissão Pastoral da Pesca, núcleo Alagoas. Estavam presentes na reunião várias comunidades de pescadores do Estado de Alagoas e seus respectivos representantes da colônia Z-1, Dorgival Santos, José Belaildo, Adalberto Leão Viana; Z-2: José P. da Silva, Abermen H. do Nascimento; Z-3: José Duarte, Cicero Calheiros, José Marinho, Jefersom Chaves, Antonio Joaquim do Nascimento, Getulio Lourenço de Oliveira; Z-5: Lucio Virtuoso, Cicero Francisco da Costa; Z-6: Manoel Rosa Filho, José Paulo dos Santos; Z-7: Olimpio Araujo, Rosalvo Lira, José B. Alves; Z-8: Americo Gonçalves, Benedito Paulino dos Santos, Antonio Aniceto dos Santos; Z-10: João Marcelino dos Santos Neto; Z - 11, José Joaquim dos Santos, Valter Lopes da Cruz, João Roberto dos Santos; Z-13: Antonio Loureiro de Albuquerque; Z-14: José Marcio de Campos; Z-15: José E. Souza, João da Silva

Munis; Z-16: Gerson Moreira da Silva; Z-17: Berilo Soares Neto, João L. dos Santos; Z-18: Antonio J. dos Santos; Z- 19: Moacir Vieira Nunes; Z-20: Admilton Raimundo dos Santos, Manoel Bezerra dos Santos; Z-21: Ananias José de Albuquerque; Z-22: José Antonio dos Santos, José Antônio dos Santos, João Inácio dos Santos; Z-23: José Lopes dos Santos, Maria Cicera dos Santos, uma das duas mulheres presentes como membro de uma colônia de pesca; Z-24 Eufrásia Luiz dos Santos, Jaime Francisco de Seixas e Hugo Oliveira Santos. Todos, seguindo na sequência, presidentes da respectiva colônia, secretário da colônia e tesoureiro.¹³⁶.

Também presentes, além dos pescadores citados, os representantes da CPP regional na pessoa do frei Alfredo, o padre Anibal, coordenador geral da CPP em Alagoas, Irmã Francisca e a assistente social da IC, a Sr. Josefa Cavalcante de Melo. A reunião concentrou um maior número de participantes ligados ao movimento da pesca. Eles, neste período, estavam permeados de pescadores, comerciantes, policiais civis e militares na administração das colônias. Ao iniciar a reunião com uma oração, Pe. Anibal tinha a finalidade de expressar as propostas que ecoavam do Concílio de Puebla. Naquele ano, a IC latino-americana se comprometia com a luta dos pobres e necessitados da região. Em seguida, frei Alfredo demonstrou os vários pontos que iriam ser debatidos na reunião, retirados dos relatórios que a comissão coordenadora da pastoral, em visitas às praias, consultavam os pescadores sobre os déficits sociais encontrados nas localidades e o que poderia ser solucionado.

Além dos déficits sociais, Frei Alfredo colocou em pauta de discussão primeiro, a criação do núcleo Político da Comissão Pastoral Provincial da Pesca. Os presentes ao encontro já tinham conhecimento prévio do que seria a Comissão e qual o papel de atuação que ela desempenharia. Muitos pescadores acharam de bom grado a instalação da Comissão. Por meio dela, seria formada uma oposição de orientação política para os pescadores perante a Federação de Pesca do estado. Esta instituição, naquele período de 1979 até 1984, continuava sobre a direção de militares da marinha e de civis ligados ao governo arenista local. Parte dos pescadores questionaram como e onde a comissão seria instalada e quais os benefícios que os pescadores teriam.

Mas, o que era preocupante para o público, marcado por administradores de colônias, parte deles não pescadores, eram as represálias que poderiam ocorrer às colônias de pesca, caso a comissão formasse uma oposição firme frente à Federação e Confederação. Estes administradores foram rebatidos pelo grupo que apresentava uma finalidade política de

¹³⁶ Arquivo da Colônia de Pescadores de Pilar. Livros de atas da colônia Z-8, 1950/85.

criação da CPP em Alagoas. Estes trabalhadores queriam o apoio da IC alagoana para que fosse formada um grupo que buscasse conquistar a direção das colônias, algumas nas mãos de comerciantes e militares, e da Federação de pesca, sob direção do governo desde sua criação no governo Getúlio Vargas, em 1930.

A aprovação por parte dos pescadores da criação da Comissão Pastoral em Alagoas abriu novos horizontes de luta social e política para estes trabalhadores, em oposição aos grupos industriais locais. Primeiramente, foi determinado que a sede da CPP Alagoas ficaria localizada na Arquidiocese de Maceió, isto por ser a capital do estado e com uma localização privilegiada para manter contato com os vários núcleos políticos. Eles não se diferenciavam para a direção da IC, entre sindicatos novos que emergiam, como a CUT, Conteg¹³⁷ e partidos políticos como o MDB e o PT¹³⁸ que surgiam dentro de suas bases. Estes grupos políticos possibilitaram o diálogo da IC e dos pescadores com a sociedade civil. Além destes direcionamentos, foi proposto pela comissão administrativa da pastoral a formação de vários núcleos nas diversas localidades com a presença de colônias de pesca. A finalidade era seguir um contrabalanço de forças políticas em localidades nas quais haviam agentes da ditadura militar como administradores da colônia. Esta forma seguiria o projeto introduzido pelas CEBs e seria expandido como o Movimento Fé e Política. Esta difusão seria efetivada com a participação de grupos de pescadores insatisfeitos com os administradores das colônias, que apenas baixavam a cabeça aos grupos políticos que loteavam praias no litoral alagoano.

Estes grupos de representação local da Pastoral dos pescadores deveriam ser formados pelo padre local, geralmente de orientação progressista, ou seguindo as orientações propostas por Dom Miguel Fenelon e pela Conferência de Puebla¹³⁹. Também por freiras sacramentinas que eram instruídas para desenvolverem formas de construção de uma personalidade política nos membros da comunidade. Eles deveriam ser divididos em dois grupos de atuação de ensino. O primeiro grupo deveria receber ações de instruções educacionais básicas assentados no método Paulo Freire, para indivíduos que não sabiam ler nem escrever.

Outro grupo a ser beneficiado era o dos jovens da própria comunidade que apresentavam boa capacidade de instrução educacional e, que seriam os futuros agentes políticos da pesca nas localidades. Além deste objetivo instrucional, a instalação dos núcleos

¹³⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Pastoral da Pesca. Cartilha de Instrução sobre os Sindicatos e a Igreja no Brasil, 1980.

¹³⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta pastoral da Pesca. Ofício informativo dos pescadores, 1980.

¹³⁹ Documentos da Igreja. Conferência Episcopal de Puebla de Los Angeles. 1979.

tinha como fim a tomada da administração de várias escolas pertencentes às colônias que estavam sobre a administração dos presidentes das colônias. “A pastoral apresentou como forma de se infiltrar dentro das comunidades por meio do contato entre agentes pastorais locais, professores e alunos pescadores”. Esta infiltração foi possível devido a série de cortes de gastos que a Marinha vinha fazendo para o custeio destas escolas no fim dos anos de 1970 e que seguiram até 1988. Assim, possibilitar-se-ia que a IC tomasse e administrasse estes núcleos educacionais e passasse a influenciar por meio de suas representações políticas e ideológicas as comunidades locais. Desta forma ocorreu em Pilar, Marechal Deodoro, Maceió e Barra de Santo Antônio.

Conclusão

Compreender o período que abarca os anos 1975 a 1982 é de extrema importância para a história alagoana. Durante estes anos foi desenvolvido o projeto socioeconômico de expansão do setor açucareiro e químico em Alagoas. Tal se deu na implementação de empresas químicas na planta econômica alagoana. No lado oposto a estas transformações econômicas, o estado passava a sofrer de vários problemas sociais que atingiram as classes trabalhadoras, sendo o setor da saúde e trabalho, os principais. Foi também durante este período, que a IC alagoana assumiu uma posição mais progressista e passou a auxiliar as camadas baixas de sua sociedade. Esta ajuda emergiu com a instituição religiosa ao iniciar um projeto de formação de núcleos políticos de trabalhadores. Eles seriam organizados com a finalidade de reivindicar seus direitos sociais frente à ditadura civil-militar.

Estudar o período de 1975 a 1982, por outro lado, ajuda ao reconstruir um período político da história alagoana complexo. Este momento marcou a expansão da planta econômica da cana de açúcar na economia e a junção e introdução de empresas químicas em Alagoas. Esta entrada na economia local foi caracterizada pela infiltração de grupos petroquímicos da região sudeste em Alagoas. O estudo desta introdução nos possibilitaria analisar como foram desenvolvidos os projetos econômicos no estado junto com estas grandes empresas. Elas apresentavam forte ligação com o regime militar e manipularam as relações políticas com os governos locais. Estas manobras eram expressas por imposições que ocorriam nas estruturas administrativas do estado.

Além destas formas de manipulação por parte das empresas, observou-se como os governos militares locais protegiam os grupos empresariais. Tal proteção ocorria na omissão

feita sobre as denúncias de poluição provocadas pelas indústrias: usinas de açúcar e químicas. As denúncias eram elaboradas por trabalhadores artesanais da região, sobretudo, pescadores. Estas manifestações possibilitaram por sua vez, entender os grupos que protestavam contra as ações dos protegidos pelo regime militar. Estes trabalhadores receberam apoio de instituições que “conflitavam” as condições sociais impostas pela ditadura, caso expresso pela IC e a criação de mecanismos pastorais de instrução para estes trabalhadores frente ao regime militar.

Foi, em meio a esta busca, que se compreendeu como surgiu em 1978/1979, a Comissão Pastoral da Pesca. Criada pela IC, junto com vários pescadores que protestavam contra as ações propostas pela ditadura, ajuda a entender como a IC local, passou a organizar politicamente vários pescadores das mais diversas regiões de Alagoas. Por isso, a instituição religiosa ganhou espaço dentro das comunidades de pescadores nas regiões do litoral e alto e baixo São Francisco. A utilização de escolas, assistentes sociais e advogados para instruírem educacionalmente e juridicamente vários pescadores contribuiu para se consolidar, entre os pescadores, como uma liderança de ações frente ao regime militar.

A atuação articulada da IC como organismo formador de ideologias políticas, explicaria como os pescadores iniciaram campanhas contra o domínio político das elites, nas suas instituições de representação de classe. Foi por meio do suporte político dado pela Comissão Pastoral dos Pescadores, que vários trabalhadores expandiram a ideia de colocar fim à opressão militar nas Colônias de pesca e Federação do estado. Estas instituições por seguirem sob o poder de políticos locais, não davam assistência aos pescadores frente aos vários crimes ambientais provocados pelas usinas de açúcar.

Viu-se que a ditadura civil-militar local manipulava as instituições em favor de uma burguesia industrial, financiada pelo estado militar, por meio da SUDENE e do IAA, com vultosos financiamentos para modernização de suas indústrias. Os trabalhadores da pesca foram organizados pela IC para protestarem contra as ações provocadas pela ditadura militar em Alagoas. Isto, só foi possível com o surgimento na cena política local de instituições ligadas à chamada linha progressista, a exemplo da Pastoral da pesca e colônias de pescadores.

Seria interessante pensar, em futuras pesquisas, se as redes de articulação de base que a IC local pode, de fato, construir nestes anos, entre diferentes grupos de trabalhadores, tiveram efetividade num quadro mais amplo das lutas políticas contra o regime militar no

estado. Por agora, vê-se mais de perto a experiência de uma comunidade específica de pescadores, protagonista também desta história.

3. O Movimento Social da Pesca em Pilar (1979-1988)

O presente capítulo tem por finalidade o estudo do período de inércia e a retomada das ações políticas exercidas pela colônia de pescadores e pela Comissão Pastoral da Pesca no município de Pilar no período de 1979 a 1988. Este estudo quer entender como ocorreu o domínio das estruturas políticas da colônia de pesca com a administração de gestores ligados ao Estado Federal, o que caracterizou um monopólio. Para isso, primeiramente, será feita uma abordagem sobre como o governo federal dos anos 1920 a 1930, e, depois em 1960 e 1970, criou uma estrutura de centralização sobre as diversas organizações de pescadores no Brasil e em Alagoas. Em segundo, será posto como as direções das colônias, assentadas no apoio da ditadura civil-militar, geriam as entidades trabalhistas como empresas privadas. Isto por apresentar uma relação de trabalho, dentro da entidade, baseada no lucro dos gestores e na exploração da mão de obra dos pescadores. Por fim, destacar-se-á como a IC de Pilar agia perante estas ações de exploração sofridas pelos pescadores, frente à direção da Colônia Z-8 de Pilar e os governantes locais, representados na cidade por industriais ligados ao MDB.

Chama a atenção tal contexto, pois, no ano de 1979 iniciavam-se as atividades da Comissão Pastoral da Pesca¹⁴⁰. Entidade ligada à IC, que, como visto em outro momento, teria a finalidade de orientar os pescadores das colônias acerca das condições de exploração no cotidiano social e político. Durante os anos de 1979 a 1988 busca-se, portanto, retratar a atuação exercida pela Pastoral da Pesca na Colônia Z-8 de Pilar, junto aos trabalhadores da pesca.

O período de 1979 a 1988 marcou dentro da comunidade de pescadores do município de Pilar um novo direcionamento no âmbito externo. Tal situação foi proporcionada pela instalação de um órgão que auxiliaria a comunidade de pescadores do município na resolução de questões sociais e políticas enfrentadas por ela. Esta representação social baseava-se na Comissão Pastoral da Pesca. As dificuldades enfrentadas pelas comunidades de pescadores dos bairros do Engenho Velho e Pernambuco Novo advinham dos contextos políticos e sociais do município e do estado.

Muitos dos trabalhadores foram vítimas de várias doenças infectocontagiosas propiciadas pela falta de investimento em saneamento básico nos bairros populares. Neles as ruas eram formadas pelo barro duro e os esgotos corriam em meio às vias de passagem. Mais

¹⁴⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Documentos da Comissão Pastoral de Pesca.

ainda, a saúde no município apresentava um alto déficit de assistência, pois apenas as comunidades da região urbana recebiam atenção de saúde em caráter mínimo, diferente do que ocorria em fazendas e em bairros distantes do centro urbano. Além das dificuldades sociais provocadas pela negligência do governo arenista, a população de pescadores ainda sofria com as constantes emissões de poluição nos rios Paraíba e na Lagoa Manguaba pela usina de açúcar Terra Nova. Afetando, assim, a sobrevivência de várias famílias de trabalhadores que viviam da pesca.

Durante os anos setenta, a cidade vivia o desenvolvimento da indústria proporcionado pelas séries de investimentos do governo arenista. A cidade era o núcleo da base econômica do então governador Afrânio Salgado Lages que recebia apoio da ditadura para implantar indústrias na cidade. Em Pilar existiam vários núcleos de médias e grandes indústrias e um comércio forte. Entre elas ganhavam destaque as cerâmicas Flor do Paraíba de propriedade do governador, Tatuçu do industrial Rubens Tatuçu e Terra Nova. Além destas, existiam a usina de açúcar e álcool Terra Nova, a empresa de processamento de coco COCAL (Coco Alimentar de Alagoas) e a fábrica de alimentos derivados de mandioca CARIMÃ. A usina era dirigida pelo grupo Canuto, que durante a década de 1970, passou a dominar a política local por meio das várias sequências de prefeitos que conseguiu eleger. E, a fábrica de coco, por um grupo ligado ao governo sergipano, proporcionou grandes levas de capitais “dados” pelo governo militar para instalar-se na cidade.

Estas empresas e o comércio formaram dois grupos políticos na cidade que determinavam a orientação socioeconômica do município. Dentro destes blocos, o grupo arenista expresso na influência do Governador Divaldo Suruagy formava uma aliança com os comerciantes locais. Eram empreendedores que não recebiam benefícios da prefeitura local e pagavam uma quantidade expressiva de impostos que os impedia de expandir o empreendimento. Diferente do que era visto no outro bloco que estava no poder, baseada na usina Terra Nova, Cerâmica Tatuçu e plantadores de cana locais. Eles tinham forte apoio econômico da prefeitura com a isenção de impostos locais que possibilitava o acúmulo de capitais, o aumento das áreas de plantio de cana e o poderio econômico do grupo.

Entre os anos de 1970 e 1985 a política local era monopolizada pelos industriários do MDB. Este bloco possuía estruturas de currais eleitorais baseados na zona rural e bairros pobres da periferia do município. A população da cidade de Pilar apresentava vários núcleos rurais e periféricos populosos. Estes chegavam, respectivamente, a 45% e 55% do total de habitantes do município. As indústrias Terra Nova e Tatuçu, concentravam altas quantidades

de trabalhadores em seus núcleos habitacionais, os populares bairros arruados ou núcleos de trabalhadores ligados à usina de açúcar. O domínio do voto destes trabalhadores dava-se pela expansão de um clientelismo dentro dos arruados industriais e bairros pobres do município. Isto porque muitos moradores-trabalhadores eram despossuídos e, em troca da manutenção dos postos de emprego nestas indústrias ou benefícios pessoais, votavam no candidato indicado pelo industriário. A necessidade de manter os postos de emprego e obter benefícios pessoais forçava vários trabalhadores a atender a imposição deste bloco político no município. Alimentando um ciclo de clientelismo e exploração da classe trabalhadora.

No município, neste período, ocorria a migração de trabalhadores provenientes de fazendas dominadas por plantadores de cana da região, provocada pela exploração excessiva através de horas trabalhadas no campo. Por conta disso, alguns trabalhadores, evadiam-se dos arruados e passavam a integrar a região urbana. Mas, isso não os afastava das pressões impostas pelos “empresários políticos”. Já que a relação patrão-empregado ainda existia entre os dois. Na situação de ruptura com esta relação, o trabalhador ficava refém de uma rede de empregadores que pertenciam ao mesmo partido, o MDB. Logo, a negativa do trabalhador em votar num dado candidato do grupo, poderia resultar no desemprego imediato e o fechamento de oportunidades de trabalho em outras empresas do município. Esta situação colocava vários trabalhadores, principalmente pescadores e operários de fazendas da região, sob pressão política constante. Muitos destes operários tinham família para sustentar e a negação em votar em um político indicado pelos industriários poderia provocar o desemprego de muitos pais de família e o agravamento de suas condições de sobrevivência.

Além destas relações políticas em Pilar, existiam mecanismos trabalhistas e ideológicos que estabeleciam pontes entre os trabalhadores e as elites empresariais. Estes estavam relacionados à IC, por meio dos padres Marinho, nos anos de 1960 e 1970, Clóvis entre 1970 a 1983 e Petrucio, de 1983 a 1986. Eles davam espaço à classe política da cidade nas manifestações religiosas da IC. Porque, deste modo, a IC se fortalecia publicamente e conseguia benefícios econômicos para a paróquia local. Eram frequentes também as participações dos religiosos em ações proporcionadas pelo grupo político que dirigia a prefeitura. Outro espaço de ponte política utilizado, como relação de contato político entre trabalhadores e políticos locais, era a colônia de pescadores do município. Isto, pois, a direção convocava o grupo político que estava no poder para conseguir financiamentos e envios de capitais para o órgão. Os capitais ficavam nas mãos de um grupo que passou 35 anos na gestão da Colônia Z-8.

As atividades da colônia tornaram-se importantes naquele período para a classe trabalhadora da pesca. Ela queria estabelecer um relacionamento político com vários pescadores dos bairros do Engenho Velho e Pernambuco Novo, abertura de privilégios financeiros que acabavam por favorecer a elite local. Baseavam-se na apropriação de valores depositados pelos associados. Este dinheiro tornou-se recurso particular de vários membros. Esta relação também proporcionou a construção de um clientelismo dentro da colônia de pesca, com uma série de benefícios fiscais dados aos pescadores ligados a membros da diretoria. Gerou, por outro lado, perseguição: a proibição de pescar a outros que não pagavam os impostos determinados pelos administradores.

Durante os anos oitenta a colônia dos pescadores de Pilar passou por várias modificações internas. Parte de seus associados já não confiavam mais nos dirigentes que estavam no poder há cerca de 35 anos. Através da intervenção da Capitania dos Portos foram constatados desvios financeiros dos fundos de assistência da então Cooperativa de Pesca de Pilar, administrada pela Colônia Z-8. Esta denúncia implicou na intervenção da Marinha na direção da colônia, substituindo sua direção por outra provisória.

3.1 Pilar, um balanço social das periferias.

Pilar, durante o período que abrange de 1975 ao início de 1985, contava com um setor industrial forte. Razão porque o município possuía fábricas de médio e grande porte que geravam boa circulação de renda para os trabalhadores no município, através dos salários pagos aos operários e pela quantidade de impostos que a localidade deveria arrecadar destas empresas. Os reembolsos viriam à receita fiscal municipal para serem revertidos em benefícios sociais, para a população das regiões mais necessitadas da cidade. Mas o quadro era outro. O que ocorria era uma forte concentração de renda nas mãos dos empresários e o pagamento de baixos salários aos funcionários das fábricas. Além disso, o governo municipal agraciava os vários empresários com períodos longos de isenção de impostos sobre as mercadorias produzidas. Com isto, gerava um baixo fluxo de circulação financeira na cidade e uma população de trabalhadores altamente explorada pelos empregadores.

Estes impostos, “cordialmente abatidos” pela receita municipal para aqueles que ajudaram o prefeito a vencer, impediam o município de investir na elaboração de um sistema de saneamento básico nos bairros periféricos como no Engenho Velho, Torrão e Pernambuco Novo. Ambos os bairros tinham em comum serem habitados por trabalhadores da pesca.

Nestes bairros estava presente uma série de desigualdades sociais como: pobreza extrema e dificuldades para a alimentação básica dos moradores. Problemas resultados do baixo investimento em saúde e saneamento básico pela prefeitura municipal. Deu-se, assim, o aumento da expansão de doenças infectocontagiosas, agravada pela falta de assistência médica hospitalar e de atendimento básico para a classe trabalhadora. Como atesta o pescador Edvaldo Barbosa, conhecido como Nado:

P. O Senhor já contraiu alguma doença contagiosa naquele período?

R. Sarampo, sim, por sinal tive sarampo, todo tipo de doenças aí eu tive. Sarampo, catapora, rubéola. Tudo isso eu tive. Quase todo mundo lá na rua teve e lá em casa quase todo mundo teve. Naquele tempo tinha aquele negócio que quando um pegava em casa passava para os outros. (...) Eu peguei sarna, com a pobreza não tinha higiene que se tem hoje. Na casa da gente não tinha geladeira, água para tomar era na quartinha. Tinha que ir pegar no jacaré. Muita gente passava necessidade. Eu via muita gente entrar no sitio detrás das casas, que hoje é um terreno da prefeitura, para pegar caroço de jaca para cozinhar e colocar para os filhos comerem.

Naquelas décadas, em Pilar, o nível de desenvolvimento econômico era díspar frente aos níveis de dificuldade social imposto aos moradores da periferia. Situação exemplificada pelo fosso social que existia nas relações básicas de saúde e na distribuição de renda entre a população. Os investimentos em saúde e saneamento estavam concentrados em determinados bairros do município, caracterizados pela presença de moradores com elevado nível econômico e social, membros da classe política, industrial e comercial. Assim, bairros como o centro recebiam maior atenção do poder público, já a periferia da cidade sofria abandono e descaso.

Com efeito, à população dos bairros formados por trabalhadores que viviam da pesca é imposto viverem em condições sociais péssimas e, como única forma de melhoria das perspectivas de vida, a busca por maiores remunerações. Era comum em Pilar a busca por postos de emprego na prefeitura ou em indústrias locais para complementar a renda. A dificuldade para muitos operários era ter acesso a serviços de saúde, habitação e saneamento básico. Eram de fundamental importância para a melhoria de vida de vários pescadores e outros moradores do município.¹⁴¹

Alagoas, durante este período, apresenta em seus índices consideráveis melhorias, mas sem conseguir abarcar em sua totalidade a população pilarense. A cidade possuía um hospital e uma maternidade, que foram construídos por antigos industriários do município ligados ao setor têxtil do estado, e que apresentavam uma assistência médica hospitalar básica, com

¹⁴¹Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas: Indicadores Sociais de Alagoas, 1980, p. 41.

médicos de especialidade geral e obstetras. Apesar da estrutura, Pilar registrava durante os anos de 1970 e 1980, como mencionado, altos índices de doenças infectocontagiosas.

O município, assim como o estado, apresentava uma forte deficiência em estabelecer programas sociais voltados para orientar e proteger as populações da periferia sobre os cuidados com a higiene pessoal na residência, principalmente no saneamento básico. Muitas casas não apresentavam fossas para depositar os dejetos das residências, nem calçamentos nas ruas. A falta deste sistema de saneamento fazia com que os dejetos de várias casas fossem depositados em córregos ou ficassem expostos nas ruas. A inexistência de calçamento intensificava a possibilidade da transmissão de doenças causadas por verminoses difundidas pelas fezes. Era comum, nas casas da periferia a presença de casos de doenças em crianças e adultos, que em geral eram subnutridos.¹⁴²

A maternidade Dr. Afrânio Lages era o único local para que as mulheres do município, com condições de renda baixa, pudessem ter seus filhos. Ela apresentava estruturas de berçários simples e a administração pregava a alta imediata, para que o leito já fosse disponibilizado para outra paciente. Com isto, prejudicava o acompanhamento da mãe e do recém-nascido. Além destes procedimentos, ocorriam “apelos” para parteiras que realizavam o procedimento nas várias residências da periferia e zona rural do município. Durante aqueles anos, foram registrados altos índices de óbitos infantis no período neonatal (fase de gestação da criança) e na pós-natal (período em que as crianças já haviam nascido).

No primeiro caso era expressa a falta de acompanhamento do processo de gestação da criança, muitas mães apresentavam altos índices de desinformação, sobre como deveriam guiar a gestação. Existiam muitos casos de desnutrição por parte da mãe e a conseqüente morte fetal. No segundo caso, morte depois da criança ter nascido, ocorriam por infecções contraídas pelo uso de materiais “cirúrgicos” (tesouras enferrujadas e facas no corte do cordão umbilical da criança). Este fato era comum nas periferias onde várias mães, que não tinham condições de pagar um hospital para a gestação, realizavam estes procedimentos em residências. Era a única forma que tinham de ter seus filhos, já que, as condições econômicas que tinham eram limitadas e a estrutura médico-hospitalar não cobria toda a população.¹⁴³

Mais ainda eram constantes as doenças que atingiam as populações trabalhadoras, principalmente as da pesca em Pilar. No Hospital Nossa Senhora de Lourdes, durante os anos de 1976 a 1979 eram comuns e alarmantes os casos de sarampo, coqueluche e tuberculose nos

¹⁴²Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas. Indicadores Sociais de Alagoas 1980; p. 39.

¹⁴³ Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas. Indicadores Sociais de Alagoas 1980; p. 39-40.

bairros periféricos. As duas primeiras doenças receberam a denominação pelos populares de “doenças de fase infantil”, já que, uma quantidade considerável de pessoas, principalmente, crianças contraíam a doença. Expressavam o descaso com a população pobre por parte da ditadura civil-militar e dos governos alagoano e municipal que não estabeleceram um plano viável de vacinação para imunizar os cidadãos contra estas doenças. Este sofreu um atraso de quase cinco anos para ser introduzido para a população alagoana e pilarense.

O governo municipal apenas executava as ações determinadas pelo governo estadual. Além destas doenças infectocontagiosas, a população em geral e em específico a pesqueira, sofria com surtos de esquistossomose. Esta doença era causada por um parasita que ficava alojado em um caramujo e que habitava toda a região das margens da Lagoa Manguaba, animal típico de áreas úmidas. O contágio por esta doença parasitária ocorria mediante o consumo de alimentos ou água contaminada com as fezes do caramujo. Logo o parasita se alojava em regiões do corpo como fígado e baço, gerando um processo infeccioso. As consequências desta doença eram a limitação das ações físicas de muitos trabalhadores, com diarreia, falta de energia para atividades que, geralmente combinados com a desnutrição de muitos, geravam o processo de internamento que durava semanas ou levava ao óbito.¹⁴⁴

Tabela Estado de Alagoas Doenças Transmissíveis Notificadas, 1976-1980

Doenças transmissíveis	1976	1977	1978	1979	1980	Total	Outros
Coqueluche	614	854	531	889	736	3.624	
Difteria	91	121	163	103	111	589	
Esquistossomose	Sem registro	Sem registro	Sem Registro	789	665	1.448	Durante os três primeiros anos da pesquisa, não foi feito um levantamento sobre esta doença. Mesmo ocorrendo em Alagoas um surto que ganhou destaque.
Tuberculose	1.082	916	863	1.111	1.041	5.013	
Hepatite infecciosa	305	468	442	453	513	2.181	
Sarampo	260	568	788	439	672	2.727	
Poliomielite	49	46	41	61	61	258	

Fonte: Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas. Indicadores Sociais de Alagoas, 1980.

¹⁴⁴ Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas. Indicadores Sociais de Alagoas, 1980, p. 41.

Estas doenças acima apontadas eram comuns na cidade de Pilar, principalmente nos bairros habitados por pescadores e outros trabalhadores. Boa parte da cidade apresentava uma urbanização precária e muitos moradores residiam em localidades que apresentavam saneamento básico de baixa qualidade. Na cidade ainda existia uma rede de esgotos insuficiente que atingia apenas o centro da cidade; casas com a estrutura de taipa e com grande concentração habitacional, ou seja, famílias numerosas que habitavam uma única casa. Assim, facilitava o processo de contaminação por essas doenças, gerando processos infecciosos generalizados.

Para buscar uma nova alternativa para a urbanização da cidade, durante a gestão do então prefeito José Soares Camelo, foi dado início ao “Projeto de Moradia” e urbanização das regiões periféricas do município. Isto seguindo o plano de direcionamento urbano proposto pelo governo estadual, para os municípios que mais apresentavam este problema de concentração urbana e de doenças infectocontagiosas.

O projeto consistia na melhoria do saneamento básico da cidade, com o envio de capitais do governo federal, para que fossem construídas novas redes de esgoto e calçamento de várias ruas da periferia. Estas medidas tinham por finalidade reduzir o nível de incidência de doenças transmitidas pela falta de saneamento. Como é expresso nos indicadores sociais de Alagoas de 1980:

O acelerado processo de urbanização, que vem se verificando nos últimos anos tem contribuído para as grandes mudanças ocorridas no padrão de vida da sociedade urbana. Seus efeitos negativos são demonstrados através de elevados índices de delinquência, analfabetismo e problemas de saúde em aglomerados urbanos, onde vive uma parcela sempre crescente da população, sendo porém, um dos resultados mais visíveis deste processo, o aparecimento e a contínua expansão de aglomerados de casas precárias, favelas, bairros pobres e moradias desprovidas de condições mínimas de habitabilidade, criadas pela transferência descontrolada da população rural para as cidades. (Secretaria de Planejamento, 1980).

As informações propostas pela Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas refletiu a desorganização social sofrida pela população por inabilidade do governo que é dominado por um capitalismo periférico local. Este que dirigia as ações do Estado para o desenvolvimento do mercado econômico das empresas que representavam o capital em Alagoas. Situação posta, pois, o governo e prefeituras municipais como a de Pilar priorizavam o desenvolvimento do parque industrial para o desenvolvimento do município. Deixando em segundo plano a estrutura social e sanitária da localidade. Assim, ficava a população sujeita à marginalização e ao abandono nas periferias.

Na instalação do saneamento básico, a gestão municipal disponibilizou áreas de propriedade do município em sítios na região da Rua da Praia próxima à construção de novas moradias. Estas novas habitações tinham por finalidade a expansão habitacional da população, com a construção de novas casas populares com recursos provenientes do banco da COHAB. O projeto, porém, apenas cumpriu uma etapa do que foi prometido pela gestão naquele período. Pois, a área de domínio público, um sítio que apresentava uma extensão de 700 metros quadrados, foi dividida na parte com condições para construir-se alguma moradia. A distribuição dos lotes para as moradias obedeceu a uma velha prática política em Pilar: o clientelismo¹⁴⁵.

O critério adotado para a distribuição dos terrenos consistia em estabelecer se o trabalhador que solicitava o terreno votou ou não no prefeito em gestão. Aos que apoiaram o prefeito, seus terrenos eram liberados, aos que não votaram, não eram atendidos pelo poder público. No momento da obtenção dos terrenos a maioria dos moradores, sendo trabalhadores das cerâmicas, feirantes ou pescadores, geralmente não apresentavam recursos suficientes para a construção das moradias. Assim, tinham que fazer novos pedidos políticos aos gestores municipais. Com isto, estreitou-se ainda mais um processo clientelista entre a classe trabalhadora necessitada e a elite política local.

Este estreitamento de laços políticos era baseado em várias idas que muitas famílias de pescadores faziam nas portas dos vereadores ou nas ruas da cidade à procura da figura do prefeito. Estas esperas consistiam no interessado, cidadão que ganhou um terreno, aguardar o prefeito em fiscalizações de obras que ele fazia nas várias áreas do município. Assim, os trabalhadores entravam em contato com o gestor do executivo e faziam solicitações de tijolos, pedreiros, madeiras ou telhas. Quando o trabalhador não apresentava uma relação clientelista com o prefeito, a negativa era constante.

Deste modo, muitos cidadãos precisaram construir suas residências com suas próprias forças e o apoio de vizinhos e companheiros de trabalho. Estas eram as populares casas de taipas, formadas por varas de madeira e com reboco de barro massapé. Com isto, dava-se continuidade ao processo de moradias precárias e com baixa qualidade de saneamento. Na situação do trabalhador que apresentava boa ligação com o prefeito, lhe eram disponibilizados materiais para a construção da casa, além de pedreiros e serventes. Portanto, as condições de moradias no município de Pilar continuavam as mesmas, com limitadas tentativas de

¹⁴⁵ Ata da câmara dos Vereadores do Município de Pilar. 1973.

melhorias na área da habitação. Tal fato refletia a situação do estado nos anos setenta, como expresso nos indicadores sociais:

Apesar dos aperfeiçoamentos introduzidos ao longo dos anos no sistema Nacional de Habitação, o problema habitacional continua a agravar-se, mais ainda quando se leva em conta a dependência direta do nível de saúde da população, das condições de insalubridade do meio físico, etc. O fato é que prosseguem multiplicando-se nas cidades, aglomerações de moradias sem as mínimas condições habitacionais. (Indicadores Sociais de Alagoas, 1980, p. 61).

Comprovar-se-ia neste painel a falta de investimento dos governos militares na melhoria das condições habitacionais e de vida da população trabalhadora e despossuída em Alagoas. Deixando muitos trabalhadores a mercê da sorte e do clientelismo político existente nos currais eleitorais de Alagoas e que eram encontrados em Pilar.

3.2 Histórico de Fundação das Colônias de Pescadores no Brasil

Em 1919, o governo da República Federativa do Brasil passava por um período de instabilidade política. Correntes ideológicas emergiam dentro da sociedade brasileira, inspiradas em linhas políticas provenientes do continente europeu como o comunismo, o anarquismo e o integralismo. Essas passam a aglomerar e organizar núcleos de partidários das respectivas causas ideológicas. Em contraposição a estes, os principais setores políticos do estado brasileiro que mais aglomeravam membros passavam a se organizar e expandir.¹⁴⁶

Esta expansão deu-se por meio do aumento do contingente militar. Esperava-se, assim, evitar maiores envolvimento de populares nas ações diretivas de organizações políticas que desagradavam ao estado civil brasileiro. Além do Exército, a Marinha de Guerra passou a organizar novas estratégias para aumentar seu contingente militar e barrar a expansão das ideologias políticas dentro das classes trabalhadoras no âmbito nacional. Impulsionado por estas medidas, em 1919, a Marinha de Guerra designou um corpo de oficiais, os quais apresentavam conhecimento sobre os núcleos populacionais e econômicos do litoral brasileiro, que pudessem ser demarcados e fornecessem recrutas para as linhas de defesa nacional. Liderados pelo Comandante Frederico Vilar, um dos mentores da expansão das bases do estado maior, surgem vários núcleos de vigilância, controle econômico e fiscal de

¹⁴⁶ Comissão Pastoral dos Pescadores. Série: Pescadores em luta. Da Opressão para a Liberdade.

mercadorias, pescado e bases de formação ideológica da Marinha brasileira, em vários pontos do litoral brasileiro, as colônias de pesca.¹⁴⁷

As colônias tinham a finalidade de organizar a categoria dos trabalhadores da pesca, por meio da liderança proposta pela Marinha de Guerra brasileira. Ela fiscalizava o número de mercadorias movimentadas nas cidades portuárias, e cobrava impostos sobre a quantidade de pescados que eram retirados do mar ou lagoas. Também cobrava imposto de autorização de pesca para barcos, sobre renovação de carteiras de trabalho marítimas e, além disso, impunha a obrigatoriedade dos pescadores que estavam trabalhando na região onde a colônia estava instalada a serem reserva obrigatória da Marinha de Guerra¹⁴⁸.

Os primeiros núcleos de colônias de pescadores atenderam regiões em que a presença do estado brasileiro era frágil como a região norte. A vasta região amazônica abrigava uma área quase desconhecida da presença das instituições do estado brasileiro. Com isto, coube aos órgãos militares ocupar o território e o demarcar, pela presença da Marinha através das colônias de pesca. Foi nesta região que surgiu a primeira colônia de pesca do Brasil, no estado do Pará.¹⁴⁹

As expedições de demarcação territorial exercidas pela Marinha brasileira ao litoral e rios das regiões Norte e, posteriormente Nordeste, além de estabelecer demarcações territoriais, introduziram a organização institucional do trabalho nas várias comunidades que viviam da pesca artesanal. Ali foram introduzidos vários mecanismos burocráticos como a carteira de pesca e os postos de fiscalização de pescado. A finalidade destas ações era a demonstração aos habitantes destas comunidades distantes dos centros urbanos e políticos que o estado estava presente. A melhor forma de estabelecer esta relação seria a presença das instituições administrativas do país nestas comunidades e fazer com que estes moradores se sentissem parte do Estado. Neste sentido, deu-se a obrigatoriedade dos membros destas comunidades de pescadores de tornarem-se membros de um corpo político militar, baseado na Marinha de Guerra. Além das estruturas de sociedades previdenciárias que deveriam atender aos trabalhadores.

Com a institucionalização foi imposto aos trabalhadores da pesca uma linha administrativa rígida, com estatutos sociais que definiam o que era ser pescador. A Marinha, já em 1920, passou a fundar as diversas colônias e organizar os pescadores em classe

¹⁴⁷ Comissão Pastoral dos Pescadores. Serie: Historia dos Pescadores Brasileiros. Primeiros Estatutos. Caderno 11, Abril de 1985.

¹⁴⁸ Arquivo da Comissão Pastoral da Pesca. Constituição Federal de 1923.

¹⁴⁹ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Leis das Entidades denominadas Colônias de Pescadores.

trabalhista, impôs um estatuto social, definiu a profissão e as ações que o membro da colônia deveria seguir. Este estatuto dava plenos poderes ao Estado para interferir nas atividades econômicas e sociais da pesca em qualquer área do Brasil. Servia o estatuto como uma carta de aviso aos diversos pescadores artesanais do país da centralização que o governo estabeleceu sobre a organização e produção dos pescadores.¹⁵⁰

O estatuto imposto pela Marinha aos pescadores incluía a fundação de um órgão centralizador das ações que orientaria a pesca no Brasil. Foi fundada a CGPB (Confederação Geral dos Pescadores do Brasil) dirigida e centralizada no poder dos oficiais da Marinha. Aos trabalhadores da pesca cabia apenas seguirem as determinações feitas pelos oficiais. A finalidade da Confederação consistiu em facilitar os meios de trabalho que consistiam em financiar a introdução de indústrias de grande porte do setor pesqueiro nas diversas regiões do país. Esta situação poria fim a uma grande parte de trabalhadores pescadores artesanais, que trabalhavam para si, sem a pressão dos patrões.

Com a introdução das empresas, barcos de grande porte foram inseridos na atividade.¹⁵¹ Assim, obtendo maior quantidade de pescado com uma menor quantidade de capital investido na prática. A quantidade de pescado apreendida por um barco industrial correspondia a cinco barcos artesanais. Apresentavam um valor de revenda do pescado menor que aqueles dos trabalhadores artesanais. Isto forçava vários pescadores a venderem sua força de trabalho para os grandes empresários do ramo pesqueiro. Mas, para a instalação destas estruturas, a Marinha defendeu a criação de um mercado para a negociação dos produtos que estas indústrias viriam a comercializar. Apenas com núcleos de consumo fixos as grandes empresas poderiam contar com a volta dos investimentos feitos em barcos e também na captação de mão de obra, dando retorno ao investimento que eles fariam.

Além destas estratégias para desenvolver o mercado, o Governo Federal pressionou nos anos de 1930, 1940 e 1950 vários intendentess dos diversos municípios que possuíam colônias. O objetivo foi colocar uma maior quantidade de bancas nos mercados públicos para a venda de peixe aos moradores locais. Outra forma consistiu na melhoria dos portos locais, com o aprofundamento dos canais para a passagem dos barcos de pequeno e médio porte. Visava acelerar o transporte do pescado para as cidades de maior perímetro urbano. Além destas “determinações”, o assistencialismo governamental entrou com maior força junto às

¹⁵⁰ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Leis das Entidades denominadas Colônias de Pescadores.

¹⁵¹ DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática. 1983. p.47.

indústrias de pesca.¹⁵² Pois, foi neste bojo que o governo liberou linhas financeiras para que os grandes empresários desenvolvessem novas tecnologias de barcos e materiais pesqueiros.¹⁵³

No campo administrativo, o primeiro núcleo de diretores da Confederação retrata como foram dirigidas as federações de pesca e colônias de pesca em todo país. As instituições foram marcadas pelo domínio de diretores que não apresentavam ligação nenhuma com a pesca. Eles eram colocados nestes postos por apresentarem algum parentesco, amizade ou ligação política com a cúpula de governo na época. Por isso, a primeira diretoria da Confederação, marcada pela presidência do Sr. Carlos Maul, mantinha boas ligações familiares com o Ministro da Marinha. Outro indicado para diretoria foi o Sr. Francisco de Paula Machado. Estrategicamente, ambos eram jornalistas com boas relações com a imprensa carioca. Portanto, possibilitaram a abertura de um canal de propaganda das ações exercidas pela Marinha de Guerra brasileira.¹⁵⁴

O único membro profissional que fez parte da direção, inicialmente foi o tesoureiro Henrique Pereira Fernandes da Colônia Z-1, localizada na Ilha do Governador. Durante o ano de 1920, os pescadores passaram a sentir as pressões impostas pelo governo, expressas por meio do pagamento de impostos e taxas de registros de barcos. Em reação a estas situações, várias comunidades de pescadores se organizaram e passaram a pressionar o presidente da Confederação, para a necessária redução das exigências impostas pelo governo e, também, por uma maior participação dos pescadores nas decisões tomadas pelo órgão estatal. As decisões não levavam em conta a opção dos pescadores, eram tomadas de cima para baixo sem consulta alguma aos trabalhadores.¹⁵⁵

Pressionado pelos trabalhadores e pelas exigências do Ministério da Marinha, para que o presidente fizesse a vontade do estado, Carlos Maul renunciou em 1921. Durante seu discurso de renúncia, lançou apoio aos pescadores, expressou o desejo de colocar à frente da Confederação trabalhadores que conhecessem a realidade da classe pesqueira por meio da profissão. Este apoio veio como resposta às pressões exercidas pelos pescadores sobre a necessidade da classe dialogar com o Ministério da Marinha por meio da Confederação. Este

¹⁵² Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Problemas da Pesca: No Nordeste e em Pernambuco. Recife, 1957.

¹⁵³ Conselho Pastoral dos Pescadores. Leis das Entidades Denominadas Colônias de Pesca.

¹⁵⁴ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Série História dos Pescadores Brasileiros. Primeiros Estatutos. Caderno nº 11, 1985.

¹⁵⁵ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Série História dos Pescadores. 2ª Guerra Mundial 1930-1950. Caderno nº 12. 1985.

discurso estava direcionado na busca pela redução dos impostos cobrados pelas colônias e pelo fim da obrigatoriedade de alistamento na Marinha de Guerra, dando maior liberdade aos pescadores para exercerem suas profissões.

O anúncio da demissão de Carlos Maul foi aceito pelos oficiais da Marinha de Guerra brasileira para conter um possível descontentamento dos pescadores. Já a proposta de eleger uma diretoria que apresentasse apenas a presença de pescadores foi aceita temporariamente.¹⁵⁶ Assim, enquanto a Marinha elaborava uma estratégia para contornar a crise junto aos trabalhadores, foi eleita uma diretoria para a Confederação de Pesca formada unicamente por pescadores. Mas, a Marinha por meio do Estado Maior, não deu posse a esta nova diretoria, informando que estes eleitos não pertenciam ao alto escalão da Marinha e que não apresentavam capacidade para representar a instituição por meio da direção da Confederação, já que, ela era considerada como parte do Estado Maior. Posteriormente a este golpe político, o corpo de oficiais formou uma diretoria marcada pela presença de indivíduos que não apresentavam a pesca como profissão, mas que representavam os interesses da Marinha e de empresas pesqueiras no setor econômico.¹⁵⁷

Para conter as possíveis insatisfações dos trabalhadores e empresários do setor, a direção da Confederação de pesca lançou três propostas que viriam a organizar e garantir segurança trabalhista aos membros do setor. Estas propostas eram: (a) Criação da Caixa da Previdência do Pescador; (b) Compra do barco-escola Piraúma e, (c) Melhoramento da comercialização do pescado. Em dezembro de 1927, o alto escalão da Confederação dos pescadores determinou a criação e adoção, por parte das colônias de pesca da “*caixa de previdência do pescador*”. Ela teria a finalidade de apresentar uma forma de benefício econômico para os filhos ou viúva do pescador.¹⁵⁸

A instituição do benefício seguia os princípios estabelecidos pelas organizações mútuas que existiam no período. Visava, com o dinheiro arrecadado, proporcionar de uma única vez, um benefício em dinheiro para os familiares dos pescadores. Para o funcionamento da Caixa, a Marinha determinou que parte dos impostos cobrados dos pescadores fosse direcionada para a arrecadação do benefício. Além de parte dos impostos pagos pelo pescador, a Confederação impôs o pagamento de uma mensalidade aos trabalhadores para a

¹⁵⁶ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Serie Historia dos Pescadores. 2ª Guerra Mundial 1930-1950. Caderno nº 12. 1985.

¹⁵⁷ Idem, op. cit.

¹⁵⁸ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Série História dos Pescadores. 2ª Guerra Mundial 1930-1950. Caderno nº 12. 1985.

manutenção das ações básicas da caixa e da própria colônia, como água e limpeza da sede administrativa. Mesmo com estas obrigações para pagar, as várias administrações de colônias do Brasil sempre alegavam que a arrecadação era baixa, mesmo em cidades que apresentavam portos de grande porte.¹⁵⁹

A informação prestada pelas direções de colônias recebeu nota de confiança pela Confederação, já que, tratavam-se de funcionários do próprio estado, juizes, promotores ou políticos locais que administravam as entidades nos municípios interioranos. Para estabelecer uma melhor relação política com a classe pesqueira, o estado passa a assumir, via Confederação de Pescadores, o financiamento das caixas de previdências. Sendo assim, o governo passou a dirigir os impostos retirados por meio das vendas de pescado, mensalidades das colônias e expedições de carteiras de pesca, para o fortalecimento das caixas de benefícios dos pescadores.

Mas o apoio dado aos pescadores para formação da Caixa Previdência veio com a imposição de um estatuto rígido, que condicionava o pescador a ser mão de obra barata para empresários e a Marinha de Guerra. Por meio do aviso da Marinha nº 124, emitido durante os anos 1920,¹⁶⁰ que correspondia a um decreto no setor executivo, foram propostas as seguintes diretrizes: as Colônias de Pescadores receberiam a denominação e institucionalização de “agregados associativos”. Esta terminologia implicou em abranger a ação de representação dentro das direções das colônias, isto é, poderiam se associar a entidade donos de barcos, proprietários de empresas pesqueiras e também pescadores.

Sendo assim, a qualificação e limitação de entidade de classe, órgão destinado unicamente para auxiliar pescadores, foi destituída pelo governo central. A associação às colônias de pesca era obrigatória, não dando opção de escolha ao pescador. A imposição consistiu em determinar que apenas quem fosse filiado poderia usufruir das propriedades marítimas do estado brasileiro. Tornou obrigatório aos pescadores a filiação e pagamento dos impostos solicitados pela Marinha. Além destas proposições, também foram determinadas como objetivos para os exercícios das colônias: “criar escolas primárias e profissionais da pesca para desenvolver ideologicamente filhos de pescadores nos princípios civis propostos

¹⁵⁹ Idem, op. cit.

¹⁶⁰ Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Série História dos Pescadores. 2ª Guerra Mundial 1930-1950. Caderno nº 12. 1985.

pela Marinha, evitando a influência de ideologias estrangeiras no território nacional”. Ainda, desenvolver o caráter comercial dos futuros pescadores do litoral brasileiro.

Mais também: criação de peixes em terrenos de Marinha, ilhas dadas pelo governo federal e lagos do governo estadual, combate à pesca predatória, para assim garantir um estoque pesqueiro vasto para as empresas de pesca que poderiam se instalar no território e também garantir reserva de pesca em caso de guerra. Posteriormente, organizar as colônias e seus respectivos associados como reserva naval brasileira em caso de guerra. Também, a criação de grupos de reservas infantis de escoteiros do mar, formados por filhos de pescadores que receberiam instruções cívicas sobre os símbolos da pátria e os deveres de um patriota em caso de conflitos com uma ideologia ou país estrangeiro. As receitas das colônias estariam ligadas às contribuições dos sócios, envio de dinheiro por parte do poder público e donativos diversos. Além disso, as colônias de pescadores estavam subordinadas à Confederação Geral dos Pescadores e a Inspetoria de Portos e Costas que poderiam intervir, dependendo da necessidade, e destituir as diretorias das colônias em casos de insubordinação.

Após a determinação do aviso da Marinha de nº 124, o Estado passou a intensificar as ações institucionais dentro do setor pesqueiro. Posteriormente, em 1933, o governo, através do decreto n.º 23.134, transferiu os serviços de pesca do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura, mantendo a forte tutela sob as colônias através da criação da divisão de Caça e Pesca. Esta mudança de setores que deveriam gerir as colônias de pesca ocorreu porque o Ministério da Agricultura estava responsável por estabelecer e desenvolver a estrutura de produção brasileira. Esta centralização possibilitava ao governo obter informações mais rápidas sobre o nível de abastecimento que o mercado brasileiro tinha, evitando assim, as possíveis desinformações.

Em 1950, na portaria de nº 478, publicada no Diário Oficial de 01 de julho nas fls. 10527, o governo decretou a estruturação de um novo estatuto para a Confederação Nacional de Pesca. Expandiu os poderes do Ministério da Agricultura no campo do financiamento, aumento das indústrias pesqueiras e na maior intensificação das fiscalizações sobre as colônias e os trabalhadores artesanais. Ao Ministério e a Confederação competia verificar o nível de investimento que as colônias e pescadores aplicavam no setor, com a elaboração de uma fiscalização forte na produção do pescado artesanal. Dado pelas constantes cobranças por produções em larga escala e pela pressão para que as colônias tornassem cooperativas de abastecimento alimentício. Fazia parte das determinações deste novo estatuto a participação

de empresários e pescadores dentro das colônias, com o mesmo patamar de participação classista.¹⁶¹

Foram fatores determinantes desta infiltração os artigos do estatuto da Confederação Nacional dos Pescadores que regiam as Federações Estaduais, entre elas a alagoana, em termos como se vê na sequência: “*pugnar pela instalação de entrepostos e Mercados para a colocação de produtos e subprodutos do pescado.*” Esta determinação beneficiava aos grandes empresários donos de barcos e pombeiros atravessadores que revendiam o pescado em diversas casas comerciais.¹⁶²

Posteriormente, “*criar cursos para Patrões de Pesca*”. Esta visava instruir pescadores e armadores a negociarem e expandirem a pesca como comércio de grande porte. Mas, pouco surtiu efeito no nordeste e, em específico em Alagoas, pelas características culturais locais, pois os pescadores da região, não apresentavam hábitos de pescarem em barcos e nem venderem peixes em quantidades enormes. Também, “*colaborar na organização dos Serviços de Socorro Naval na Costa.*” Esta prática indicaria como o pescador tornava-se mão de obra barata do estado brasileiro, em circunstâncias militares, chegando a serem obrigados à força bruta, ou terem seus registros de trabalho suspensos por descumprirem a convocação do Estado Maior.

Por fim, “*orientar e animar os pescadores na constituição de cooperativas, nas suas diversas modalidades.*”¹⁶³ Este ponto do estatuto serviu para protegê-los em situações de necessidades, como uma previdência social. Finalmente, “*manter uma secção de compra e venda de material de pesca aos pescadores, armadores de pesca e as suas associações de classe.*” O governo, além de explorar a mão de obra trabalhista e militar dos pescadores, mantinha o monopólio da venda de materiais de pesca a eles e a empresários do ramo. Assim, as diretorias determinavam os valores dos produtos a serem negociados junto aos pescadores, gerando um mercado paralelo de mercadorias dentro da própria instituição. Estas determinações foram seguidas até o início dos anos de 1970 quando foram substituídas por outro código.¹⁶⁴

¹⁶¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Documentos da Comissão Pastoral da Pesca. Estatuto da Confederação dos Pescadores do Brasil, 1950.

¹⁶² Documento da Comissão Pastoral dos Pescadores. Série História dos Pescadores. Primeiros Estatutos. Caderno n° 11, 1985.

¹⁶³ Idem, op. cit.

¹⁶⁴ Documentos da Cúria Metropolitana de Maceió. Arquivo da Comissão Pastoral de Pesca. Estatuto da Confederação dos Pescadores, 1950.

Acompanhando o processo de capitalização proposto pelo Estado, durante este período surgiu em meados de 1962, uma estrutura que fiscalizaria, apoiaria e impulsionaria a pesca dentro da economia brasileira. Esta estrutura foi constituída pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Ela teria a responsabilidade de instalar postos de apoio nos diversos estados com colônias de pescadores e, principalmente, indústrias de processamento de pescado. Posteriormente à instalação da SUDEPE, o governo iniciou a elaboração de planos de desenvolvimento pesqueiros.

Os planos tinham por finalidade apresentar um direcionamento de produção de pescado, projetando as melhores formas de desenvolver pequenas indústrias de pesca, baseadas nas colônias e, principalmente, dar apoio financeiro às empresas de pesca. Elas, em sua maioria, estavam localizadas nas regiões, Sul, Sudeste, na Bahia, em Pernambuco, Ceará e no Pará. Para incentivar o desenvolvimento desta instituição o governo desenvolveu linhas de financiamentos em 1966. Os incentivos consistiam na isenção de impostos que as indústrias deixavam de pagar quando estavam instalando-se na localidade que iria operar. O financiamento foi aplicado na medida em que o governo, mediante o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), liberou linhas de crédito para as grandes empresas pesqueiras das regiões acima citadas, em 1967.

Os empréstimos serviram para que várias empresas pesqueiras introduzissem no mercado brasileiro embarcações que conseguissem captar uma maior quantidade de peixes e, assim, estruturar um mercado de capital ativo nas regiões de maior potencial pesqueiro. Segundo Diegues (1983, p.) “A consequência desta introdução de capital na economia pesqueira foi a falência de vários pescadores artesanais que negociavam diretamente nos mercados e feiras das várias cidades do país”. Isto, pois, muitas indústrias pesqueiras, pelo uso de barcos mais potentes na capacidade de captar maior quantidade de peixes, vendiam peixes com um valor muito abaixo do que os pescadores artesanais ofereciam nos mercados. Esta concorrência desleal levou vários pescadores à miséria já que não conseguiam trazer para casa quase nenhuma renda para garantir o sustento da família. Esta situação levou muitos pescadores artesanais a venderem sua força de trabalho nas empresas de pesca. Nelas, o pescador saía da condição de trabalhar para ele próprio para a de ser assalariado e ver o lucro do seu trabalho ser concentrado nas grandes empresas pesqueiras.

Este quadro mostrou como as comunidades de pescadores no Brasil foram oprimidas pelo Estado brasileiro. Esta opressão consistiu na institucionalização forçada de várias comunidades de pescadores artesanais que sobreviviam da pesca sem a dependência

institucional e econômica do Estado. Mais ainda, o Estado impôs suas instituições e seus gestores para controlar as ações exercidas pela classe trabalhista da pesca. Formas que foram expressas pela imposição de administradores políticos ligados ao governo nos âmbitos estaduais e municipais, a infiltração de códigos e regimentos institucionais que acabavam com a liberdade trabalhista dos pescadores deixando-os submissos às ações econômicas determinadas pelo governo. De fato, pela introdução forçada de agentes capitalistas dentro de comunidades de trabalhadores artesanais, acabava-se forçando muitos trabalhadores a se proletarizar para sobreviver, já que não tinham como concorrer com as grandes empresas capitalistas. Estas relações de imposição feitas aos pescadores serviram de base institucional e econômica para as colônias de pescadores em Alagoas durante os anos de 1970 e 1980.

3.3 A SUDEPE e as Colônias de Pescadores em Alagoas (1970 a 1980)

Os investimentos da SUDEPE¹⁶⁵ durante os anos de 1970 e 1980, por meio do BNDE, também apresentaram um efeito de transformar as colônias de pescas em pequenas empresas pesqueiras que exploravam a mão de obra de vários trabalhadores artesanais. Fato comum em colônias administradas por comerciantes de peixes ou armadores. Os empréstimos fornecidos pela empresa estatal ajudaram a formar pequenas empresas disfarçadas de cooperativas de pescadores. Com o dinheiro adquirido, os diretores das colônias construíam bases de apoio para armazenamento do pescado nas colônias ou em prédios adquiridos com os incentivos financeiros.

Além desta forma de capitalização, arrecadavam uma série de impostos baseadas na produção que o pescador obtinha. O pescado concentrado no posto de apoio da “colônia empresa” era vendido em feiras do interior do estado de Alagoas a um valor não conhecido pelos trabalhadores artesanais. A eles eram apenas repassados os valores do pescado, como se ele fosse vendido nas bancas dos mercados públicos da localidade. Mas, muitos trabalhadores tinham conhecimento que o produto quando revendido em regiões distantes tornava-se mais lucrativo para o revendedor. Assim, os diretores da “colônia empresa” se capitalizavam com o dinheiro de vários pescadores que eram filiados às mesmas. Estes capitais eram divididos entre os “sócios” da colônia como lucro adquirido. Estas manobras econômicas formaram várias “elites administrativas” que se beneficiavam da direção das colônias.

¹⁶⁵ Era o órgão do estado civil militar que cuidava em desenvolver a pesca em várias regiões do Brasil. SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca).

Em 1973, a SUDEPE programou e aumentou o nível de recursos financeiros dentro das colônias de pescadores. A superintendência criou um novo projeto destinado a introduzir capitais nas “colônias-empresas”. Callou (2014, p.) conta que “Neste período, surgiu o PESCART (Plano de Assistência a Pesca Artesanal)”. Este projeto visava introduzir um processo de modernização das estruturas dos pescadores artesanais, como o melhoramento das condições estruturais da colônia, compra de novos prédios para acomodar os peixes depositados pelos pescadores, aumento do número de barcos de maior potência nas pescarias. Também foram fornecidos novos equipamentos para apreensão de peixes, como redes com material de maior resistência, reduzindo o prejuízo na constante compra de novas redes pelos pescadores. Nos anos setenta foram investidos cerca de Cr\$ 6,2 milhões de cruzeiros como incentivo para a compra destes materiais pelas colônias de pescadores artesanais. Mas, também, elas receberam cerca de Cr\$ 1,6 milhões como base para investirem na melhoria e compra de novas instalações: depósitos com espaço para armazenar o pescado a ser negociado, “salgadeiras¹⁶⁶” para a conservação dos produtos.

O ano de 1973 foi o auge da opressão imposta pela ditadura civil-militar no Brasil. O Ministério da Agricultura emitiu uma nova portaria de nº 323 aumentando a fiscalização sob as colônias de pescadores e sob a produção dos trabalhadores artesanais. E, posteriormente, a portaria 471, continha um novo estatuto para ser adotado nas federações e colônias. Ele continha o aumento do poder de tutela sobre o órgão de representação dos pescadores. Neste estatuto, dava-se a total subordinação das colônias à fiscalização, orientação e normatização por parte das Federações estaduais, a Confederação Nacional e também pela SUDEPE.

Este poder ainda conferia a este órgão a capacidade de intervir, quando necessário, nas linhas de produção, arrecadação e fiscalização. Também o poder de intervir nas gestões da entidade. O estatuto apresentava um claro posicionamento do governo na intenção de destituir qualquer direção de colônia que tivesse um posicionamento contrário ao proposto pela ditadura. A pena para este posicionamento era a destituição da direção da entidade. Para evitar estes problemas de ordem política, o regime colocou as direções das federações e de várias colônias sobre a tutela de políticos ligados a eles, ou pescadores com as mesmas relações. Foram determinações propostas neste novo estatuto¹⁶⁷:

¹⁶⁶ As salgadeiras eram grandes tanques em formato de banheiras que continham sal em pedra e água, local onde os peixes eram introduzidos e depois postos em esteiras para que fossem secos. A finalidade deste processo era a melhor conservação do peixe para ser transportado para regiões distantes do litoral.

¹⁶⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Arquivo da Comissão Pastoral de Pesca. Estatuto da Confederação de Pesca do Brasil.

Art. 1ª As federações de pescadores são associações civis, criadas com prazo indeterminado de duração, com sede e foro nas capitâncias dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios ou nos principais centros pesqueiros, constituídas pelas respectivas colônias de pescadores e subordinadas a Confederação Nacional dos Pescadores e interesses de suas filiadas.

Ss1ª – As federações se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas e com a Confederação Nacional dos Pescadores.

Ss2ª – As federações ficam sujeitas à fiscalização, orientação e normatização da Confederação dos Pescadores.

Art. 4ª – Compete as Federações:

(1) Colaborar nos planos gerais sobre as atividades pesqueiras; (2) Representar as colônias de pescadores perante os poderes constituídos; (3) Pleitear, para si e para suas filiadas, os favores consignados na legislação vigente sobre terrenos de marinha; (4) Incentivar suas filiadas na organização de sociedades de produção e consumo, sobretudo aquelas de cunho eminentemente cooperativista, sob a orientação de organismos nacionais específicos; (5) Pleitear, junto aos organismos de previdência social e afins, o atendimento indispensável as suas filiadas e, conseqüentemente, ao pescador profissional; (6) Promover um sistema de revenda de implementos de pesca, dentro dos limites permitidos por seu orçamento.

Fonte: Estatuto das Federações de Pescadores.

Os dois artigos do novo regimento das federações de pescadores apenas vieram para reafirmar o antigo código de 1950. A Federação de Pesca do Estado de Alagoas era apenas mais um órgão político assentado nestas bases. Nos anos em que este regimento foi introduzido ela era dirigida pelo senhor Sebastião Costa, popularmente conhecido como Bastinho¹⁶⁸. Ele, durante este período, foi posto no cargo a pedido político do então governador do estado de Alagoas, Divaldo Suruagy. Os termos propostos no estatuto, nos quais os pescadores deveriam ser protegidos e ter uma assistência social, orientação trabalhista e proteção contra as agressões ao meio ambiente, eram constantemente descumpridos pela Federação. A imposição deste estatuto deu-se “de cima para baixo”, ou seja, das Forças Armadas para os pequenos trabalhadores artesanais. Não foi apresentada oportunidade para dialogar com o governo, ou para informar o que poderia prejudicar a classe trabalhadora.

¹⁶⁸ Sebastião Bastos, também conhecido por Bastinho, foi indivíduo constante nas administrações dos governos militares em Alagoas. Ele ocupou vários cargos públicos nos poderes, mas ganhou notoriedade nas secretárias de esporte do estado e do município de Maceió.

3.4 A Colônia de Pescadores de Pilar e a Comissão Pastoral da Pesca (1975 – 1988)

A colônia de pescadores do município de Pilar está localizada na Rua Luiz Ramos, no centro da cidade. A entidade é vizinha de outros núcleos sociais do município, entre eles a Sociedade Paladinos da Democracia, entidade criada nos anos 1930 e que guarda as manifestações sociais da classe comercial do Pilar. No calçadão do comércio estava localizada a Sociedade Laboriosa de Caixeiros, entidade responsável em prestar auxílio aos caixeiros que passavam pelo comércio local. Ainda no centro encontram-se a prefeitura e a Câmara de Vereadores de Pilar, locais de disputas políticas entres os grupos que a regiam. Na Rua Miguel Macedo eram localizadas as residências dos ditos “homens de sociedade”, ou seja, aqueles que apresentavam um contato direto com as forças políticas e econômicas locais. Ali ficava o prédio que era o refúgio e esperança de muitos trabalhadores da pesca na busca pela sobrevivência. Neste local existia o escritório do senhor Américo Gonçalves de Lima e do advogado Rubens Barros. Durante anos, eles monopolizaram no município o poder de aposentar vários trabalhadores humildes de Pilar e, principalmente, os pescadores.

A composição da diretoria da Colônia de Pescadores do município de Pilar, durante cerca de cinquenta anos, foi domínio de dois grupos políticos que monopolizavam as ações da entidade em prol de benefícios econômicos e políticos. A colônia era estruturada como núcleo de representação da Marinha na localidade e concentrava uma manutenção econômica para a classe trabalhadora. A Colônia Z-8 de Pilar tinha um grupo administrativo muito destacado na região. Já que a entidade possuía uma escola, um consultório médico e um ortodôntico. Mais ainda, uma vasta possessão de terrenos que abarcavam toda a região que margeava a Lagoa Manguaba e alcançava as terras do Engenho Velho ao Pernambuco Novo, numa área de cerca 4 km.

Estes terrenos eram denominados “terrenos de marinha”, ou seja, áreas de uso social para a atividade da pesca na região. A escola da sociedade era nomeada *Mirian Lima*, homenagem feita pelo fundador da Colônia Z-8 a sua filha professora, o que indicava o domínio que as entidades sofriam do Estado. A colônia possuía, também, dois locais para desembarque e pesagem de peixes. O primeiro posto era denominado *Oliveira e Silva*, em homenagem a proximidade com o colégio Oliveira e Silva, localizado na região do Engenho Velho. O outro posto foi denominado de “*Boca do Rio*”, localizado na região da praia no

Bairro do Pernambuco Novo. O nome foi dado pelos pescadores da localidade, por ser um rio que desembocava na Lagoa Manguaba e ser posto de entrada e saída de embarcações.¹⁶⁹

Entre 1955 e 1985 a colônia foi transformada em núcleo de domínio de dois grupos políticos, como afirmado. Cada um dominou os núcleos de representação social da entidade. Eles eram os conselhos administrativo e fiscal. O primeiro órgão era composto por três membros efetivos e com o mesmo número de suplentes, eleitos na reunião de eleição da diretoria da colônia. Cuidavam da parte burocrática de organização dos documentos dos pescadores. O conselho fiscal da entidade também ficava com a responsabilidade de fazer a análise das contas dos impostos e taxas pagas pelos pescadores. O núcleo administrativo da colônia de pescadores concentrava a presença de comerciantes-pescadores que tinham outras atividades comerciais e apresentavam articulações com políticos locais.

Os membros que formavam este setor da diretoria eram escolhidos com muito cuidado entre os gestores que lideravam a colônia. Um membro de destaque dentro da entidade era o senhor Américo Gonçalves de Lima, que possuía várias ligações com grupos políticos do MDB e da Arena em Pilar.¹⁷⁰ Além de apresentar fortes relações com os agentes administrativos do posto de atendimento do INSS em Pilar, já que, sua esposa e cunhado trabalhavam no local. Situação que exemplificava bem a situação que algumas colônias de pesca passavam em Alagoas. Pois, o diretor geral da entidade não tinha a pesca como única profissão. O senhor Américo exercia o papel de agente de aposentadoria de vários trabalhadores do município e dentre eles o grupo que mais “era assistido”, os pescadores¹⁷¹. Esta posição social privilegiava o mesmo nas eleições da entidade, pois muitos pescadores evitavam participar, para não concorrer contra ele. Esta situação também foi percebida por Maciel, ao historiar a classe dos trabalhadores do comércio.

(...) No contexto das sociedades de trabalhadores, muitos de seus sócios, apesar de se disporem a participar dessas sociedades e do espírito de discussão coletiva que as acompanhava, careciam do traquejo das lideranças, diminuindo o quadro de possíveis membros a comporem estas diretorias em razão de perfil e habilidades específicas que não possuíam. Efetivamente, então, no interior dessas mutuais percebemos a permanência de algumas características de diferenciação interna no quadro dos associados no que se refere aos espaços de atuação e intervenção nas decisões a serem encaminhadas. A falta de rotatividade entre os membros das diretorias sinaliza, enfim, para uma tendência à hierarquização do poder e da condição dos sócios nessas mutuais em geral. (MACIEL, 2011, p.)

¹⁶⁹ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livro de ata da Colônia dos Pescadores Z-8.

¹⁷⁰ Arquivo da Câmara dos Vereadores do Município de Pilar. Atas administrativas de 1970-1985.

¹⁷¹ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livro de ata da colônia dos pescadores Z-8

O estabelecimento deste indivíduo dentro da direção da Colônia durante trinta anos acompanhou a expansão de seus negócios dentro da instituição. Este domínio foi intensificado pela abstenção de vários pescadores em participar da direção da colônia. Muitos trabalhadores se achavam incapazes de assumir a direção da entidade, uma vez que associavam a posição com a necessidade de ter várias articulações políticas. Outros trabalhadores não participavam para não entrar em conflito com a única pessoa que poderia aposentá-los quando o período de contribuição ou a idade de 70 anos chegasse. Esta recusa demonstrava que muitos pescadores preferiam trabalhar e pagar as contribuições propostas pela colônia e não contestar a direção com receio de represálias.

Represálias ocorriam, pois o presidente da entidade tinha o poder de determinar a liberação ou a obstrução da pesca na localidade. Isto, vale lembrar, porque a colônia era a entidade que emitia junto à Capitania dos Portos as carteiras de marinha e também placas que marcavam a origem da embarcação. Assim, o presidente tinha o poder de impedir burocraticamente o pescador de trabalhar. Dentro da Colônia Z-8 existia uma quantidade grande de trabalhadores pesqueiros, cerca de 200; em um total registrado no rol dos portos da entidade durante os anos de 1970 e 1980, existiam mais de 500 barcos. Eles se dividiam entre possuidores de barcos que pescavam por conta própria, armadores que eram donos de barcos que exploravam a mão de obra de outros pescadores e pescadores que trabalhavam para armadores.¹⁷²

Esta posição de poder não significava que os representantes da direção não encontravam oposição dentro da entidade. Esta oposição surgiu no período dos anos de 1960 quando pescadores da região do Pernambuco Novo passaram a articular uma contestação sobre como as finanças da entidade eram administradas. A situação foi levantada, pois pescadores do bairro do Engenho Velho, os quais faziam a pesagem e pagamentos dos tributos no posto fiscal Oliveira e Silva, informaram que estavam pagando um preço de 5% para o fiscal da Colônia. Esta informação foi interpretada por pescadores do Pernambuco Novo como uma forma da diretoria, que era formada em sua totalidade por moradores do bairro do Engenho Velho, como benefício político para os pescadores do Engenho Velho. Uma vez que os pescadores do Pernambuco Novo pagavam cerca de 10% do total do peixe arrecadado no posto fiscal. Além destas informações, vários pescadores eram sabedores que os diretores do conselho fiscal da colônia apossavam-se dos recursos arrecadados nos

¹⁷² Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Rol dos Barcos da Colônia Z-8.

entrepostos fiscais e, com os recursos financeiros da entidade dos pescadores, negociavam bens e imóveis na cidade.¹⁷³

Pediu a palavra o associado o senhor Satirio Santos, que interpelou a presidência, sobre o caso do Fiscal da Colônia. Na fase das contas em virtude da prestação das contas do mês de abril, que este informou a importância de CR\$ 8.197.80 pertencentes a colônia, federação e caixa de previdência da colônia. Nesta oportunidade achando-se presente o fiscal (...), o senhor presidente, chamou-o e presente aos outros perguntou, além dos que já tinham feito na ocasião da prestação de contas. Este respondeu, que estava negociando com o dinheiro da arrecadação, sem o consentimento da atual diretoria, no decorrer aquele dizem virtude de ter acertado com o tesoureiro para só prestar constas das importâncias recebida, no fazer daquele e ele diz, ainda em suas explicações disse o fiscal Guilherme da Costa, que, no dia que iria prestar contas, na região da Chã do Pilar (...), havia perdido o dinheiro que naquele momento achava-se em seus bolsos. Em resposta ao associado Agenor Satirio dos Santos sobre o Fiscal Guilherme da Costa, o senhor presidente disse que: Levou para tomar providencias ao tenente da capitania dos portos o fato de um fiscal perder o dinheiro e também de acreditar que pelo simples fato de um fiscal, perder o dinheiro estava sujeito a todos nós, não sendo preciso aplicar-lhe pena tão grave. (Livro de Ata da Colônia dos pescadores do município de Pilar. Z-8).

O posicionamento expresso pelo presidente aparentemente demonstrava que ele buscava proteger o transgressor minimizando o fato de que o fiscal, um membro da diretoria que diariamente cuidava em recolher os impostos pagos pelos pescadores, estava negociando com o dinheiro da entidade. Além de apoderar-se do dinheiro o mesmo justificou que perdeu o valor de CR\$ 8.147.80 que seria depositado para que os associados pudessem ter direito a assistência social ambulatorial e previdenciária. A situação gerou revolta e desconfiança por parte de vários associados de sobre como estavam sendo administradas as contas da entidade. Para conter o descontentamento de vários pescadores o presidente da Colônia informou a demissão do fiscal Guilherme da Costa de seu posto. Também o presidente ficou responsável em cobrar os valores devidos pelo fiscal no decorrer do mês. Este posicionamento visava proteger o fiscal de possíveis cobranças de outros membros da instituição.¹⁷⁴

A situação levantou a desconfiança de vários pescadores sobre como a administração da colônia geria os recursos. Aproveitando o memento eleitoral nos anos de 1966/1968 um grupo da região do Pernambuco Novo lançou a proposta de uma chapa para o conselho fiscal com os nomes de José dos Santos, Jovelino Sebastião dos Santos e Pedro José de Lima. No conselho administrativo o domínio era de armadores e comerciantes do Centro e Engenho Velho como: Américo Gonçalves de Lima, Antônio Aniceto dos Santos e Benedito Paulino

¹⁷³ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

¹⁷⁴ O dinheiro requerido pelos pescadores nunca foi devolvido para os cofres da entidade, o caso foi abafado pela diretora da colônia.

dos Santos. Por meio desta eleição houve um equilíbrio de forças entre os bairros na forma da arrecadação e fiscalização da entidade que durou de 1960 a 1979.¹⁷⁵

A Colônia de Pesca Z-8 de Pilar era um excelente trampolim político para os gestores dela. Foram constantes as candidaturas de membros da diretoria para os cargos de vereador do município durante o início dos anos setenta. O senhor Américo Gonçalves de Lima apresentava boas ligações com o bloco arenista da cidade. Partido caracterizado pela presença de vários comerciantes locais que utilizavam a máquina pública como suporte econômico para seus empreendimentos. Esta forma de suporte consistia em formalizar a prefeitura como órgão consumidor de bens vendidos pelos comerciantes.

Outro candidato que ganhou destaque por meio da colônia de pesca foi o associado Antônio Aniceto, também conhecido como Antônio do Berto. Ele, diferente do senhor Américo Gonçalves, era partidário do MDB e ligado ao grupo populista do falecido deputado Rubens Canuto, que durante os anos de 1970, passou a tutela política ao senhor José Soares Camelo e Rubens Cavalcante. Antônio Aniceto, por meio do apoio de associados da colônia e das lideranças emedebistas conseguiu se eleger como vereador do município. Mostrava, assim, a capacidade de organização que os trabalhadores da pesca possuíam dentro de sua representação social.¹⁷⁶

Estas formas de participação no meio político local serviam para fortalecer o grupo que participava do conselho administrativo, mesmo com ambos os candidatos disputando as eleições por legendas diferentes. Já que a eleição apresentava um bipartidarismo imposto pela ditadura civil-militar, o candidato a prefeito que ganhasse a gestão da colônia poderia estabelecer contatos para que o mesmo disponibilizasse envios de capitais para a manutenção das ações sociais prestadas pela colônia. Esta estratégia de apoio político era necessária, pois a estrutura durante os anos setenta passou a sofrer os cortes de gastos impostos pelo Ministério da Agricultura por meio do Departamento de Caça e Pesca. Assim, afetando diretamente o pagamento das professoras que prestavam serviços na entidade pesqueira para os filhos dos pescadores e também do médico que atendia no ambulatório da colônia. Para conter esta situação o prefeito, senhor José Soares Camelo, assim como outros que o antecederam e o sucederam, eram presenças constantes nas ações políticas da colônia.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

¹⁷⁶ Arquivo da Câmara dos Vereadores do Município de Pilar. Atas administrativas de 1970-1985.

¹⁷⁷ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

Durante a década de 1970, a diretoria liderada pelo senhor Américo Gonçalves continuou a sofrer com a perda destas receitas por mudanças ocorridas na previdência social durante o período militar. Antes o pescador recebia o benefício da aposentadoria pelo governo federal mediante a comprovação de duas testemunhas que certificavam que o mesmo era pescador e que não apresentava condições físicas de desempenhar a atividade pesqueira para sobrevivência. Com isto, sendo aposentado depois de uma avaliação jurídica e médica do instituto previdenciário. Durante este período, o governo militar constatou um forte rombo na previdência social, principalmente, provocado pela sonegação de impostos dos grandes empresários que o mesmo regime apoiava. Este rombo provocou a mudança nas formas de aposentadorias, dificultando o ganho do benefício para a classe trabalhadora. Cristina Passos analisa essas alterações:

A reforma do SINPAS, incorporado ao INAMPS os recursos do FUNRURAL, LBA, IPASE, sem acrescentar recursos adicionais, foi medida que possibilitou, em um momento de crise financeira, incorporar aquelas contribuições de assalariados rurais e de servidores públicos à tendência de expansão do antigo INPS, que na prática apenas mudou de nome e absorveu outras fontes de receita já existentes. Tais medidas prejudicaram principalmente os servidores do IPSE que proporcionalmente contavam com mais recursos que um segurado do INPS e acabaram sendo a ele nivelado, o que reflete uma tendência de homogeneização por baixo dos assalariados pelo sistema previdenciário.¹⁷⁸

Durante esta década a ditadura civil-militar implementou o FUNRUAL como forma de aposentadoria dos vários pescadores. O fundo, com a mudança na legislação das Federações de Pesca, induzia as colônias a efetivarem-se como pequenas empresas pesqueiras, obrigava cada colônia a recolher o dinheiro da previdência social dos pescadores à proporção de pescado que retira e que a colônia cobrava em impostos. Mas, dentro da Colônia Z-8, apesar das informações de constantes pagamentos dos impostos cobrados pela entidade, os cofres para o pagamento dos benefícios sempre estavam vazios. Fato, pois, o presidente e os demais componentes da direção da entidade repartiam os tributos arrecadados entre eles.

Para suprir esta deficiência, encontrada na direção da entidade, o presidente da colônia recorria, constantemente, aos tentáculos da ditadura em Alagoas. Sendo assim, durante o ano de 1973 a diretoria procurou o senhor José Sebastião Bastos para buscar uma solução para inclusão de associados que apresentavam uma idade avançada, mais de 70 anos, na aposentadoria pelo FUNRURAL de forma compulsória. Ou seja, sem os devidos pagamentos correspondentes aos tributos pagos pelos pescadores. Como estava expresso no livro de atas da Colônia Z-8: *“Durante esta reunião foi informada a entrada de dez pescadores com idade*

¹⁷⁸ POSSAS, Cristina. Saúde e Trabalho: A Crise da Previdência Social. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Graal. 1981.

avançada, no FUNRURAL, que a partir daquele mês já passariam a receber a aposentadoria.”¹⁷⁹

Momentaneamente um problema estava resolvido, a questão da aposentadoria de pescadores antigos. Estes, na idade de mais de 70 anos em Pilar, eram raros já que a assistência médica e social eram privilégios de poucos pescadores. Muitos pescadores eram desassistidos em medicamentos e assistência hospitalar pela colônia; por não ter condições de pagar os impostos cobrados diariamente nos postos fiscais. Situação diferente dos pescadores que pagavam mais de uma vez ao dia o imposto cobrado pelo pescado. Eles quando estavam enfermos devido ao excesso de trabalho ou desnutrição alimentícia, fato comum na região do Pilar, recebiam assistência médica da direção da colônia. Esta frase exemplificava a situação: *tenho que proteger quem me dá lucro e abandonar quem não me dá nada*, ação praticada pela direção. Como expressou o senhor José Joaquim, popularmente conhecido com Zé Goiaba, pescador de Pilar: Pergunta-se:

O Senhor recebeu alguma ajuda da colônia?

Resposta: Não, eu ia ao presidente ao Américo e ele quando eu precisei me enganou. Eu quando estava doente procurei ele para ter meus direitos para me aposentar. O presidente da colônia sempre me enganava, não querendo me aposentar. Para ter meus direitos fui com os papéis de pagamento das mensalidades da colônia até o capitão dos Portos. O capitão bateu um ofício pedindo que o Américo fosse até a capitania para uma acareação comigo. O Américo não foi, eu falei para o capitão que o Américo deveria ter algum problema com a capitania para não comparecer a acareação. Quando eu fui levar o documento que o capitão dos portos tinha batido para o Américo, ele virou para mim com raiva e quase me batia. O presidente da colônia só ajudava a quem ele queria ou tinha amizade, mesmo a pessoa pagando os impostos e a mensalidade da colônia.

Neste período, o governo, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, passou a incentivar a expansão de empresas e pequenas indústrias de pesca em Alagoas. O primeiro grupo de grandes empresas pesqueiras ficava localizado na região Sul e Sudeste do país; o segundo grupo foi o que se desenvolveu dentro da economia alagoana e pilarense. Esta baseou-se no financiamento de capitais para que as colônias de pescadores se tornassem pequenos núcleos industriais. Esta situação foi anunciada em Pilar, durante o período de junho de 1975. A então diretoria da entidade formada por Américo Gonçalves de Lima, Benedito Paulino¹⁸⁰ e o tesoureiro Antônio Aniceto completavam, naquele ano, 20 anos no comando da direção da entidade, informaram aos presentes em reunião. Eles comunicaram que a Federação de Pesca do estado de Alagoas havia recebido a concessão de participar do PESCART, que consistia em uma linha de crédito para os pescadores associados para que

¹⁷⁹ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

¹⁸⁰ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

pudessem comprar materiais de pesca e renovar a frota de barcos. Este financiamento tinha por finalidade que os pescadores passassem a produzir uma quantidade maior de pescado. A direção da colônia via nestes empréstimos a condição de aumentar os valores de arrecadação exercidos sobre os impostos pagos pelos pescadores.

A experiência do PES CART rendeu a formação de uma pequena cooperativa de produção e negociação de pescado dirigida pela administração da colônia. O núcleo diretivo por meio dos recursos enviados pela ditadura civil-militar e pela prefeitura municipal de Pilar melhorou a estrutura física da colônia. Através do apoio dado pela prefeitura foi erguido o posto de apoio aos pescadores do bairro do Pernambuco Novo, também conhecido como Boca do Rio no início dos anos de 1980. Neste local os pescadores poderiam deixar e consertar seus materiais de trabalho, também pesar o peixe e pagar os impostos cobrados pela colônia. Além do prédio do posto Boca do Rio, na mesma rua, a colônia alugou uma casa para o uso da cooperativa, mais ainda, salgadeiras e caixas para acondicionar o pescado deixado para que os dirigentes da colônia negociassem com atravessadores e bombeiros da cidade e locais do interior.

Esta estrutura montada em Pilar recebeu o nome de CORGEAL e correspondia a uma cooperativa de pesca que centralizaria a captação e comercialização de pescado na região. Esta pequena empresa, baseada nos moldes capitalistas, explorava a mão de obra de vários trabalhadores, sem pagar os direitos trabalhistas que a previdência social exigia no período. A ação encontrada na “cooperativa empresa” era o pescador, praticamente, pagar para trabalhar para uma elite administrativa que retinha e dividia os lucros arrecadados entre os próprios. Além de o pescador pagar ao fiscal da colônia a quantidade de 10% do valor do peixe que ele apreendia, durante uma média de 12hs de trabalho na lagoa, ainda tinha que entregar uma cota estabelecida pela “cooperativa empresa” em valor de mercado local. Os diretores vendiam o pescado a um valor mais alto, repassando aos pescadores apenas o valor local, sem o lucro recebido pela empresa.¹⁸¹

A classe pesqueira ainda sofria de péssimas condições de trabalho por fatores ambientais que atingiam a cidade de Pilar. Nos períodos de moagem, as usinas, que ficam nas margens do rio Paraíba, despejavam altas quantidades de resíduos poluentes no rio que desemboca na Lagoa Manguaba. Além da tiborna eram frequentes no curso do rio Paraíba o uso de bombas, para a apreensão de pescado, por partes de pescadores clandestinos. Assim, afetava-se a reprodução de várias espécies que usam o rio para procriar. O problema da

¹⁸¹ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

poluição era assunto que a direção da colônia não protestava, preferia se abster da situação. As forças políticas às quais a colônia pedia apoio para fortalecer o caixa da entidade eram as mesmas que destruíam o meio ambiente.

No início de 1979, o padre Clóvis enviou um ofício para a Colônia Z-8 informando da formação em Alagoas de um núcleo da IC que mediará as ações políticas entre a ditadura civil-militar em Alagoas e os pescadores. Neste ofício vinha a convocação para a fundação da Comissão Pastoral de Pesca em Alagoas. A entidade pretendia “dar voz” às ações de reivindicação dos pescadores em Alagoas.

A direção viu a possibilidade de a IC apresentar soluções para os problemas financeiros e sociais da entidade. Os problemas estavam contidos na dificuldade do diretor Américo Gonçalves de Lima em aposentar pescadores no município. Esta preocupação refletia o interesse dele, já que o mesmo usava as instalações da entidade trabalhista para intermediar a aposentadoria de pescadores. Esta ação não era desempenhada ao associado como benefício proporcionado pelos pagamentos dos impostos cobrados pela direção da colônia. O presidente da entidade cobrava valores extras aos trabalhadores em forma de parcelas, como pagamento pelos serviços prestados ao membro. O pagamento ocorria com a retenção do benefício social do pescador aposentado, pelo presidente da colônia. O membro da diretoria da colônia quando levava o aposentado ao INSS omitia o endereço do pescador, mas colocava o endereço dele para o envio do talão de recebimento.

Assim, no período de receber o benefício, o senhor Américo retirava o salário do aposentado e ficava de posse dele, quando o beneficiário buscava informações se o talão havia chegado, o “despachante” dava a negativa ao beneficiário, informando que a aposentadoria ainda não foi aprovada pelo INSS. A busca em expandir seus ganhos econômicos por meio de futuras aposentadorias, foi manifestada pelo senhor Américo G. de Lima, sendo registrado no relatório de fundação da Pastoral da Pesca em Alagoas. Neste relatório, a maioria dos representantes de colônias reclamou sobre as consequências que os pescadores sofriam por conta da poluição; apenas o representante da colônia de Pilar reclama sobre a possibilidade de a IC disponibilizar um setor jurídico para facilitar a aposentadoria de pescadores¹⁸².

O posicionamento dos diretores da Colônia Z-8 naquela reunião refletia como eles dirigiam a entidade de forma distorcida. Durante a eleição da entidade para o biênio de 1979 a 1981, a gestão burlou várias determinações propostas pela Confederação de Pescadores,

¹⁸² Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Arquivo da Comissão Pastoral dos Pescadores. Relatório de Fundação da Comissão Pastoral da Pesca em Alagoas.

Federação dos Pescadores de Alagoas e Capitania dos Portos. Elas eram baseadas em: lançamento de edital para inscrição de chapa, envio de ofício para as entidades superiores informando a data e as chapas inscritas para eleição, número mínimo de associados presentes e convocação de um representante da capitania dos portos para legitimar o pleito eleitoral. Estavam presentes naquela tarde de junho de 1979, na Rua Luiz Ramos, sede da colônia dos pescadores, mencionado nos livros de atas, o Senhor Prefeito do município de Pilar e o Sargento José Maia. A presença do prefeito da cidade demonstrava a base de contato que a direção da colônia mantinha com o poder público para viabilizar pedidos de apoio financeiro para auxiliar na estrutura física da entidade, como foi constatado na reforma do posto da Boca do Rio no bairro do Pernambuco Novo. A presença do sargento José Maia serviria para legitimar a eleição da diretoria, por meio da presença de um oficial que representava a capitania dos portos e que constataria em ata e em ofício a presença das condições mínimas, cobradas pelas entidades superiores da pesca, para que a eleição fosse realizada.¹⁸³

Para o biênio de 1979 a 1981 foi eleita a chapa: Américo Gonçalves de Lima, Benedito Paulino dos Santos e Antônio Aniceto.¹⁸⁴ Para o Conselho Fiscal: João Gomes dos Santos, José Benedito dos Santos e (...) Fernandes dos Santos. Esta chapa foi eleita com 30 votos e sem nenhum voto em branco ou abstenção. O sargento da Marinha José Maia, segundo as informações, estava na cidade de Pilar no ano de 1979 sem nenhuma representação oficial dada pela Marinha do Brasil. O militar encontrava-se na cidade em visita a familiares e por meio de um convite pessoal feito pelo senhor Américo Gonçalves foi participar como membro para compor a mesa para eleição da Colônia Z-8 de Pilar. O mesmo concordou, assinou o livro de presença que caracterizou a comprovação da eleição da entidade e constatou que o número de associados exigido para eleição da mesa diretora não se encontrava presente na localidade.

Também foi relatado que mais de 50% dos votos dados a nova direção foram feitos mediante procurações dadas ao senhor Américo Gonçalves de Lima.¹⁸⁵ Estas procurações eram obtidas pelo interesse de vários pescadores de aposentarem-se e, assim, passavam ao diretor para representá-los. Ao estar de posse destes documentos o diretor utilizava-os para legitimar a chapa a qual ele pertencia e, conseqüentemente, se mantinha no poder. Neste período a chapa vencedora chegou a 25 anos no poder da entidade de pescadores.

¹⁸³ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Livros de Atas de 1955 a 1985.

¹⁸⁴ *Idem*, op. cit.

¹⁸⁵ Esta informação foi concedida pelo Sargento aposentado da marinha do Brasil José Maia que não aceitou realizar uma entrevista gravada, mas que se prontificou em informar como ocorria a eleição dentro da colônia de pescada Z-8 de Pilar- AL.

3.5 A CPP em Pilar: entre a inatividade local e a retomada da Luta (1980-1988)

Durante o período que vai da fundação da Comissão Pastoral dos Pescadores em 1979 até o ano de 1986, dá-se um hiato nas atividades políticas e sociais desempenhados pela pastoral no município de Pilar. Fato que reproduziu a orientação que a Arquidiocese de Maceió recomendou como plano de ação para esta pastoral. Durante os oito anos que seguiram, a pastoral ficou resumida em atividades de planejamento em Maceió e visitas às paróquias que apresentavam núcleos de pescadores com representações de colônias. Assim sendo, não foi encontrado nenhum documento que expresse alguma forma de ação exercida pela Pastoral no município nas gestões dos padres Clovis, Petrúcio, Cícero e Maximiliano. Esta inatividade foi proporcionada por dois fatores decisivos dentro da política de posicionamento da IC. O primeiro consistiu que parte das colônias de pesca as quais a CPP havia mantido contato, para experiências de instruções políticas, ainda estavam sob a direção de pessoas ligadas à ditadura civil-militar, como ocorria em Pilar. Este empecilho limitava a ação de trabalho da pastoral, pois o administrador apresentava posição contrária a “implantação livre” das atividades da mesma sem que ela trouxesse benefícios para a administração da colônia. Estes benefícios estavam concentrados na introdução de um auxílio jurídico para aposentadoria dos pescadores e a regulação das atividades da pastoral por parte do presidente da colônia Z-8. Este tipo de imposição limitaria as ações de instrução proporcionadas pelas escolas de alfabetização da pastoral. A vinda de advogados para auxiliar a colônia, teria como fim beneficiar o presidente da colônia, visto que ele praticava o ato de aposentar pescadores em troca de dividendos econômicos. O segundo problema foi verificado pela luta entre os gestores da colônia, ligados ao governo militar, em deixar um novo grupo de pescadores orientados pela Pastoral da Pesca participar da administração da entidade. Este impedimento ocorria com a ocultação de documentos contábeis, escrituras de prédios e convocações para eleições da instituição. Este domínio institucional impediu que a IC expandisse suas relações políticas com a colônia de pescadores de Pilar.

Diferente do que estava ocorrendo em outros estados do Nordeste, no mesmo período, como em Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Nestes locais a CPP havia ganhado espaço político e parte das colônias destes estados estava sob a liderança de pescadores ligados a CPP. Durante o ano de 1987 a Arquidiocese apresentou uma nova orientação que estimulou a ação da pastoral da pesca nos municípios de Barra de Santo Antônio, Roteiro, Maceió e Pilar. Este incentivo deu-se pelas tensões políticas advindas pelo fim da ditadura civil-militar e pela retomada das colônias de pesca por pescadores ligados a

Pastoral da Pesca e ao Partido dos Trabalhadores. Neste período, a IC alagoana introduziu nas comunidades núcleos de escolas de ensino básico, com a participação de jovens membros das comunidades locais que interagiam com os pescadores sobre a realidade política vivida. Essas ações que a comunidade de pescadores de Pilar tiveram foi através da ação do Padre Manoel Henrique Santana e dos grupos de jovens que participavam do cotidiano da IC.

No período aqui destacado, 1979 a 1985, observa-se a IC na cidade de Pilar como divulgadora das ações de lutas que ocorriam no Nordeste, exercidas pela CPP em conjunto com as colônias de pesca. Os representantes da IC ali estão sempre presentes nas reuniões de eleições da colônia, ajudando a dar uma imagem de seriedade ao pleito eleitoral. Esta aproximação também era facilitada pela devoção e religiosidade de muitos trabalhadores a São Pedro, protetor dos pescadores. A IC cobrava dos pescadores e, principalmente, da administração da colônia a organização da charola onde o santo iria ser carregado pelas ruas da cidade durante a procissão de “Nossa Senhora do Pilar”. Também acompanhava o pedido da organização da queima de fogos que os pescadores faziam em homenagem à padroeira. As queimas ocorriam nos postos de pesagem do peixe na Boca do Rio, no Pernambuco Novo, no Oliveira e Silva e no Engenho Velho. Era um momento religioso e lúdico, o modo dos pescadores desejarem um ano de proteção e boa produção de pescado para seu sustento econômico.

Entre os anos de 1980 a 1985, proporcionada pelo domínio político de grupos ligados à ditadura, a pastoral em Pilar viveu uma limitação de atividade, sem ação social junto aos pescadores em geral e seus familiares, apenas cuidou em manter contato com pescadores que poderiam se tornar novas lideranças políticas na colônia. A IC local não se prontificava a desempenhar atividades educacionais, característica da Pastoral da Pesca no Nordeste como forma de instruir intelectualmente as populações acompanhadas pela pastoral. Gramsci (2014, p. 11) diz que “Estas atividades eram baseadas nas formações de escolas pastorais de instrução política das comunidades subalternas”. As instruções estavam assentadas no Movimento Fé e Política¹⁸⁶ que visava por meio de material didático próprio, desenvolvido pela IC, informar às comunidades de trabalhadores das condições sociais de exploração e coronelismo que passavam.

Em Pilar estas ações durante o período de 1980 a 1986 não apresentaram efetividade. No âmbito educacional o colégio, que era de posse da colônia dos pescadores, recebia a

¹⁸⁶ Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo. Cartilha Fé e Política : Povo de Deus e Participação Política. Petrópolis: Vozes, 1981.

atenção de professores cedidos pela Secretaria de Educação do município de Pilar. Nele eram aplicados os métodos de ensino que a secretária de educação do estado propunha. Esta escola era formada por duas turmas do ensino primário, formada por filhos de pescadores iniciados no aprendizado da leitura. Ao contrário do que ocorria em outras escolas de colônias de pescadores em Pernambuco, em Pilar, a IC foi impedida de interferir no ensino dos filhos de pescadores durante o período de 1980 a 1986.

3.6 A CPP em Pilar: Retomada da Luta 1987 a 1988

O momento em que a IC em Pilar inclinou-se para as ações sociais com a classe popular veio sete anos depois da fundação da CPP em Alagoas. Isto porque apenas no período de 1986 a IC alagoana observou que a “nova democracia” abria novos espaços para a atuação da IC e para a classe pesqueira. Sua atuação buscava colocar um ponto final nas ações de opressão e silêncio que as autoridades públicas davam ao drama dos pescadores. Neste período os setores políticos da IC passaram a articular a necessária organização dos pescadores. Visava a conquista, por parte da classe, de direitos sociais que poderiam ser inclusos na nova carta constitucional que estava sendo elaborada. A CPP em Pilar passou, inicialmente, por quatro etapas para sua ativação. A primeira (1) foi a colocação de um padre que seguia as linhas progressistas da IC, (2) introdução do Movimento Fé e Política, (3) formação de um grupo de jovens moradores dos bairros do Pernambuco Novo e Engenho Velho e, (4) por fim, a formação de uma escola de instrução básica para os pescadores.

A IC alagoana estava informada que o congresso nacional elaborava a nova carta constitucional que iria dar os rumos da “nova democracia” brasileira. Sabedora destas ações, a Comissão Pastoral da Pesca no Regional Nordeste II resolveu intensificar as ações políticas em Alagoas. A orientação tinha por finalidade a criação de uma comissão de pescadores politizados que iria reivindicar que os direitos sociais da classe fossem introduzidos na nova constituição. Estas reivindicações deveriam ser debatidas em uma reunião da classe pesqueira a ser realizada em Brasília e que foi batizada de “constituinte da pesca”. Este encontro visou a busca pelos direitos de representação dos pescadores, já que, o ponto principal seria colocar fim ao domínio da Marinha sob as colônias e transformá-las em sindicatos que representassem a categoria. Mais ainda, os fins econômicos que a pesca no Brasil e no Nordeste teriam. Seriam ainda definidos se as representações dos trabalhadores autorizariam, ou não, a entrada das grandes corporações que poderiam se instalar no Nordeste com o apoio do governo federal e das colônias de pescadores locais.

Esta situação representaria a volta da exploração por meio da proletarização das forças de trabalho de vários pescadores, como a ditadura civil militar havia feito, e o fim do trabalho autônomo dos pescadores. A CPP Nordeste temeu a possível volta da opressão do capital agora por meio de um liberalismo constitucional. A pastoral estabeleceu a diretriz para que fossem formados núcleos de formação política para que os trabalhadores recebessem orientações sobre o processo de exploração e das consequências que decisões erradas poderiam gerar para a categoria. Assim, a Arquidiocese de Maceió durante o ano de 1986, determinou a formação de núcleos de instrução pastoral para o fortalecimento político da classe. Foram feitos intercâmbios políticos entre militantes católicos alagoanos, organizados em grupos de instrução educacional junto a militantes pernambucanos, para que obtivessem o conhecimento para instruírem criticamente a classe pesqueira.

Por meio desta estratégia foi designado pela arquidiocese a vinda do padre de linha progressista Manoel Henrique de Santana para a cidade de Pilar. A vinda do padre foi determinante para atender as necessidades litúrgicas e pastorais em Pilar. Pois ele tinha boa experiência em ações pastorais na regional do Vale do Paraíba em Alagoas. Ele direcionou a formação de núcleos de jovens que participavam das atividades religiosas da IC para fins sociais. Este direcionamento foi pautado na instrução semanal destes jovens por meio dos coordenadores, animadores de CEBs e religiosas. Eles eram pessoas que apresentavam um posicionamento político de caráter popular da IC em Alagoas. Entre os coordenadores e animadores destas reuniões ganharam destaque as irmãs sacramentinas Francisca e Júlia, e os instrutores de CEBs, Cicero Albuquerque e Leão.¹⁸⁷

As irmãs sacramentinas Francisca e Júlia davam aulas semanalmente durante o início de 1987 a membros da Pastoral da Juventude no Meio Popular. Esta Pastoral era formada por jovens da própria comunidade, entre eles: Robson Lima, Geane, Rubens, Gilvonete, Rozinha, Nivaldo e Claudia Coimbra. Estes jovens eram parentes de pescadores ou habitavam bairros formados por pescadores. Nas aulas, baseadas no Movimento Fé e Política, a instrução dos jovens era feita com palestras, atividades em grupo com a comunidade e apostilas que informavam como os pescadores eram explorados no processo histórico. Outras formas eram a aplicação de cartilhas, pequenos cadernos de estudo ao estilo folheto, continham informações diretas sobre a história dos pescadores. Cada folheto abordava um período da história do Brasil que os pescadores estavam inseridos. Assim foram temas: “Por que as

¹⁸⁷ Cicero Albuquerque é professor da Universidade Federal de Alagoas e militante de movimentos populares na região do vale do Paraíba em Alagoas. É uma das principais referências intelectuais nos movimentos sociais em Alagoas.

colônias de pesca foram fundadas no litoral brasileiro; A pesca na Primeira e Segunda Guerra Mundial; Os pescadores na Revolução de Trinta; A luta contra o fim das colônias de pescas”.

Estes temas e técnicas de instrução estavam assentadas na metodologia educacional desenvolvida por Paulo Freire, a “pedagogia do oprimido”. A aplicação deste método era feita através de treinamento prévio dos agentes pastorais que, como membros da comunidade, passavam a transmitir as ações da IC e relatar a respeito do sistema de opressão que havia na sociedade brasileira. Estes agentes eram filhos ou parentes de pescadores ou liderança política da comunidade, assim facilitava a propagação e infiltração da IC no local. Em Pilar esta responsabilidade foi passada para a senhora Bethânia e para os jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular como Robson Lima que, por ser morador do Engenho Velho, articulava ações de diálogos com a população local, abrindo um canal entre a IC e os moradores do bairro.¹⁸⁸

A introdução do processo de instrução educacional dos pescadores pilarenses foi estruturada com a preparação de monitores junto à Coordenação da Pastoral de Pesca Nordeste II. Ela elaborou projetos educacionais com metas a serem atingidas pelos núcleos educacionais. Estas foram decididas nos encontros dos monitores e animadores que a pastoral promoveu durante os anos de 1986 e 1987. Em 1987, estes encontros contaram com a participação da Senhora Bethânia, monitora educacional da Pastoral da Pesca em Pilar. Os encontros foram divididos da seguinte forma: em fevereiro de 1987, encontro de treinamento de monitores em Olinda – PE; em junho, encontro dos monitores em Santa Clara – PE; em agosto, encontro de capacitação de monitores ocorrido na Barra de São Miguel – AL e, em dezembro, o Seminário Cristo Rei no município de Camaragibe. Estes encontros serviam para as monitoras aprenderem as técnicas educacionais do método Paulo Freire e aprimorar a instrução das comunidades educacionais de pescadores e, também, apontar as dificuldades que o método apresentava na instrução educacional.

Em fevereiro de 1987, as aulas ministradas pela CPP de Pilar foram iniciadas no salão paroquial da igreja matriz. Posteriormente, elas foram transferidas para as dependências da colônia de pescadores. Esta mudança ocorreu por dois motivos: o primeiro foi a destituição da antiga direção da colônia de pesca pela Marinha, que impedia a aproximação da IC junto aos quadros de trabalhadores. A direção era formada por administradores que usavam a instituição para fins próprios. Esta destituição ocorreu em 1985 por meio de denúncias de pescadores

¹⁸⁸ Arquivo da Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Projeto pedagógico elaborado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

sobre irregularidades encontradas nas eleições da entidade. Este mesmo grupo, liderado pelo senhor Américo Gonçalves, dominava a colônia a mais de 30 anos. Após a destituição foi formada uma comissão apenas de pescadores para dirigir a entidade. Esta nova direção sofreu com os cortes de verbas que a colônia recebia da prefeitura. Assim, as professoras que davam aulas para os filhos de pescadores, foram retiradas da escola Mirian Lima que era de posse da Colônia Z-8 e transferidas para escolas do município. Este fato motivou a nova direção da Z-8 a formar uma nova parceria para atender os anseios educacionais e políticos de seus associados. Para isto, foi formada uma parceria com a IC que deu suporte ao campo educacional da entidade.

As aulas ministradas pela pastoral introduziram temáticas que antes não eram tocadas dentro da comunidade de pescadores de Pilar. Temas que eram previamente elaborados por um grupo de professoras ligadas ao MEB (Movimento de Educação de Base) e que eram repassados para que as monitoras aplicassem o método Paulo Freire nas salas de aula. Este planejamento era elaborado para a aplicação de atividades em sala de aula e na comunidade durante quatro meses e era composto por quatro módulos educacionais que foram aplicados um a cada mês de atividade. Após este período, as monitoras voltavam à Maceió e, principalmente, a Olinda onde tomavam novas instruções para a aplicação do plano educacional junto aos trabalhadores da pesca. No ano de 1987, a regional da Pastoral da Pesca em Olinda determinou a orientação para as aulas que deveriam direcionar os alunos para a evolução da sua capacidade crítica sobre as condições sociais de seus municípios. Seguiu o planejamento:

Planejamento do projeto de Alfabetização dos Pescadores - Pilar¹⁸⁹

Temática	Período	Temas
Lixo	27 a 02/06/1987	Ação do Governo contra poluição
Usina	03 a 09/06/1987	Exploração de mão de obra
Gerere	10 a 14/06/1987	A importância do trabalho na pesca
Escola	08 a 14/07/1987	Greve dos professores
Terra	15 a 21/07/1987	Reforma Agrária
Vizinho	22 a 28/07/197	Fraternidade
Foguete	05 a 06/08/1987	Artifícios
Mutirão	12 a 18/08/1987	Organização da Comunidade
Jovem	19 a 25/08/1987	Participação dos jovens na transformação social
Missa	26 a 01/09/1987	Vivencia de fé e união
Revisão	02 a 08/09/1987	
Quadrilha	09 a 15/09/1987	Tradição Cultural
Bicicleta	16 a 22/09/1987	Transporte da comunidade

¹⁸⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Movimento de Alfabetização dos Pescadores.

Coqueiro	23 a 29/09/1987	Trabalho artesanal
Manguaba	07 a 13/10/1987	Poluição, Fonte de alimento, preservação dos mangues.

Durante as aulas, o tema da poluição provocada pela usina Terra Nova, era posto em discussão entre os alunos. Estas discussões rendiam informações e críticas que os pescadores faziam sobre as constantes emissões de tóxicos na lagoa. Críticas que inicialmente eram omitidas pelos pescadores por terem receio de represálias políticas. Mas, com o tempo e o desenvolvimento do trabalho pedagógico tornaram-se possíveis de serem feitas por muitos alunos. Além deste tema, havia aulas que procuravam explicar como os pescadores deveriam se organizar para se protegerem contra as investidas dos empresários da usina. Isto por meio do fortalecimento das entidades de representação de classe. Em meio à aula os pescadores se manifestavam nas discussões sobre o tema proposto, passando a expressar um conhecimento de causa sobre a estrutura que os oprimia.

A monitora da escola aplicava técnicas propostas pela Pastoral para que este espírito de proximidade entre os membros fosse expandido e efetivado dentro das comunidades e da Colônia Z-8. Para isto, foram elaboradas dinâmicas sociais com a participação dos alunos pescadores.¹⁹⁰ Estas dinâmicas eram baseadas na orientação proposta pelo plano de alfabetização, cada eixo temático continha entre 3, 4 e 6 temas para serem trabalhados. A extensão do tema dependia da importância dele. Por exemplo, aulas que abordassem questões políticas teriam mais tempo, ou seja, seis dias para a “monitora/animadora” trabalhar junto aos pescadores. Os temas relacionados à religião recebiam um período de abordagem intermediário de quatro dias para serem aplicados nas aulas, pois todos os alunos que frequentavam a escola, já apresentavam o catolicismo como pertença religiosa.

As aulas recebiam a seguinte dinâmica de realização: quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, segunda e terça-feira, segundo o quadro acima, era trabalhado um tema proposto nas quartas-feiras e, no decorrer da semana, os subtemas dele. A primeira ação da monitora consistia em levantar o tema, em sala de aula, e depois os subtemas, para consultar o posicionamento que os pescadores tinham sobre o assunto. Esta estratégia tinha por finalidade incentivar os pescadores a participar das aulas expondo seu posicionamento frente aos subtemas, que eram assuntos do cotidiano da comunidade. Após a apresentação, a “professora” utilizava um cartaz com imagens do assunto trabalhado. A técnica pretendia

¹⁹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Movimento de alfabetização dos pescadores.

relacionar o aluno com o objeto de discussão, informando objetivamente que o problema ou tema proposto em aula não estava distante do seu cotidiano social. Terminada a apresentação era iniciado um debate sobre o assunto da aula. Vários alunos expressavam suas opiniões sobre o tema levantado. Os debates estimulavam os pescadores a falar e também a buscar informações sobre os assuntos levantados em sala. Romper-se-ia, assim, uma estrutura social de silêncio político em todos os espaços sociais e institucionais¹⁹¹. Estas discussões produziram vários posicionamentos por parte dos trabalhadores sobre temas polêmicos como terra, vizinho, missa, salário, lagoa e mutirão. Por exemplo¹⁹²:

Lagoa: A lagoa não é muito poluída, ela recebe despejo de toda a cidade, existem rios de poluição, estão fazendo uma fábrica de sabão em nossa cidade. Sem água ninguém sobrevive, ainda não inventaram algo para substituir a água. Devemos zelar pelas águas da lagoa, rios, mares e oceanos, para mais tarde não nos envenenarmos.

Terra: Os donos da terra são os usineiros e fazendeiros ricos. Assisti pela televisão que os trabalhadores estão lutando pela terra e também sobre a constituinte da terra. A Terra não é de ninguém somente de Deus, agora meia dúzia de usineiros e fazendeiros se apossou da terra de todos os brasileiros. O povo está lutando e não deve parar de lutar.

Salário: Uma ladroeira nos supermercados e a SUNAB não faz nada, vinham aqui em Pilar de vez em quando, o plano cruzado não deu certo, porque eles os poderosos estavam lucrando, os mesmos foram inventando novas tabelas de preços e salários congelados, o povo se revoltou depois de ter ajudado nosso governante o presidente do Brasil, por ele não ter tido levado avante o congelamento do salário e do preço das mercadorias, tentando enganar o povo com os gatilhos salariais, para não dar o salário justo que todo trabalhador tanto espera. Está vindo uma miséria com atraso.

Mutirão: A comunidade é o povo que mora na cidade. O povo daqui da cidade de Pilar não liga muito para os problemas sociais, não. Existem pessoas que tentam ajudar, faz o que podem pelos que necessitam, são poucas, o restante só pensam em boniteza, roupas, móveis, fama. Vestiu uma “bequilha” já quer ser alguma coisa. Existem reuniões na última semana de cada mês dos moradores de rua, para tentar resolver os problemas ali existentes. Só vejo conversa e mais nada. Dão leite do governo, feijão mais duro do que pedra e querendo nosso voto em troca no tempo das eleições.

Estas declarações proferidas durante os debates sobre os subtemas das aulas expressariam o desenvolvimento de uma consciência política por parte dos trabalhadores. Pois, os mesmos relatam informações do seu cotidiano social em âmbito nacional, estadual e municipal, expressando um conhecimento geral sobre a situação política na qual estava inserido¹⁹³. A *conscientização* era uma das metas ambicionadas, uma vez que se entendia a *alienação* (desconhecimento do seu lugar social no modo de produção) como barreira para uma organização política de transformação eficaz.

¹⁹¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Movimento de Alfabetização dos Pescadores.

¹⁹² Idem, op. cit.

¹⁹³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta Comissão Pastoral da Pesca. Movimento de alfabetização dos pescadores.

Posteriormente, a professora utilizava as palavras lançadas pelos pescadores para serem objetos de alfabetização. Através do uso de didáticas de separação de palavras que eles conheciam no cotidiano: lagoa, pesca, canoa, gereré, terra, salário etc. O conhecimento com o objeto de estudo facilitava a compreensão e exercício da aprendizagem dos alunos. Eles associavam a linguagem proposta pela professora e a materialidade do objeto usado na alfabetização por separação de sílabas. Na sequência, a professora apresentava a palavra separada e soletrava junto aos alunos e, em seguida, mostrava a palavra junta e o objeto que ela representava. Esta técnica facilitava o aprendizado. O aluno tem contato constante com o objeto e, assim, associava as aulas e com seu cotidiano social. Por fim, era passada uma atividade com um texto curto, para os alunos praticarem a escrita e interpretar o que estavam escrevendo. Tal exercício desenvolvia a autonomia do estudante sobre o que estava elaborando em sala de aula e para sua prática cultural em sociedade¹⁹⁴.

Além das aulas, a pastoral promovia reuniões a cada quinze dias com pescadores para instruí-los sobre o que seria debatido na “constituente da pesca”. Estas instruções, associadas a temáticas introduzidas pela monitora nas aulas semanais, desenvolveram um processo crítico nos pescadores. Eles tiveram contatos com temas políticos que envolviam as possíveis consequências sociais e econômicas que a “constituente da pesca” poderia gerar, caso propostas adversas fossem aprovadas. Para precaver-se disso, a IC elaborou uma linha de propostas que teria a intenção de proteger os trabalhadores. Também os pescadores tiveram voz ativa em Pilar para propor atividades a serem debatidas e introduzidas na constituinte. Uma destas propostas consistia na intensificação da penalização das indústrias de açúcar e álcool quando depositassem produtos tóxicos na lagoa. Este posicionamento mostrava que a IC auxiliou a formação crítica dos pescadores e, também, que eles demonstraram uma postura de propor ideias para a constituinte, não ficando apenas na dependência da IC.

A IC alagoana apresentou, entre 1979 e 1988, dois períodos de ações pastorais distintas junto aos pescadores de Pilar. Durante os anos que vão de 1979 a 1985, a IC local mostrou-se limitada frente às ações promovidas pela Pastoral da Pesca no Nordeste. Esta situação sofreu uma reviravolta durante o processo de elaboração da constituinte que foi aprovada em 1988. Durante o período que antecede a ela, a Pastoral da Pesca organizou os pescadores pilarenses politicamente. Isto através de instruções políticas sobre a condição de opressão que o sistema capitalista no Brasil e, principalmente, em Alagoas estava impondo como exploração e pobreza. Desta organização política, a IC junto à Colônia de pescadores Z-

¹⁹⁴ Idem, op. cit.

8, formou um núcleo político de pescadores que debatiam com os gestores municipais e estaduais, a condição social da classe pesqueira no município. Este núcleo foi composto por pescadores como Biu do Lino, Cícero do Lino, Dorgival, Erivaldo Barbosa. Homens que, por meio das instruções proporcionadas pela IC, organizaram a classe pesqueira em Pilar para combater as ações de exploração social que a classe sofria.

Conclusão

O presente texto teve por finalidade a compreensão das dificuldades sociais e políticas que existiam na cidade de Pilar no período anterior e posterior da formação da Pastoral da Pesca em Alagoas, entre 1970 e 1988. Tais dificuldades abarcavam a estrutura política do município, que à época era dominado por políticos industriários ligados ao MDB e, principalmente, a usina de açúcar Terra Nova. Sendo este grupo responsável direto pela manutenção de vínculos políticos e sociais de exploração da classe pobre do município. Mais ainda, constatou-se a inatividade de ações desempenhadas pela Pastoral da Pesca durante os anos de 1980 a 1986 nas gestões dos padres Clovis, Petrócio, Cícero, Maximiliano e Manoel Henrique.

O jogo político que era imposto à comunidade pilarense retratava as características políticas da sociedade alagoana. Tanto a legenda do MDB quanto a ARENA apresentavam-se como estruturas altamente conservadoras frente às condições sociais e econômicas em Pilar. Ambas tinham por fim o benefício dos “caciques eleitorais” e a manutenção da atenção que o político deveria dar de uma forma geral a comunidade a qual ele foi eleito. Prática frequente entre os vários políticos do município, fossem eles prefeitos ou vereadores, de ambas as legendas.

A análise deste processo contribuiu para a compreensão do empobrecimento da população das periferias da cidade, pelo pagamento de salários baixos, exploração de mão de obra e, principalmente, falta de investimentos públicos em ações que beneficiassem a população dos bairros periféricos. Estes investimentos eram baseados na construção de habitações salubres. Estas viriam por meio de habitações com infraestrutura sanitária, fossas e uma rede de esgoto que evitasse o contato humano com dejetos e parasitas. Eles, constantemente, eram focos de doenças para a população trabalhadora de Pilar. A falta de investimentos sanitários nas localidades populares foi provocada pelas desonerações de

impostos aos empresários locais. Situação dada porque os gestores municipais sempre alegavam falta de dinheiro para promover as obras sociais.

Tem-se, por meio destes acontecimentos, que as populações de pescadores de bairros como o Engenho Velho e Pernambuco Novo eram as que mais sofriam com o descaso da gestão municipal. Eram constantes as epidemias causadas por doenças infectocontagiosas nestes bairros, contraídas por falta de uma estrutura sanitária e de saúde que atendessem às necessidades da população local. O silêncio destas comunidades frente a tais situações, foi abordado por meio da centralização da principal organização política da classe pesqueira, a Colônia Z-8, frente à política local.

Também se buscou uma análise da administração política que a Colônia de Pesca Z-8 exercia e a participação que os associados apresentavam dentro da comunidade pilarense. Informou-se que esta representação política foi dominada durante anos por uma diretoria que usava a representação dos pescadores como balcão de negócios. Estes eram representados, na formação de um grupo, que se beneficiava do que os pescadores pagavam, como forma de manutenção básica da entidade. Além disso, os diretores retiravam dinheiro de associados que desejavam aposentar-se. Muitos pescadores tiveram que pagar várias parcelas em dinheiro a diretores da colônia de pesca, mesmo pagando em dia suas mensalidades. Era uma direção corrupta, que não lutava pela classe pesqueira.

Mas também se tem a relação dialética existente dentro da instituição, marcada por pescadores do bairro do Engenho Velho e centro que dominavam o conselho administrativo e fiscal da entidade. Este domínio refletia-se no monopólio financeiro e administrativo da entidade. A descoberta de desvios financeiros na entidade iniciou um processo de disputa pela direção que culminou na divisão de poderes dentro da instituição. Caracterizou, nesse momento, o jogo de interesses financeiros e políticos por parte dos dois blocos de trabalhadores. A divisão de poder formou uma nova diretoria, mas apenas distribuiu o poder nas mãos de outros administradores. Eles reproduziram a prática de usar a instituição como forma de autobenefício político. Já que muitos opositores ganhavam cargos políticos para não se manifestarem contra as ações dos industriários locais. Os reflexos desta diretoria era a inércia frente às dificuldades sociais que os pescadores sofriam do poder público. Ocorriam frequentes omissões da colônia frente aos problemas sociais e trabalhistas que a classe pesqueira passava: a pobreza e a exploração política.

Neste contexto, a Igreja Católica em Alagoas criou mecanismos políticos que visaram a quebra do monopólio da exploração estatal sobre os trabalhadores da pesca, por meio da

influência ideológica com a atividade de ações pastorais nas comunidades de trabalhadores. Estas atividades foram desempenhadas pela Pastoral da Pesca ao formar grupos de instrução política junto à classe trabalhadora da pesca. Estes grupos de instrução deram-se com a instalação de núcleos de alfabetização nos municípios que tinham colônias de pesca. Escolas que por meio de técnicas educacionais que utilizavam informações do cotidiano dos pescadores ajudavam-nos a se emancipar ideologicamente e a desenvolver uma consciência crítica de sua realidade.

A realização destas atividades conflitou com um contexto de interesses político-partidários no período. Este intervalo de tempo marcou um processo de inércia de atividades da Pastoral em Pilar, durante o período que vai de sua fundação em Alagoas 1979 a 1986. O jogo de interesses que atrapalhou a difusão da pastoral foi assentado na constante infiltração de animadores e monitores ligados a partidos políticos e políticos locais. Eles influenciaram as ações e propostas da Pastoral para os interesses partidários, a exemplo, a formação da base política dos Partidos dos Trabalhadores em Alagoas e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, momento provocado pela abertura política no período. Juntamente a estes fatores a IC limitou suas ações e atividades à sua central em Maceió e passou a retirar as atividades de membros ligados ao antigo MDB. Após a retirada destes membros pastorais a entidade, durante os anos de 1987 a 1988, desenvolveu trabalhos de formação política com jovens, nas linhas ideológicas progressistas da IC, que interagiram com a comunidade de pescadores de Pilar. Em seguida, introduziu na cidade, nas comunidades de pescadores, o curso de alfabetização com o uso do método Paulo Freire. Sua finalidade era instruir politicamente os pescadores contra o regime de exploração que existia em Pilar e formar ideologicamente os trabalhadores contra a cultura burguesa que os alienava.

Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo analisar a ação política e social que a IC desenvolveu no Brasil e em Alagoas frente às investidas da ditadura civil-militar. De modo mais explícito, as ações deram-se na formação de uma “organização religiosa de fins políticos” que visava instruir os participantes a respeito do que ocorria naqueles anos, no período de 1975 a 1988. Estas organizações eram dirigidas por determinações pastorais e ideológicas da IC latino-americana expressas nas conferências religiosas de Medellín e Puebla. Estas estruturas organizacionais tiveram uma dupla finalidade de ação para a instituição e para as alas sociais que a formavam. Em um primeiro momento, para o grupo “conservador”, elas teriam a finalidade de ocupar os espaços sociais de caráter popular não trabalhados pela IC e ocupados por grupos religiosos de origem afro-brasileira ou protestante. O outro grupo, “progressista”, entendia estas organizações como base para se desenvolver um núcleo de esclarecimento social e político de orientação a trabalhadores e despossuídos sobre as condições que o capitalismo impunha a eles. Estas organizações foram denominadas de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e delas surgiram suborganizações de trabalho social, denominadas de Pastorais, que participavam ativamente das atividades sociais das comunidades em que estavam inseridas. Estas atividades abrangiam várias formas de interação, orientação política, defesa contra a exploração social e organização da classe trabalhadora com fins políticos.

Dentro desta linha de direcionamento foi proposta a hipótese que a IC em Alagoas, por meio da formação de pastorais sociais, organizou politicamente núcleos de trabalhadores em Alagoas. Este núcleo desembocou na formação de um movimento social de protesto e reivindicação contra as ações de exclusão e perseguições que a ditadura desempenhava em Alagoas. O núcleo de trabalhadores ao qual foi dada ênfase neste estudo foi o dos trabalhadores da pesca da região do complexo lagunar Mundaú-Manguaba, em específico os do município de Pilar durante o período de 1979 a 1985. A confirmação desta hipótese de trabalho dependeu da análise do contexto político e econômico do estado de Alagoas no período de 1970 a 1978, abarcando os governos de Afrânio Salgado Lages e Divaldo Suruagy. Estes governos foram marcados pela expansão do projeto de industrialização do estado de Alagoas, pelo descaso com o meio ambiente e o empobrecimento das comunidades de pescadores que margeavam o complexo lagunar. O desenvolvimento deste estudo dependeu, por outro lado, da análise dos projetos econômicos que foram elaborados neste período e que orientavam os objetivos econômicos que Alagoas deveria seguir no período de 1975 a 1985.

Documentos pouco explorados que se encontram no Arquivo da Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas. Além destes documentos analisaram-se jornais do período que abordavam o contexto econômico de Alagoas durante a expansão da industrialização brasileira na ditadura civil militar. Observaram-se as notas sobre os encontros políticos que reuniam vários setores ligados à indústria do estado. Nelas notou-se como eram articuladas as relações políticas entre os empresários para a venda e compra de máquinas. Além dos jornais, observaram-se os documentos que estão disponíveis no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, no setor Pastoral da Pesca. Estes documentos, até então inéditos, apresentam uma vasta quantidade de informações sobre as péssimas condições econômicas e sociais de várias comunidades de pescadores, por meio do descaso provocado pela ditadura. No arquivo da cúria encontram-se documentos que ajudaram a comprovar a hipótese levantada, vale lembrar, de que a IC em Alagoas organizou um movimento de orientação e apoio a classe trabalhadora da pesca em Alagoas.

As relações entre a IC e o movimento social da pesca, em âmbito nacional, sempre se apresentaram boas, desde a Conferência do Rio de Janeiro em 1950. Ali foi criada a *Pastoral Estela Maris* que cuidaria em dar atenção religiosa às comunidades de trabalhadores da pesca. Esta pastoral funcionou efetivamente nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, unicamente com a proposta de difundir a liturgia católica. Posteriormente, esta pastoral deu origem a outra mais ativa politicamente junto aos pescadores, e que ganhou destaque nas atividades desempenhadas em alguns estados do Nordeste, como em Pernambuco na cidade de Olinda. As atividades nestas regiões foram iniciadas em 1968, nas praias de Olinda pelo Frei Alfredo Schneuttgen. Ele as visitava com um grupo de jovens e iniciava um trabalho de orientação política e social sobre os direitos e deveres que as comunidades de pescadores tinham em relação ao estado brasileiro.

Em Alagoas, o trabalho pastoral junto aos pescadores só teve início no ano de 1978, período que marcou a saída do bispo Dom Adelmo Machado da direção da Arquidiocese de Maceió e deu-se o início da administração do Bispo Dom Miguel Fenelon Câmara Filho. A partir daí deu-se a aproximação em caráter político da IC com os trabalhadores da pesca. Até então, a IC apenas apresentava ligações de finalidade social com as comunidades de pescadores. Estas ligações eram baseadas em ajuda alimentar para o combate à desnutrição infantil e fome. No ano de 1978 a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade voltada para a defesa do meio ambiente. Foi em meio à Campanha da Fraternidade que ocorreu a maior aproximação de caráter político entre a IC em Alagoas e a classe trabalhadora da pesca. A

relação se estabeleceu na formação de uma organização social com a finalidade de orientar e defender os interesses da classe pesqueira, diante das ações de destruição do meio ambiente e geração do empobrecimento de vários trabalhadores. Tal relação pautou-se no diálogo com as lideranças políticas de cada colônia que representava os pescadores. E, também, em conflitos com grupos políticos que administravam estas organizações e que viam a participação da IC como ameaça à sua hegemonia política nas entidades.

Como uma contribuição, ainda que modesta, para historiografia local tem-se o entendimento que agentes políticos emergiram na sociedade civil alagoana, oriundos de parcerias entre a IC e o movimento dos trabalhadores da pesca. Traz-se, num primeiro olhar, ao público em geral, pesquisadores e estudantes interessados em História de Alagoas e dos Movimentos Sociais, as dificuldades sociais e econômicas da classe pesqueira, até então fora do campo de pesquisa na área. O estudo desta classe explicaria como a IC exerceu a função de organizadora de movimentos políticos trabalhistas frente ao regime civil militar no período de 1964 a 1985. Colaboraria, por outro lado, para demonstrar como a IC em Alagoas organizava ideologicamente estes movimentos, mediante escolas de instrução política e educacional. A reafirmação destas características importa porque tiveram por objetivo formar indivíduos com capacidade crítica construtiva frente às dificuldades impostas a eles. Talvez esta tenha sido a articulação mais importante realizada pela IC no Brasil, no sentido de aplicar concretamente aqueles princípios projetados pelas Conferências Episcopais no continente, fomentados pela *práxis* das CEBs e da Teologia da Libertação, isto é, “a construção do Reino de Deus na Terra”, entendido como uma sociedade mais “justa e fraterna”. A repercussão da ação (bem ou mal sucedida) dessas organizações de base, no país ressoa ainda em movimentos sociais e partidos políticos, agora em novos contextos. Teria a IC alagoana mantido no presente algo daquela *utopia*?

Um dos maiores problemas para o estudioso da IC é compreender as lógicas internas da instituição e a variação de suas proposições políticas dentro do seu recorte temporal. Foi importante para esclarecer algo deste “nó”, a “teoria da estruturação e desestruturação” proposta por Lucien Goldmann ao estudar os movimentos existentes dentro das estruturas políticas. Ele aponta sempre que, “dentro de estruturas aparentemente homogêneas”, existe um processo dialético provocado pela ação do homem. Neste caso, podem-se incluir as disputas políticas dentro da IC na Europa e no Brasil, entre religiosos “progressistas e conservadores”. Uma instituição como a IC, “aparentemente” única e sem disputa, pois comungariam da mesma religiosidade – o cristianismo – apresenta, de fato, fortes

divergências políticas a respeito da direção a seguir dentro da sociedade brasileira. Goldmann também ilumina o entendimento das disputas internas que ocorriam dentro da colônia de pesca em Pilar. Marcada pelo aparente domínio de um grupo, internamente apresentavam uma disputa de poder entre dois grupos de trabalhadores pela liderança política da entidade, os do Pernambuco Novo e do Engenho Velho.

Por fim, faz-se necessário indicar que esta pesquisa não pôde abarcar todos os assuntos que surgiram de forma transversal ao problema principal aqui abordado. Foi preciso centrar o estudo nas organizações políticas e religiosas, vistas como formadoras ideológicas e políticas de movimentos sociais, especialmente nas CEBs e na Pastoral da Pesca. Outros assuntos “transversais” também apresentam uma importância social e política muito interessante para o contexto historiográfico alagoano. Expressariam, por sua vez, o cotidiano de luta e protesto de indivíduos contra as ações de opressão e marginalização da classe trabalhadora alagoana. Futuros estudos poderão se debruçar sobre a atuação jurídica da CPJ (Comissão de Paz e Justiça), marcada pelo apoio dado a várias lutas de trabalhadores do campo e da cidade contra a exploração de fazendeiros e empresários. Ou, sobre a Pastoral da Violência, que dava assistência aos desfavorecidos nas diversas periferias do estado de Alagoas e que denunciava as ações truculentas que a ditadura civil militar exercia sobre estas comunidades.

REFERÊNCIAS

1. Documentação eclesial

1. ARQUIVO da Colônia Z-8 de Pesca do Município de Pilar.
2. ARQUIVO da Cúria Metropolitana de Maceió. Pasta CEBs e Comissão Pastoral dos Pescadores.
3. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Plano Pastoral de Emergência de 1963 e Plano Pastoral de Conjunto de 1966 a 1970.
4. MACHADO, Dom Adelmo Cavalcante (Arcebispo Coadjutor de Maceió). Carta Circular (sobre o Concílio Ecumênico Vaticano II). Maceió, 13 de fev. 1964. Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Gaveta "Arcebispos". Pasta "D. Adelmo Machado – Avisos, Circulares, Portarias"
5. MACHADO, Dom Adelmo Cavalcante (Arcebispo Coadjutor de Maceió). Considerações no limiar do novo ano de 1963. Maceió, (1962 – 1963. Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Gaveta Arcebispos. Pasta "Dom. Adelmo, Machado – Avisos, Circulares, Portarias."
6. PASTORAL COLETIVA dos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados Residenciais do Brasil. A Igreja ante os problemas atuais. Petrópolis, Vozes, 1951.
7. ROCHA, D. José Maurício da (Bispo de Bragança). Carta Pastoral (A Igreja Tem o direito de intervir no governo dos povos). Bragança, 9 abr. 1950.

2. Encontros e Declarações dos Bispos do Nordeste.

1. A Igreja e o Vale do São Francisco. Declaração do Arcebispo, Bispo e Prelados do Vale do São Francisco e das Circunscrições Eclesiásticas situadas no raio da ação da Hidroelétrica de Paulo Afonso, Aracaju, de 25 a 28 de Agosto de 1952. Aracaju, Livraria Regina, 1952.
2. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Encontro dos Bispos do Nordeste. Declaração dos Bispos do Nordeste, 1970. Arquivo da Arquidiocese de Maceió. Gaveta "Sacerdotes e Seminaristas". Pasta Bispos do Nordeste – Encontros Regionais".
3. Encontro Regional dos Bispos do Vale do São Francisco e da Zona sob a influência da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso. Aracaju, Livraria Regina, 1952.

3. Atas e documentos

1. Câmara dos Vereadores de Pilar. Livro de Atas das sessões de 1973 a 1976. Arquivo da câmara dos Vereadores do Município de Pilar.
2. Câmara dos Vereadores do Município de Pilar. Livro de Atas das sessões de 1978 a 1984. Arquivo da Câmara dos Vereadores do município de Pilar.
3. Colônia dos Pescadores do Município de Pilar. Atas de reuniões de 1953 a 1985. Arquivo da Associação dos Pescadores.

4. Planos de desenvolvimento Econômico do Estado de Alagoas. 1970, 1975 e 1980.

4. Jornais

1. Gazeta de Alagoas de 1970 a 1985.
2. Jornal de Alagoas de 1970 a 1985.
3. O Leme de 1978 a 1982.

5. Bibliografia

1. AMMANN, Safira Bezerra. O movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em Busca do parlamento- 2ª edição – São Paulo: Cortez ed. 2008.
2. ALENCAR, Claudio. Contado Histórias: o rádio em Alagoas, 1ª edição. Maceió: Sergasa, 1991.
3. ADORNO, Theodor. Industria Cultural e Sociedade, 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
4. BENJAMIM, José. Ecos do Passado - 1ª edição – Pilar: Sergasa ed. 1981.
5. BLOCH, Marc. Apologia da Historia ou o ofício de historiador, Rio de Janeiro: Zahar ed., 2002.
6. BRANDÃO, Octávio. Canais e Lagoas. 3ª edição, Maceió: Edufal, 2001.
7. BURKE, Peter (Org.). A Escrita da história - novas perspectivas. São Paulo: Unesp ed. 1992.
8. BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Unesp ed. 2002.
9. BURKE, Peter. O que é História Cultural?. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar ed. 2005
10. BOFF, Clodovis. Comunidade Eclesial, Comunidade Política: Ensaio de Eclesiologia Política. 1ª edição. Petrópolis: Vozes ed. 1978
11. BOMBONATO, GONÇALVES, Vera Ivanise e Paulo Sergio Lopes. 2ª edição. Concílio Vaticano II: Análise e Propextivas. São Paulo: Paulinas ed. 2005.
12. CASTRO, Josué de. Fome – Um Tema Proibido. 1ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira.2003.
13. CORREIA, Carlos Humberto P. História Oral: Teoria e Técnica. 1ª edição. Florianópolis: UFSC. 1978.
14. CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro – Pão e Aço). 5ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira. 2005.
15. CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). Movimentos Sociais na Pesca.1ª edição. Recife: FASA.2014.
16. DIEGUES, Antonio Carlos Sant´Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. 1ª edição. São Paulo: Editora Ática. 1983.
17. DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Enciclopédia Caiçara Vol. II: Falares Caiçaras. 1ª edição. São Paulo: HUCITEC.2005
18. FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 1ª edição. São Paulo: Abril. 1983.
19. Frei Betto. O que é Comunidade Eclesial de Base. 2ª edição. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1981.

20. FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 1ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1978.
21. FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano, Vol. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.
22. FERREIRA, DELGADO, Jorge e Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano Vol. III e IV. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.
23. FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: O Imaginário Popular (1930-1945). 1ª edição. Rio de Janeiro: 7 letras. 2011.
24. GASDA, Élio Estanislau. Trabalho e Capitalismo Global: atualidade da doutrina social da Igreja. 1ª edição. São Paulo: Paulinas Ed. 2011.
25. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (Maquiavel Notas Sobre o Estado e a Política) Vol. III, 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira. 2005.
26. GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere, Vol. IV. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira. 2005.
27. HOBBSBAWN, Eric J. Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
28. GODINHO, GODINHO, Hugo Pereira e Alexandre Lima. (Org.) Àguas, Peixes e Pescadores do São Francisco das Minas Gerais. 1ª edição. Belo Horizonte: PUC. 2003.
29. KRISCHKE, Paulo José. A Igreja e as Crises Políticas no Brasil. 1ª edição. Petrópolis: Vozes ed. 1979
30. LE GOFF, Jaques. História e Memória. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp. 2003.
31. LIMA, Maria do Socorro de Abreu. Construindo o Sindicalismo Rural. 1ª edição. Recife: Oito de Março. 2005.
32. LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. 1ª edição. São Paulo: Ed. Cortez. 1991.
33. LÖWY, Michael. NAÏR, Sami. Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade. 1ª edição. São Paulo: Boitempo. 2009.
34. LEITE, Celso Barroso. A Crise da Previdência Social. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1981.
35. MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo: Ática ed. 1986
36. MARX, Karl, Crítica de Marx ao Direito de Hegel. 2ª edição. São Paulo: Boitempo editorial. 2007.
37. MARX, Karl. As lutas de Classes na França, 1ª edição. São Paulo: Boitempo editorial. 2012.
38. MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de Medeiros. O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. 1ª edição. Maceió: Edufal ed. 2007.
39. MEIHY, José Carlos Sebe e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. Guia Prático de História Oral. 1ª edição. São Paulo: Contexto ed. 2011.
40. MENEZES, Ruy Simões (Org.): Problemas da Pesca no nordeste e em Pernambuco, 1ª edição. Recife: Empresa Industrial. 1957
41. MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Os pescadores do Litoral Sul de São Paulo. 1ª edição. São Paulo: Hucitec ed. 2003.
42. MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 2004.
43. MARINS. J (Org.). Pastoral Popular; A Igreja que se renova. 1ª edição. São Paulo: Paulineas. 1985.
44. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917 – 1964). 1ª edição. São Paulo: FAPESP. 2002.

45. MARCIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A Perseverança dos Caixeiros: O Mutualismo dos Trabalhadores do Comércio de Maceió (1879 – 1917)*. 1ª edição. Recife : Editora Universitária UFPE. 2011.
46. NAARA, Lima Normande. *Entre uma Ostra e outra: Histórias de vida dos ostreicultores de Alagoas*. 1ª edição. Maceió: Edufal ed.
47. OLIVEIRA, Plínio Corrêa. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos Silenciados*. 1ª edição. São Paulo: Vera Cruz ed. 1976.
48. OLIVEIRA, Raul Motta de. *Manual das Comunidades Eclesiais de Base*. 3ª Edição. Caratinga: Dom Carloto. 1978.
49. OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A Mitologia Estudantil: uma Abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*. 1ª edição. Maceió: SERGASA. 1994.
50. PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto ed. 2011.
51. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*, 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra Ed. 2002.
52. POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. 1ª edição. São Paulo: Edusp. 2013.
53. POSSAS, Cristina. *Saúde e Trabalho: A Crise da Previdência Social*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Graal editora. 1981.
54. SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena: experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970- 1980*. 2ª edição. Rio de janeiro: Paz e Terra. 1988.
55. SADER, Emir (org.) *Gramsci – Poder, Política e Partido*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2005.
56. SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na História do Brasil. Volume I – Colônia e Império*. 1ª edição. São Paulo: Vozes ed.
57. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Pilarenses Ilustres (Procedimento de um estudo histórico sobre o Pilar)*. 1ª edição. Maceió: Graciliano Ramos. 2010.
58. STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
59. RICHARD, Pablo. *A Igreja Latino-Americana, entre o temor e a esperança: apontamentos teológicos para a década de 80*. 1ª edição. São Paulo: Paulinas. 1982.
60. SUNG, Mo Jung. *Deus Numa Economia sem Coração, pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 1992.
61. SANTOS, Irinéia Maria Franco. *A Comunidade São João Batista em São Paulo: 1980 – 2000*. 1ª edição. São Paulo: LCTE. 2008.
62. TENORIO, Douglas Apratto. *A tragédia do Populismo, o impeachment de Muniz Falcão*. 2ª edição. Maceió: Edufal. 2007.
63. TENORIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias*. 1ª edição. Maceió: Edufal ed. 2009.
64. THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 2ª edição. Campinas: Unicamp ed. 2012
65. THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudo sobre a Cultura popular Tradicional*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras ed. 1998.
66. THOMPSON, E.P. *Formação da Classe Trabalhadora Inglesa Vol. I e II*. 6ª edição. São Paulo: Paz e terra. 2011.
67. KONDER, Leandro; BETTO, Frei. *O Indivíduo no Socialismo*. 1ª edição. São Paulo: Perseu Abramo. 2000

68. KOSELLECK, Reinhart. O Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2012.